UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOÃO LUCAS PIMENTA DA SILVA PINTO

**Intencionalidade e existência: o paradoxo das
representações sem objeto em Twardowski e Husserl**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2020

JOÃO LUCAS PIMENTA DA SILVA PINTO

Intencionalidade e existência: o paradoxo das representações sem objeto em Twardowski e Husserl

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Alex de Campos Moura.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P659i Pinto, João Lucas Pimenta da Silva
Intencionalidade e existência: o paradoxo das
representações sem objeto em Twardowski e Husserl /
João Lucas Pimenta da Silva Pinto; orientador Alex de
Campos Moura - São Paulo, 2020.
125 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Twardowski. 2. Husserl. 3. Intencionalidade. 4.
Existência. 5. Filosofia da mente. I. Moura, Alex de
Campos, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): JOÃO LUCAS PIMENTA DA SILVA PINTO

Data da defesa: 14/12/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): ALEX DE CAMPOS MOURA

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/01/2021

Assinatura do (a) orientador (a)

FOLHA DE APROVAÇÃO

PINTO, João Lucas Pimenta da Silva. Intencionalidade e existência: o paradoxo das representações sem objeto em Twardowski e Husserl. 2020. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovado em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Parecer: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Parecer: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Parecer: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao professor Alex Moura, meu orientador, pela aposta inicial neste trabalho e pela tolerância e paciência demonstradas diante das minhas frequentes dificuldades em recompensar aquela aposta.

Ao professor Marcus Sacrini, pelos comentários oferecidos no meu exame de qualificação e na defesa desta dissertação, pelos conselhos dados durante a pré-história deste trabalho e especialmente por suas aulas na graduação, que me serviram de inspiração para a escolha da fenomenologia husserliana como objeto de pesquisa.

Ao professor Dario Teixeira, pelos comentários oferecidos no meu exame de qualificação e na defesa desta dissertação e por sua própria pesquisa a respeito de alguns dos temas deste trabalho, a qual muito favoreceu a minha compreensão destes temas.

Ao professor Celso Braidá, pelos comentários oferecidos na defesa desta dissertação.

Ao professor Mario Porta, pela acolhida em suas aulas e nas reuniões de seu grupo de pesquisa na PUC-SP, pelos conselhos dados nos intervalos daquelas aulas e reuniões e pelo exemplo constante de seriedade e excelência acadêmicas.

A muitos outros professores, especialmente do Departamento de Filosofia da USP, que, independentemente de suas áreas de pesquisa, me motivaram e motivam a perseverar na filosofia: Sérgio Cardoso, Caetano Plastino, João Vergílio Cuter, Roberto Bolzani, Lorenzo Mammi...

Aos colegas de filosofia, pelo diálogo, aconselhamento, apoio e amizade. É necessária menção explícita aos do PET (Matheus, Bia, Angélica, Paulo, Isadora, Marina, Pedro, Ricardo, Dani, Israel, Álvaro...), do GEFen (Daniel Guilhermino, Felipe, Rafael, Thiago, Artur, Daniel Marques...), do grupo de pesquisa Origens da Filosofia Contemporânea (Brenda, Lucas Amaral, Lucas Baccarat, Marcos Nakano, Jesuíno, Laura...) e do grupo de estudos de lógica da USP (Daniel Nagase, Euclides, Fernanda, Levi, Marco, Carlos...).

Às funcionárias e aos funcionários do Departamento de Filosofia e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, pelo auxílio ao longo dos anos.

Aos meus pais e à Lívia, pelo amor e pelo suporte ininterrupto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

“Our Second Experiment”, the Professor announced, as Bruno returned to his place, still thoughtfully rubbing his elbows, “is the production of that seldom-seen-but-greatly-to-be-admired phenomenon, Black Light! You have seen White Light, Red Light, Green Light, and so on: but never, till this wonderful day, have any eyes but mine seen *Black Light!* This box”, carefully lifting it upon the table, and covering it with a heap of blankets, “is quite full of it. The way I made it was this — I took a lighted candle into a dark cupboard and shut the door. Of course the cupboard was then full of *Yellow Light*. Then I took a bottle of Black ink, and poured it over the candle: and, to my delight, every atom of the Yellow Light turned *Black!* That was indeed the proudest moment of my life! Then I filled a box with it. And now — would anyone like to get under the blankets and see it?”

Dead silence followed this appeal: but at last Bruno said “*I’ll* get under, if it won’t jingle my elbows.”

Satisfied on this point, Bruno crawled under the blankets, and, after a minute or two, crawled out again, very hot and dusty, and with his hair in the wildest confusion.

“What did you see in the box?” Sylvie eagerly enquired.

“I saw *nuffin!*” Bruno sadly replied. “It were too dark!”

“He has described the appearance of the thing exactly!” the Professor exclaimed with enthusiasm. “Black Light, and Nothing, look so extremely alike, at first sight, that I don’t wonder he failed to distinguish them! We will now proceed to the Third Experiment.”

(Lewis Carroll, *Sylvie and Bruno Concluded*)

RESUMO

A dissertação tem o objetivo de reconstruir a controvérsia entre Kazimierz Twardowski e Edmund Husserl a respeito do chamado *paradoxo das representações sem objeto*: a conjunção das teses incompatíveis *toda representação representa um objeto* (oriunda da psicologia descritiva de Franz Brentano) e *nem toda representação tem um objeto correspondente* (oriunda da teoria da ciência de Bernard Bolzano). Se Husserl, em seu manuscrito de 1894 “Objetos intencionais”, é quem se propõe expressamente a resolver o conflito entre as duas teses, uma tentativa de solucionar o mesmo problema pode ser depreendida do ensaio de Twardowski *Sobre a doutrina do conteúdo e do objeto das representações*, publicado meses antes. Argumentaremos, em primeiro lugar, que uma versão prévia do paradoxo pode ser identificada no problema dos juízos negativos verdadeiros que surge na obra de Brentano, e que o exame deste problema pode ajudar a iluminar o que está em jogo na controvérsia entre Twardowski e Husserl. Em seguida, mostraremos que Twardowski, motivado a evitar o impasse brentaniano, desenvolve uma concepção radicalmente abstrata de objeto que lhe permite rejeitar a tese de Bolzano e sustentar que mesmo as representações de objetos inexistentes têm, afinal, objetos correspondentes. Por fim, apresentaremos a crítica de Husserl à solução twardowskiana e sua solução alternativa, a qual reabilita a tese bolzaniana e reformula a tese brentaniana com apelo à ideia de que podemos nos referir a objetos inexistentes somente pelo uso de um discurso que opere sob a hipótese de que tais objetos existem.

Palavras-chave: Twardowski; Husserl; intencionalidade; existência; filosofia da mente.

ABSTRACT

The dissertation aims to reconstruct the controversy between Kazimierz Twardowski and Edmund Husserl regarding the so-called *paradox of objectless presentations*: the conjunction of the incompatible theses *every presentation presents an object* (from Franz Brentano's descriptive psychology) and *not every presentation has a corresponding object* (from Bernard Bolzano's theory of science). If Husserl, in his 1894 manuscript "Intentional objects", is the one who expressly proposes to resolve the conflict between the two theses, an attempt to solve the same problem can be inferred from Twardowski's essay *On the doctrine of the content and object of presentations*, published months before. We will argue, first, that a previous version of the paradox can be identified in the problem of true negative judgments that arises in Brentano's work, and that examining this problem can help to illuminate what is at stake in the controversy between Twardowski and Husserl. Then, we will show that Twardowski, motivated to avoid the Brentanian impasse, develops a radically abstract conception of object which allows him to reject Bolzano's thesis and to maintain that even presentations of nonexistent objects, after all, have corresponding objects. Finally, we will present Husserl's criticism of the Twardowskian solution and his alternative solution, which rehabilitates the Bolzanian thesis and reformulates the Brentanian thesis with an appeal to the idea that we can refer to nonexistent objects only by using a discourse which operates under the hypothesis that such objects exist.

Keywords: Twardowski; Husserl; intentionality; existence; philosophy of mind.

ÍNDICE

Introdução	11
Capítulo 1. Um impasse de origem: Brentano e o problema dos juízos negativos verdadeiros	17
1. O sentido da Tese de Brentano.....	18
2. A classificação dos fenômenos psíquicos e a questão acerca da possibilidade de representações sem objeto	20
3. A teoria do juízo de PES	22
3.1. A relação entre representações, juízos e fenômenos de amor e ódio	22
3.2. A natureza do juízo.....	23
3.3. O problema dos juízos negativos verdadeiros	28
4. As soluções à vista	29
4.1. Existência efetiva vs. existência mental	29
4.2. Objeto de juízo vs. conteúdo de juízo	31
4.3. Objeto imanente vs. correlato intencional	35
4.4. Objeto imanente vs. objeto exterior.....	42
Capítulo 2. Objetos intencionais inexistentes: Twardowski e a rejeição de representações sem objeto	47
1. Conteúdo e objeto	50
1.1. A existência de conteúdos de representação	50
1.2. O “representado”	55
1.3. A relação entre conteúdo e objeto	57
1.4. Conteúdos de juízos	61
2. A rejeição de representações sem objeto	65
2.1. Os argumentos contra Bolzano	65
a) A representação <i>nada</i>	66
b) As representações <i>quadrado redondo</i> e <i>montanha de ouro</i>	68
2.2. Considerações sobre os argumentos contra Bolzano	70
3. O objeto de representação	74
3.1. O conceito de objeto	74
3.2. A natureza do objeto.....	77

Capítulo 3. Objeto em sentido próprio: Husserl e o vínculo essencial entre o

representado e o existente	81
1. A crítica à solução da teoria da imagem mental.....	83
a) A teoria da imagem mental é plausível apenas em um número restrito de casos	84
b) A teoria da imagem mental não reconhece o caráter fenomenológico específico da representação de fantasia.....	85
c) A teoria da imagem mental duplica o sentido de “objeto”	87
2. A crítica à solução de Twardowski	89
2.1. Existência verdadeira vs. existência intencional	89
2.2. Uma nova duplicação do objeto?.....	91
2.3. Existência intencional e imanência do objeto.....	92
2.4. A implausibilidade da noção mesma de existência intencional	94
3. Os elementos de uma nova solução	96
3.1. Representação e significação	96
a) A crítica à identificação entre significação e conteúdo real.....	97
b) Significação como o conteúdo ideal de toda representação.....	100
3.2. Representação e objeto	104
4. A solução de Husserl	106
4.1. “Nem toda representação tem um objeto correspondente”	106
a) Classificações de representações e quasi-classificações de objetos.....	107
b) A univocidade do objeto	109
4.2. “Toda representação representa um objeto”	113
a) Discurso sob hipótese.....	113
b) A Tese de Brentano reformulada	119
Conclusão	120
Bibliografia	122

INTRODUÇÃO

No primeiro volume de seu tratado *Teoria da ciência (Wissenschaftslehre)*, de 1837, Bernard Bolzano dedica-se em grande parte à investigação do que ele denomina *representações-em-si*: entidades puramente lógicas (por oposição a entidades materiais ou psicológicas) de que se compõem as *proposições-em-si* e às quais correspondem, no âmbito psíquico, *representações subjetivas* (assim como às proposições-em-si correspondem *proposições subjetivas*) — elementos basilares do ambicioso sistema da lógica e dos fundamentos da ciência desenvolvido naquela obra.¹ Ao longo da investigação, e após estabelecer que, como regra geral, a cada representação-em-si está associada uma extensão formada por um ou mais objetos (a representação “Júlio César”, por exemplo, tem apenas um objeto, enquanto a representação “homem” tem em sua extensão todos os homens), Bolzano observa, no §67 daquele primeiro volume, que há exceções a uma tal regra; afinal, representações como “nada”, “quadrado redondo” e “montanha de ouro” não possuem qualquer extensão; trata-se, portanto, de *representações sem objeto (gegenstandslose Vorstellungen)*.²

Quase quarenta anos mais tarde, em 1874, é publicada uma das obras mais influentes da filosofia alemã da segunda metade do século XIX: a *Psicologia do ponto de vista empírico (Psychologie vom empirischen Standpunkt — PES)*, de Franz Brentano. O propósito central de PES é o de fornecer alicerces seguros à ciência psicológica, e um tal propósito claramente requer a adequada caracterização do objeto próprio daquela ciência: o fenômeno psíquico. É em meio ao cumprimento desta tarefa que surge, naquela obra, a famosa reabilitação brentaniana do conceito escolástico de *intencionalidade*: segundo Brentano, a marca distintiva de todo fenômeno psíquico é o seu caráter intencional, ou seja, o seu essencial *direcionamento a um objeto*.³ E, se isso é verdadeiro em todos os casos, é forçoso que assim o seja em relação aos fenômenos psíquicos da espécie mais elementar, conforme a taxonomia brentaniana: as representações.

1 Com efeito, “teoria da ciência” é, em Bolzano, um sinônimo de “lógica” na acepção que o vocábulo possuía à época: uma ampla investigação que aborda não apenas a lógica formal como compreendida hoje, mas também a teoria do conhecimento e a filosofia da ciência (ver MORSCHER, 2018, seção 3.1).

2 BOLZANO, 1837, vol. 1, p. 304-306.

3 BRENTANO, 2008, p. 106.

Nossa dissertação tem por tema o *paradoxo das representações sem objeto*: a contradição que parece emergir da conjunção da tese bolzaniana de que há representações sem objeto e da tese brentaniana de que os fenômenos psíquicos se direcionam invariavelmente a um objeto. Nosso intuito mais restrito será o de reconstruir e confrontar os tratamentos dados ao problema por dois autores que foram alunos de Brentano no início de suas carreiras filosóficas, Kazimierz Twardowski e Edmund Husserl. Daremos atenção especial a dois textos desses autores datados de 1894: o ensaio *Sobre a doutrina do conteúdo e do objeto das representações* (*Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen* — ZLIGV), no qual Twardowski busca salvaguardar a necessária correspondência entre representação e objeto da ameaça apresentada pela antiga doutrina bolzaniana, e o manuscrito “Objetos intencionais” (“*Intentionale Gegenstände*” — IG), no qual Husserl expõe o problema das representações sem objeto como uma contradição entre as teses bolzaniana e brentaniana, ataca a tentativa de solução de Twardowski e propõe uma nova saída.

A questão de que nos ocuparemos, sob alguma roupagem ou outra, permeia a história da filosofia ocidental ao menos desde Platão. Trata-se, todavia, de um problema particularmente relevante ao estudo das origens da filosofia contemporânea em vista de sua evidente conexão com um dos temas mais importantes do período: o tema da *referência*. De fato, a pergunta que nos interessa — *como é possível a referência ao que não existe?* — surge, de modo implícito ou explícito, na obra de diversos autores da segunda metade do século XIX e início do século XX, filiados tanto a uma quanto a outra vertente da famigerada divisão entre analíticos e continentais.⁴ Para ilustrar este fato, limitamo-nos a mencionar quatro exemplos bastante notórios de teses e ideias conectadas àquele problema: a distinção entre sentido e referência de Frege, e sua tese de que expressões linguísticas podem ser providas de sentido ainda que desprovidas de referência; a teoria das descrições de Russell, e sua análise lógica de proposições verdadeiras livres de comprometimento existencial; a teoria do objeto de Meinong, e seu princípio de independência entre ser-tal (*Sosein*) e ser (*Sein*); a redução fenomenológica de Husserl, e sua proposta de suspensão de toda postulação de existência em prol da reflexão fenomenológica pura.

Para além da relevância de nosso problema à investigação do amplo cenário inaugural da filosofia contemporânea, o exame daquela particular controvérsia entre Twardowski e

⁴ A proeminência do problema das representações sem objeto nas origens da filosofia contemporânea é a tese central de BENOIST, 2001.

Husserl mostra-se bastante oportuno aos estudos do pensamento de ambos esses autores, em especial no contexto acadêmico brasileiro. De fato, no que diz respeito a Twardowski, trata-se, em suma, de explorar um dos temas centrais da principal obra de um autor importante, porém pouquíssimo conhecido da comunidade filosófica do país (a exemplo, diga-se, da quase totalidade dos pensadores associados à Escola de Brentano).⁵ Quanto a Husserl, apesar de sua significativa inserção na historiografia filosófica brasileira, são ainda relativamente escassos entre nós os estudos voltados à primeira fase de seu pensamento; e um tal estado-de-coisas torna-se muitas vezes um obstáculo à adequada compreensão da fenomenologia husserliana madura, produto de um longo percurso intelectual marcado inicialmente por determinadas preocupações e concepções nem sempre evidentes pela leitura exclusiva dos escritos husserlianos tardios. Em particular, como veremos, a análise do manuscrito “Objetos intencionais” revela-se uma via privilegiada para a compreensão do desenvolvimento da teoria da intencionalidade de Husserl como apresentada em algumas de suas obras mais celebradas (em especial as *Investigações lógicas* de 1900-1901).⁶

O que nos leva, entretanto, a identificar na conjunção das teses bolzaniana e brentaniana um *paradoxo*? Há, é certo, motivos para que se rejeite uma tal sugestão. Em primeiro lugar, é concebível que se negue a plausibilidade de alguma daquelas teses independentemente de sua eventual incompatibilidade com a tese contraposta; e, neste caso, qualquer dúvida sobre haver ou não, ali, um paradoxo pode parecer, já de saída, irrelevante. Além disso, a partir da brevíssima descrição do paradoxo fornecida acima, não é evidente que haja contradição entre aquelas teses, na medida em que as “representações” a que alude cada autor são entidades de tipos distintos: lógicas, no caso de Bolzano, e psíquicas, no caso de Brentano. Em conexão com o ponto anterior, é razoável que se levante uma terceira objeção: a de que as teses supostamente paradoxais, embora tratem, ambas, da *referência a objetos* em sentido amplo, aplicam-se em verdade a planos distintos de referência: o plano semântico

⁵ Uma das raras exceções à ausência de estudos sobre a Escola de Brentano no Brasil é a coletânea editada por Porta dedicada ao assunto (PORTA (ed.), 2014).

⁶ Dentre os muitos comentadores que destacam a importância do manuscrito de 1894 na evolução do pensamento husserliano estão Rang (RANG, 1979, p. XXVIII-XLVI), Philipse (PHILIPSE, 1986, p. 305-317), Fisette (FISETTE, 2003, p. 61-65), Schuhmann (SCHUHMAN, 2004, p. 119-135) e Teixeira (TEIXEIRA, 2014, p. 154-176).

(no qual pode-se afirmar verdadeiramente que não corresponde um objeto a toda representação) e o plano psicológico (no qual pode-se afirmar verdadeiramente que toda representação tem um objeto).⁷

Parece-nos haver uma resposta sumária capaz de aplacar essas possíveis contestações preliminares ao problema de que nos ocuparemos, e essa resposta é: não pretendemos sugerir, em absoluto, que o paradoxo das representações sem objeto seja um *autêntico* paradoxo. Nossa investigação não depende da postulação de que as teses bolzaniana e brentaniana sejam simultaneamente verdadeiras e incompatíveis; basta-nos o fato histórico de que aquelas teses tenham sido tomadas por Twardowski e Husserl como (1) aparentemente plausíveis isoladamente e (2) aparentemente contraditórias entre si — a ponto de que ambos os autores tenham dedicado esforços consideráveis a dirimir a dificuldade daí resultante. Nosso trabalho consistirá em, justamente, expor as motivações e os argumentos de cada autor em seus posicionamentos a respeito das teses supostamente paradoxais e a respeito do cabimento mesmo de se falar em um paradoxo decorrente da conjunção daquelas teses.⁸

Para tanto, decidimos começar nosso itinerário pelo exame do pensamento de um terceiro autor: Brentano. Com efeito, o tema das representações sem objeto surge nas obras de Twardowski e Husserl como uma seção do tema mais amplo da intencionalidade da consciência; e, em sendo assim, o fato de que as teorias da intencionalidade destes autores estão fortemente marcadas pela herança da psicologia descritiva de Brentano já justificaria que reconstruíssemos de início, a título de pré-requisito para a adequada compreensão de nosso problema, alguns dos marcos fundamentais do pensamento brentaniano. Mas começar por Brentano parece-nos especialmente conveniente na medida em que, a nosso ver, a controvérsia entre Twardowski e Husserl pode ser proveitosamente reconstruída como um desacordo sobre como solucionar legitimamente um problema pontual em que desemboca a psicologia descritiva brentaniana: o problema dos juízos negativos verdadeiros. Não pretendemos alegar que este seja o único caminho, ou mesmo o mais justificável do ponto de vista histórico-sistemático, para abordar a disputa entre Twardowski e Husserl; mas pretendemos mostrar que há aí uma perspectiva esclarecedora sobre o que está em jogo

⁷ Esta última objeção é levantada por Fiset (FISSETTE, 2003, p. 73) e Porta (PORTA, 2014b, p. 113).

⁸ Acreditamos não provocar *spoiler* ao assegurar desde já que ambos os autores, ao cabo, negam que haja, aí, um autêntico paradoxo (isto é, uma conjunção de proposições verdadeiras e contraditórias) — nem Twardowski nem Husserl pretendem abandonar o princípio de não contradição.

nessa disputa. Explicar como nasce aquele problema na obra de Brentano e cogitar possíveis saídas ao problema presentes na própria doutrina brentaniana serão nossas tarefas no Capítulo 1.

No Capítulo 2, nossa atenção se voltará para Twardowski. Argumentaremos que o cerne mesmo de seu ensaio ZLIGV — a tese de que deve-se distinguir entre o conteúdo e o objeto de cada representação — fundamenta-se, em parte, na necessidade de livrar o objeto do atributo da imanência psíquica que Brentano lhe havia conferido e que havia condenado a teoria brentaniana ao problema dos juízos negativos verdadeiros. Veremos, então, que a concepção de objeto resultante dessa reforma estará marcada por uma radical neutralidade ontológica — a qual autorizará Twardowski a rejeitar a possibilidade de representações sem objeto, substituí-la pela admissibilidade de representações de *objetos inexistentes* e preservar, assim, o princípio brentaniano da correspondência essencial entre fenômeno psíquico e objeto.

Dedicaremos o Capítulo 3, por fim, a Husserl. Nosso intuito será o de reconstruir suas críticas à doutrina elaborada em ZLIGV — as quais traduzem-se num ataque à concepção de um objeto que prescindia de existência — e apresentar sua solução alternativa ao paradoxo das representações sem objeto, contida no manuscrito IG. Mostraremos que essa solução, amparada na noção-chave do *teor de significação* das representações, busca reformular a metade brentaniana do paradoxo de modo a revelar que toda representação pode ser inserida, em função de sua significação, e ao menos sob a postulação de determinada *hipótese*, em uma série de juízos válidos referentes ao objeto por ela representado. Uma tal reformulação lógico-semântica do princípio de Brentano dá espaço, então, à plena reabilitação da tese bolzaniana — “representação de objeto inexistente”, em sentido próprio, diz Husserl, significa precisamente *representação sem objeto*.

Ao longo da dissertação, as citações e referências dirão respeito às obras originais constantes de nossa bibliografia. Exceto no caso das *Investigações lógicas* de Husserl, as quais citaremos na versão portuguesa de Pedro Alves e Carlos Morujão,⁹ todas as traduções serão

⁹ HUSSERL, 2012.

nossas. Sempre que citarmos textos de comentadores, transcreveremos a passagem original, sem tradução.

O manuscrito husserliano IG está publicado em duas versões — a que consta do volume XXII da coleção *Husserliana* (1979) e a versão editada por Karl Schuhmann para o volume 3 da revista *Brentano Studien* (1990) — que divergem de modo significativo em determinados pontos. Em geral, daremos preferência à versão editada por Schuhmann, cujo texto reflete mais fielmente o pensamento de Husserl à época da primeira escrita de IG;¹⁰ quando requerido pela argumentação da dissertação, contudo, faremos referência expressa à versão da *Husserliana*.

¹⁰ Ver, a esse respeito, a introdução preparada pelo editor: SCHUHMAN, 1990, p. 137-142.

CAPÍTULO 1

Um impasse de origem: Brentano e o problema dos juízos negativos verdadeiros

No decorrer do texto da *Psicologia do ponto de vista empírico* (PES), como parte indispensável de seu projeto de fundamentação da ciência psicológica, Brentano desenvolve uma teoria do juízo bastante inovadora. Dentre as teses centrais desta teoria está a de que o objeto de todo juízo identifica-se com o objeto de determinada representação sobre a qual aquele juízo se constrói. Uma tal tese, todavia, não parece se coadunar com o princípio brentaniano da imanência psíquica dos objetos de representação, já que, ao que tudo indica, qualquer juízo verdadeiro de negação da existência de um objeto implicaria o solapamento da própria estrutura representacional que dá sustentação ao juízo. Dedicaremos este capítulo a expor como uma tal dificuldade emerge do texto de PES e a investigar se há, à disposição de Brentano, soluções viáveis ao problema.

Nosso intuito é mostrar que se pode ver neste impasse brentaniano uma variante do paradoxo das representações sem objeto, e na controvérsia sobre o paradoxo travada entre Twardowski e Husserl uma disputa sobre a saída mais adequada à dificuldade em que incorreu a doutrina brentaniana. Seria razoável, assim, esperar que nos limitássemos a expor como Brentano foi lido e recebido por aqueles autores, em vez de indicarmos a interpretação da filosofia brentaniana que nos parece mais fiel aos textos. No entanto, meramente relatar como Brentano foi compreendido por seus antigos discípulos nem sempre é fácil; e, no caso particular de Twardowski, ao menos a partir do texto de *Sobre a doutrina do conteúdo e do objeto das representações* (ZLIGV), essa seria uma tarefa inviável. Com efeito, a estratégia de Twardowski em ZLIGV consiste em corrigir certos pontos problemáticos da teoria psicológica brentaniana e, ao mesmo tempo, preservar ao máximo os alicerces desta teoria; mas neste esforço, talvez em sinal de deferência ao mestre, Twardowski raramente explicita a sua interpretação da doutrina brentaniana e os pontos em que a sua própria teoria se aproxima ou se distancia dela. Por isso, resta-nos reconstruir de forma suficientemente fidedigna a psicologia descritiva de Brentano para que se possa inferir, com base nesta reconstrução, em que medida Twardowski pretendeu reformá-la e em que medida ele pretendeu conservá-la. Assim, não poderemos fugir à discussão de algumas interpretações dos escritos brentanianos propostas na literatura secundária e à eventual indicação da leitura que acreditamos mais acertada.

Em qualquer caso, dado o escopo temático de nosso trabalho, limitaremos-nos à análise dos textos de Brentano anteriores a 1894 (ano da publicação de ZLIGV e da escrita de IG de Husserl). Trataremos, portanto, do que se costuma chamar de *período intermediário* do pensamento brentaniano (aproximadamente entre 1870 e o início dos anos 1900), fase que se situa entre o período de juventude (década de 1860), no qual Brentano se dedicou principalmente à exegese da obra de Aristóteles, e o período de maturidade (entre meados da década de 1900 e sua morte em 1917), em que Brentano desenvolveu e defendeu uma nova filosofia denominada reísmo.

O principal escrito do período intermediário de Brentano é PES, de 1874, e é a esta obra que daremos maior atenção. Todavia, também serão importantes para nossos fins alguns elementos de outras obras, principalmente a conferência “Sobre o conceito de verdade” (“*Über den Begriff der Wahrheit*”) de 1889, as lições publicadas sob o título *Psicologia descritiva* (*Deskriptive Psychologie* — DP) e ministradas em 1890-1891, e alguns outros manuscritos das décadas de 1870 e 1880.

1. O sentido da Tese de Brentano

O projeto expresso de Brentano em PES (cujo texto nunca foi completado conforme o plano de capítulos original) era o de estabelecer a psicologia como ciência autônoma em relação às ciências naturais. Para tanto, Brentano propôs como principal critério de identidade da psicologia, em contraposição à prática mais comum à época, não um método particular, mas um objeto particular: a psicologia investiga os fenômenos psíquicos, aos quais se contrapõem os fenômenos físicos estudados pelas ciências naturais. E foi como uma proposta de definição do caráter distintivo essencial dos fenômenos psíquicos que Brentano redigiu a passagem de PES que se tornou o *locus classicus* da concepção brentaniana de intencionalidade:

Todo fenômeno psíquico é caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média denominaram in-existência intencional (ou mental) de um objeto, e o que nós poderíamos denominar — embora não sem alguma ambiguidade — referência a um conteúdo, direcionamento a um objeto (o qual não deve ser compreendido aqui como uma realidade), ou objetualidade [*Gegenständlichkeit*] imanente. Todos os fenômenos psíquicos contêm em si algo como objeto, embora nem todos da mesma

maneira. Na representação algo é representado, no juízo algo é aceito ou rejeitado, no amor amado, no ódio odiado, no desejo desejado, e assim por diante.¹¹

O mesmo motivo pelo qual esta passagem já foi transcrita à exaustão na literatura sobre o conceito de intencionalidade é também o que torna a repetição da citação ainda hoje inescapável: apesar do papel central do conceito de intencionalidade para o projeto brentano de fundamentação da psicologia, não há muito mais em PES sobre o conteúdo daquele conceito além do que está dito nesse curto trecho. E este fato, aliado à ampla margem de interpretações permitida pelas formulações de Brentano na passagem, é um dos fatores que explicam que a Tese de Brentano (como ficou conhecida a identificação do caráter intencional dos fenômenos psíquicos com a própria essência do psíquico) tenha sido tão influente na filosofia contemporânea e, ao mesmo tempo, tenha suscitado interpretações tão divergentes quanto a seu sentido preciso.¹² Como veremos, tais divergências se devem parcialmente ao que Brentano tem a dizer sobre a consciência intencional em outros de seus escritos; contudo, neste momento, restringiremo-nos ao que parece poder ser extraído apenas do texto de PES.

É comum entre os comentadores, especialmente pela influência da leitura de Chisholm,¹³ o entendimento de que, por trás da aparente equivalência entre as formulações do caráter essencial de todo fenômeno psíquico propostas por Brentano naquela passagem (“in-existência intencional (ou mental) de um objeto”, “referência a um conteúdo”, “direcionamento a um objeto” e “objetualidade imanente”), há em verdade duas teses distintas e complementares. O que se costumou entender mais frequentemente por “intencionalidade” a partir da elaboração brentaniana deste conceito é, a rigor, a sua porção *psicológica*: a tese de que há, entre atos ou fenômenos psíquicos¹⁴ e seus objetos, uma *relação*

¹¹ BRENTANO, 2008, p. 106. Aqui e adiante, optamos por traduzir “*Gegenständlichkeit*” e “*gegenständlich*” como, respectivamente, “objetualidade” e “objetual” (e não “objetividade” e “objetivo”) de modo a indicar que está em causa *o que se refere ao objeto*, e não *o que se contrapõe ao subjetivo* (noção indicada pelo alemão “*objektiv*”). Além disso, empregaremos “in-existência” (com hífen) sempre que nos referirmos ao conceito aqui aludido por Brentano de *existência em algo* (“*Inexistenz*”), e reservaremos a grafia “inexistência” para exprimir a noção de *não existência*.

¹² Para um resumo dos vários modos em que a Tese de Brentano foi compreendida, assimilada e atacada na filosofia contemporânea, e para um quadro das principais controvérsias interpretativas ainda vigentes sobre a Tese (as quais vão além das que discutiremos neste capítulo), ver FRÉCHETTE, 2015.

¹³ Uma versão concisa e exemplar de sua leitura da Tese de Brentano é apresentada em CHISHOLM, 1972.

¹⁴ Empregaremos, ao longo deste capítulo, o termo “ato” como sinônimo de “fenômeno psíquico”. Brentano emprega frequentemente os dois termos em PES de modo aparentemente intercambiável, embora sem anunciar expressamente que se trata de sinônimos.

fundamental de “referência” ou “direcionamento”, a qual define o fenômeno psíquico por contraste com o fenômeno físico. Todavia, não apenas a identificação de um tipo de relação está envolvida no conceito de intencionalidade de Brentano; com efeito, a única menção da palavra “intencional”¹⁵ naquela passagem, incluída na formulação “in-existência intencional (ou mental) de um objeto”, parece aludir a um particular *estatuto ontológico* de que é dotado o objeto dos fenômenos psíquicos: um tipo de existência associado ao caráter imanente de tal objeto em relação ao ato que a ele se direciona.¹⁶ De acordo com uma tal leitura, então, a Tese de Brentano se desdobra em Tese Psicológica e Tese Ontológica.¹⁷ E a razão pela qual se pode afirmar que as duas teses são complementares é que cada uma delas, isoladamente, é insuficiente para caracterizar a intencionalidade como elemento definidor dos fenômenos psíquicos: se a simples ocorrência de uma relação necessária entre fenômeno psíquico e objeto (Tese Psicológica) já é capaz de estabelecer uma divisão entre aquela espécie de fenômeno e os fenômenos físicos, é apenas o estatuto ontológico *sui generis* do objeto imanente (Tese Ontológica) o que diferencia a relação ato-objeto de outros tipos quaisquer de relação.¹⁸

2. A classificação dos fenômenos psíquicos e a questão acerca da possibilidade de representações sem objeto

Deixemos de lado, por ora, a pergunta sobre o sentido preciso da “in-existência intencional” do objeto brentaniano e atentemos para a caracterização adicional que Brentano faz da relação entre fenômeno psíquico e objeto imanente na segunda metade da famosa passagem de PES — o que já parecerá produzir um resultado importante para os fins desta dissertação.

¹⁵ É digno de nota que Brentano jamais utiliza o substantivo “intencionalidade” em PES.

¹⁶ Parte do sentido ontológico de “in-existência intencional” é indicada mais claramente por Brentano em duas notas de rodapé àquela passagem de PES, sobre as quais nos deteremos mais à frente.

¹⁷ Ao longo de toda a dissertação, “Tese Ontológica” e “Tese Psicológica”, com iniciais maiúsculas, servirão de referência às teses brentanianas aqui aludidas.

¹⁸ Antonelli afirma que a tradicional leitura da obra brentaniana segundo a qual haveria uma cisão entre a chamada fase intermediária e a fase reísta costuma retratar tal cisão como uma mudança de posicionamento de Brentano a respeito do que torna a relação intencional uma espécie de relação distinta das demais: não mais o estatuto ontológico particular do objeto intencional (uma vez que o reísmo do Brentano maduro teria suplantado a Tese Ontológica), mas um atributo inerente ao próprio caráter relacional da intencionalidade: a prescindibilidade da existência de ambos os termos relacionados (ANTONELLI, 2009, p. 470-471). No entanto, o próprio Antonelli, como veremos, se opõe a tal leitura.

Deparamo-nos ali, de início, com a reiteração da tese de que *todos* os fenômenos psíquicos contêm um objeto; todavia, alerta Brentano, nem por isso o *modo* pelo qual cada fenômeno psíquico contém seu objeto é sempre o mesmo. De fato, grande parte do esforço de Brentano em PES é dedicado a estabelecer, justificar e desenvolver uma classificação dos fenômenos psíquicos sob o critério da maneira pela qual cada subtipo daquela espécie de fenômenos se refere a seu objeto. E a enumeração constante da última frase da passagem citada já esboça a classificação tripartite apresentada em PES: fenômenos psíquicos dividem-se em representações, juízos e “fenômenos de amor e ódio”. Mais à frente, Brentano caracterizará brevemente cada uma dessas classes nos seguintes termos:

Falamos de *representação* sempre que algo nos aparece. Quando vemos algo, representamo-nos uma cor; quando ouvimos algo, um som; quando fantasiamos algo, uma imagem de fantasia. Em virtude da generalidade com que utilizamos a palavra, podemos dizer que é impossível que a atividade da consciência se refira de qualquer maneira a algo que não seja representado. Quando ouço e entendo um nome, represento-me o que o nome designa. E em geral é este o propósito do nome: suscitar representações.

Por *juízo* nós entendemos, em conformidade com o uso filosófico comum, um aceitar (como verdadeiro) ou um rejeitar (como falso). Nós já indicamos, contudo, que tal aceitar ou rejeitar acontece também em casos nos quais muitos não utilizam o termo juízo, como por exemplo na percepção dos atos psíquicos e na lembrança. Mas é claro que nós não hesitaremos em incluir também estes casos na classe do juízo.

Principalmente para a terceira classe, cujos fenômenos nós designamos *emoções*, fenômenos de *interesse* ou fenômenos de *amor*, falta uma expressão singular apropriada. Em nossa opinião esta classe deve incluir todos os fenômenos psíquicos que não pertençam às duas primeiras classes. Mas entende-se comumente por emoções apenas os afetos ligados a agitações físicas perceptíveis. Todos chamariam a raiva, a ansiedade e o desejo intenso de emoções; porém, pela generalidade com que utilizamos a palavra, ela também se aplica a todas as vontades, decisões e intenções.¹⁹

Atentemos, neste momento, apenas ao que se pode constatar pela mera aplicação da Tese Psicológica brentaniana à categoria das representações. Se representações são fenômenos psíquicos, e se todo fenômeno psíquico tem um objeto, então *não há representações sem objeto* de acordo com a doutrina de PES. De fato, o silogismo parece inescapável, e não pretendemos negar sua validade. A própria amplitude de sentido da acepção brentaniana de representação revelada na passagem que acabamos de citar, aliás, permite-nos identificar a noção de *representar* com a noção de *ter por objeto*.²⁰

¹⁹ BRENTANO, 2008, p. 219-220.

²⁰ Como nota Rollinger (ROLLINGER, 2009, p. 7), ao menos uma passagem nos escritos de Brentano, em suas lições sobre lógica, afirma expressamente o oposto do que depreendemos do texto de PES: “Não há

Entretanto, é claro que Brentano não ignorou que nossas representações podem ser representações de objetos que não existem, seja sua inexistência contingente (como a de uma montanha de ouro), seja sua inexistência necessária (como a de um quadrado redondo). Num primeiro momento, a aparente incongruência entre esse fato elementar e a tese da impossibilidade de representações sem objeto pode ser afastada pela consideração de que, no próprio nível de nossas representações, e de uma perspectiva puramente “fenomenológica” (ou seja, do ponto de vista do exame reflexivo da consciência sobre seus próprios atos),²¹ nem sequer se coloca o problema dos objetos inexistentes, já que neste nível mais fundamental nem sequer se coloca *a noção de existência*. De fato, o mero aparecer de um objeto não envolve qualquer atribuição de existência ou inexistência àquele objeto — no nível da representação, nada diferencia montanhas de ouro de montanhas de pedra além da óbvia distinção material entre um tipo de montanha e o outro. Todavia, a questão da existência dos objetos de representação não estará alheia à psicologia descritiva desenvolvida em PES; pelo contrário, ela surgirá em íntima conexão com a segunda categoria de fenômenos psíquicos da classificação brentaniana: os juízos. Para compreendermos como se articulam, em PES, a necessária referência ao objeto dos fenômenos psíquicos e a inexistência de montanhas de ouro e quadrados redondos, será preciso remontar à teoria brentaniana do juízo como apresentada na obra de 1874.

3. A teoria do juízo de PES

3.1. A relação entre representações, juízos e fenômenos de amor e ódio

Para além da caracterização dos diferentes tipos de fenômenos psíquicos fornecida na última passagem citada, devemos atentar ainda para uma tese central de Brentano, não explicitada ali, concernente à relação entre as diferentes categorias de sua classificação tripartite. Em contraposição à opinião de outros autores da época a respeito do que distingue,

representação em que não exista algo intencionalmente na mente, mas *há representações sem objeto*” (BRENTANO, 2001, 13.016, grifo nosso). Comentaremos o sentido dessa passagem na última seção deste capítulo.

²¹ Permitimo-nos recorrer a esta formulação pouco precisa porque não é nosso interesse, aqui, detalhar o método que Brentano prescreve à psicologia, baseado na percepção interna e legitimado pela evidência intuitiva supostamente fornecida por tal modalidade cognitiva (BRENTANO, 2008, I, cap. 2). É inegável, todavia, que também o estabelecimento do método da ciência psicológica, e não apenas a determinação do seu objeto, é fundamental para o projeto de PES.

particularmente, representações e juízos, Brentano argumenta longamente em PES que a diferença entre um e o outro tipo de fenômeno psíquico não se reduz a uma variação quanto ao grau de intensidade de um mesmo modo de direcionamento intencional, e tampouco a uma variação quanto à espécie do objeto dos atos de cada classe. Em verdade, diz Brentano, representações e juízos são formas irreduzivelmente distintas de referência a um objeto,²² assim como o são também os fenômenos de amor e ódio em relação àquelas duas classes; ademais, os fenômenos de cada uma das três classes podem se dirigir a qualquer tipo de objeto.²³ E a esta última afirmação está estreitamente associada a tese central a que aludimos: as três categorias de fenômenos psíquicos, em seus modos diversos de referência objetual, não são equiparáveis quanto a seu grau de complexidade estrutural, já que tanto os juízos quanto os fenômenos de amor e ódio sempre abarcam em sua própria estrutura uma determinada representação, a qual pode ser dita *fundante* daqueles outros fenômenos. Isso significa que as representações estão num nível mais fundamental em relação aos demais fenômenos psíquicos, e é somente sobre a base de um objeto *representado*, por meio de uma nova forma de referência intencional dirigida a este objeto, que os juízos e os fenômenos de amor e ódio se estabelecem. É a essa conexão estrutural entre as representações e as outras classes de fenômenos psíquicos que Brentano alude quando afirma que “nada é desejado que não seja representado” e que “nada é julgado que não seja representado”.²⁴

Interessa-nos averiguar como essa tese acerca da relação de fundação entre representações e outros modos de direcionamento intencional baliza e configura a teoria do juízo desenvolvida em PES.

3.2. A natureza do juízo

A ideia de que o objeto de cada juízo é nada mais do que o próprio objeto da representação que está na base daquele juízo, por mais inofensiva que pareça do ponto de vista de uma psicologia descritiva, resulta em uma concepção de juízo que diverge

²² Por sua concepção dos juízos como fenômenos psíquicos *sui generis* (já que irreduzíveis a representações), a teoria do juízo de Brentano ganhou, na literatura, o epíteto “idiogênica” (a partir dos termos gregos *idios*, “próprio”, e *genus*, “gênero”). Como mostra Cavallin (CAVALLIN, 1997, p. 48, nota 67), a variante “idiogenética” é menos adequada etimologicamente, e por isso empregaremos “idiogênica” ao longo da dissertação.

²³ Brentano dedica todo o Capítulo 7 do Livro II de PES à defesa destas teses e à crítica das concepções alternativas.

²⁴ BRENTANO, 2008, p. 223.

significativamente da concepção tradicional: aquela segundo a qual todo juízo envolve essencialmente uma *síntese* ou *combinação* de representações, refletida linguisticamente pela fórmula predicativa “S é p”.

Se, em observância de seu método descritivo, Brentano alega que o testemunho da percepção interna já demonstra suficientemente que exercer um juízo nada mais é do que aceitar ou rejeitar um objeto que nos é representado,²⁵ ele não deixa de argumentar por outras vias contra a concepção de juízo como síntese de representações. Em primeiro lugar, Brentano busca mostrar, por apelo a contraexemplos, que uma tal síntese não pode ser *essencial* a todo juízo; de fato, há espécies de juízo que não parecem envolver qualquer tipo de combinação. Uma tal espécie é a dos juízos perceptivos. Como vimos, Brentano entende por juízo toda aceitação ou rejeição de um objeto; e, de acordo com essa concepção ampla, toda percepção é também um juízo, na medida em que toda percepção envolve não apenas o mero aparecer (a representação) do objeto percebido, mas também a crença na existência desse objeto. E, se é assim, parece haver aí um caso de juízo que não exhibe qualquer forma de síntese de predicação: trata-se apenas de uma certa atitude de consciência (neste caso, a de aceitação) dirigida a um objeto singular (o objeto representado naquela percepção).²⁶

Se há alguma objeção aparentemente plausível a ser feita contra esta concepção de juízo perceptivo, afirma Brentano, ela só pode se apoiar na descrição alternativa do funcionamento desta espécie de juízo, mencionada acima, que diz que a aceitação do objeto percebido é também uma afirmação da *existência* do objeto percebido; e afirmar a existência do objeto — poderia alegar um crítico — equivale, afinal, a predicar deste objeto a propriedade de existir. A resposta de Brentano a este crítico hipotético concerne outro traço fundamental da teoria brentaniana do juízo: o papel central que nela ocupa o juízo existencial. A princípio, a função deste tipo de juízo na argumentação de PES é a de fornecer um novo contraexemplo (ou, mais exatamente, uma ampliação do contraexemplo dos juízos perceptivos, subespécie dos juízos existenciais) à tese de que todo juízo envolve

²⁵ “[O objeto] é então duplamente apreendido pela consciência, como representado e como tomado como verdadeiro ou negado, assim como, se a ele se dirige um desejo, o objeto reside na consciência simultaneamente como representado e como desejado. Isso, afirmamos, nos é revelado claramente pela percepção interna e pela observação atenta do fenômeno do juízo na memória.” (Ibid., p. 223.)

²⁶ “Mas seria difícil haver algo mais evidente e inequívoco do que o fato de que uma percepção não consiste na conexão entre o conceito de um sujeito e o conceito de um predicado, e tampouco se refere a uma tal conexão; e do que o fato de que o objeto de uma percepção interna não é nada além de um fenômeno psíquico, e o objeto de uma percepção externa não é nada além de um fenômeno físico: um som, um odor, ou algo do tipo.” (Ibid., p. 232.)

essencialmente uma combinação de representações. Seguindo uma tradição que remonta a Tomás de Aquino e passa por Kant,²⁷ Brentano afirma que a existência não é um atributo ou uma propriedade dos objetos existentes e que, portanto, afirmar “A existe” não consiste numa predicação. O principal argumento em defesa de tal tese, no texto de PES, parte da premissa de que a afirmação de um todo implica necessariamente a afirmação de cada uma das partes unidas neste todo; logo, se “A existe” for tomada como a afirmação da combinação de um sujeito *A* com o atributo *existe*, então devemos reconhecer que os dois elementos supostamente combinados, *A* e *existe*, são afirmados conjuntamente pelo sujeito que afirma aquela combinação; ora, mas o que significa afirmar *A* além de, precisamente, afirmar “A existe”? Nada, responde Brentano. Vê-se, assim, que a pretensa predicação de existência não acrescenta elemento algum ao simples afirmar do objeto: tudo o que está envolvido na afirmação “A existe” é um juízo de aceitação dirigido a *A*, independentemente do que possa sugerir a formulação linguística do juízo.²⁸ E aquela possível objeção oriunda da discussão sobre o juízo perceptivo não deve, afinal, ser acolhida, já que não apenas a tradução do juízo perceptivo em juízo existencial é incapaz de transformar aquele juízo em um ato predicativo como, pelo contrário, todo juízo existencial (perceptivo ou não) serve justamente como um importante contraexemplo à teoria tradicional do juízo, na medida em que, como vimos, não há qualquer combinação ou síntese envolvida no juízo existencial.

A argumentação de PES, contudo, vai além deste ponto — e radicaliza a ruptura com a doutrina tradicional — num segundo momento, quando Brentano passa a demonstrar não apenas que há espécies de juízos que não envolvem qualquer combinação, mas que *nenhum* juízo, apesar das aparências, envolve essencialmente uma síntese de representações. O que Brentano sugere, aqui, é que todo juízo predicativo ou categórico é redutível a um juízo existencial. Em outras palavras: não há, propriamente, juízos categóricos em oposição a juízos existenciais; *todo juízo é um juízo existencial*, ainda que sua expressão verbal disfarce sua natureza existencial. Como demonstração desta tese, Brentano propõe-se a traduzir para a

²⁷ Para uma sinopse de como a concepção brentaniana do juízo existencial se relaciona com a tradição filosófica que a precede, ver BRANDL & TEXTOR, 2018, seção 2.

²⁸ BRENTANO, 2008, p. 230-231. Na mesma seção, Brentano apresenta um argumento análogo e complementar referente a “A não existe”: em geral, negar a conexão entre duas partes de um todo não implica a negação de cada uma dessas partes; portanto, se “A não existe” fosse a expressão de uma predicação, esta suposta negação da conexão predicativa entre *A* e *existe* não implicaria a negação de *A*; entretanto, é patente que afirmar “A não existe” implica a negação de *A*; logo, “A não existe” não expressa uma predicação.

forma existencial quatro sentenças que instanciam as formas canônicas de proposição categórica da lógica aristotélica:

A proposição categórica “alguma pessoa é doente” tem o mesmo sentido da proposição existencial “uma pessoa doente existe” ou “há uma pessoa doente”.

A proposição categórica “nenhuma pedra é viva” tem o mesmo sentido da proposição existencial “uma pedra viva não existe” ou “não há uma pedra viva”.

A proposição categórica “todas as pessoas são mortais” tem o mesmo sentido da proposição existencial “uma pessoa imortal não existe” ou “não há uma pessoa imortal”.

A proposição categórica “alguma pessoa não é culta” tem o mesmo sentido da proposição existencial “uma pessoa inculta existe” ou “há uma pessoa inculta”.²⁹

Uma tal reformulação sistemática de proposições, se admitida como correta, serve ainda como argumento adicional a favor da tese de que a existência não é uma propriedade que se possa atribuir aos objetos. De fato, explica Brentano, era consensual entre os autores da época a interpretação da cópula das proposições categóricas (“é” ou “não é”) como um termo que não possui significação em si mesmo, mas que apenas indica a operação de um juízo. Por outro lado, como vimos, a opinião comum àquela época a respeito da significação do “é” ou “não é” das proposições existenciais (ou, equivalentemente, da significação de “existe” ou “não existe”) era a de que, neste caso, tais termos denotam a representação de uma propriedade existencial, combinada predicativamente com a representação do sujeito. Mas, se é possível provar que toda proposição categórica pode ser reescrita como proposição existencial, então resta também demonstrado, argumenta Brentano, que o “é” ou “não é” (“existe” ou “não existe”) da proposição existencial é perfeitamente equivalente à cópula da proposição categórica e, portanto, não denota qualquer predicado, mas apenas assinala o ato de julgar.³⁰

A união das teses de que todo juízo é um juízo existencial e de que a existência não é uma propriedade que se possa predicar de um objeto autoriza a conclusão de que, ao menos em PES, Brentano adere a uma concepção *não proposicional* de juízo.³¹ Isso significa que Brentano rejeita não apenas a concepção de juízo tradicionalmente aceita à sua época (a de que todo juízo é uma síntese de representações), mas também a concepção mais difundida

²⁹ Ibid., p. 236.

³⁰ Ibid., p. 235-237.

³¹ Em sua fase reísta, Brentano desenvolveu uma nova teoria (a teoria do duplo juízo) que, de acordo com alguns intérpretes, envolve o reconhecimento de que certos juízos têm conteúdo proposicional. Ver, por exemplo, BRANDL & TEXTOR, 2018, seção 5.

na filosofia contemporânea até hoje segundo a qual o juízo consiste no ato de julgar como verdadeira uma *proposição*, isto é, uma entidade de natureza semântica, única portadora autêntica de valores de verdade, e aquilo que é expresso por sentenças descritivas. Com efeito, a argumentação brentaniana busca estabelecer que uma sentença da forma “ S é p ” não indica propriamente a afirmação da verdade de um estado-de-coisas (ou proposição) descrito pela sentença, mas o reconhecimento da existência do objeto Sp , isto é, o objeto singular S qualificado por um certo atributo p . Não há em PES, assim, concepção semântica de conteúdo de juízo (e tampouco, portanto, qualquer dicotomia entre um tal conteúdo semântico e o objeto sobre o qual se julga); Brentano fala em conteúdo ou objeto de juízo num mesmo sentido,³² sempre em referência ao objeto de representação, não semântico, que está na base do juízo. Uma consequência importante desta noção não proposicional ou não semântica de conteúdo de juízo diz respeito, por exemplo, à natureza da negação: enquanto a maioria dos filósofos atuais, sob a influência de autores como Frege e Reinach, acredita que não há, propriamente, juízos negativos, mas apenas *aceitação da verdade de proposições negativas*, Brentano sustenta que há uma diferença irreduzível entre o juízo de aceitação e o juízo de rejeição, e que toda negação se dá apenas no nível do próprio juízo, e não no nível do objeto julgado — já que não há algo como um “objeto negativo”.³³ Há aí, como se vê, uma disputa sobre qual nível estrutural do fenômeno judicativo abarca legitimamente a dicotomia afirmação-negação — o nível do conteúdo (haveria, de um lado, proposições afirmativas e, de outro, proposições negativas) ou o nível do ato (haveria, de um lado, juízos afirmativos e, de outro, juízos negativos) —, e a contrapartida de cada opção é a possibilidade de se garantir uma teoria homogênea no nível oposto ao que se considera dicotômico — uma teoria homogênea do ato de julgar (todo juízo seria uma aceitação de verdade) ou uma teoria homogênea do objeto de juízo (não haveria divisão entre “objetos afirmativos” e “objetos negativos”).

³² Como veremos, há intérpretes que identificam sugestões de uma distinção entre conteúdo e objeto de juízo em outros escritos do período intermediário de Brentano, especialmente na conferência “Sobre o conceito de verdade” de 1889.

³³ BRANDL & TEXTOR, 2018, seção 1.2.

3.3. O problema dos juízos negativos verdadeiros

A partir deste sumário dos principais aspectos da teoria do juízo brentaniana como apresentada em 1874, é possível verificar facilmente, todavia, que a noção de juízo negativo de Brentano parece envolver uma grave dificuldade.

De fato, como visto, todo juízo em Brentano é uma tomada de posição da consciência acerca da existência de um objeto representado. Julgar negativamente é, assim, o mesmo que negar a existência do objeto da representação fundante do juízo. Mas de que maneira uma tal negação pode ser verdadeira? Isto é: como é possível que o objeto negado efetivamente não exista, uma vez que o juízo não pode deixar de ter uma representação em sua base, e uma vez que a representação não pode deixar de ter um objeto? A própria noção de juízo negativo verdadeiro parece autocontraditória na teoria de PES: se o juízo nega verdadeiramente seu objeto, então este objeto não existe; mas se este objeto não existe, então não existe um objeto ao qual o juízo se refere.

Note-se que qualquer proposta, por mais promissora que pudesse parecer enquanto solução do problema, que interpretasse o juízo existencial negativo como um juízo que nega a atribuição de um predicado de existência a um sujeito e que preservasse, de alguma forma, a representação deste sujeito inexistente estaria, evidentemente, interdita pelos próprios argumentos de Brentano em PES. Como restou claro, afirmar a existência do objeto e negar a existência do objeto são, para Brentano, atos idênticos aos de aceitar e de rejeitar o próprio objeto.

Resta-nos, então, procurar outras saídas. Com efeito, é possível reconhecer em outro ponto de PES e, principalmente, em outros escritos do período intermediário de Brentano ao menos indicações de como remediar o problema — o que passa, em geral, por uma mudança sobre *o que*, exatamente, devemos entender ser negado num juízo negativo. Ou o que se nega num juízo negativo não é, afinal, o objeto imanente da representação fundante do juízo, mas alguma outra entidade — hipótese que constituiria uma autêntica transformação da teoria de PES —, ou o que se nega num juízo negativo não deixa de ser o objeto imanente de que fala Brentano em PES, embora esta negação deva ser concebida de tal modo que a integridade da representação que funda o juízo não seja ameaçada pela própria operação judicativa — o que não pressupõe necessariamente uma reforma da teoria de PES, mas ao menos um esclarecimento quanto à natureza do objeto imanente apresentado no texto de 1874. Na

próxima seção discutiremos essas possíveis soluções, a começar pela que se insinua ainda no texto de PES.

4. As soluções à vista

4.1. Existência efetiva vs. existência mental

Como vimos, a concepção brentaniana de intencionalidade foi tradicionalmente compreendida como o resultado da união da Tese Psicológica e da Tese Ontológica identificadas por Chisholm. Se em PES já se apresenta de maneira relativamente clara, por meio das descrições dos modos de referência objetual típicos de cada classe de atos, a relação de direcionamento ao objeto que constitui a porção psicológica da definição brentaniana de fenômeno psíquico, pouco se discorre no texto de 1874 sobre o teor ontológico que parece veiculado pela expressão “in-existência intencional”. Veremos à frente que a literatura secundária apoia-se sobretudo em outros escritos brentanianos (especialmente o volume *Psicologia descritiva*) para aclarar parte do sentido daquela expressão — em específico, a parte referente aos atributos da *imanência psíquica* e da *irrealidade* do objeto. Todavia, há no próprio texto de PES, em duas notas de rodapé à famosa passagem sobre a noção de intencionalidade, alusões breves mas importantes a uma outra dimensão da Tese Ontológica, referente ao particular tipo de *existência* reservado aos objetos imanentes. De fato, depreende-se daquelas notas que, em oposição à “existência efetiva” (*wirkliche Existenz*) ou “existência em sentido próprio” (*Existenz im eigentlichen Sinne*) das coisas fora da mente, os objetos imanentes são dotados da mera “existência mental” (*mentale Existenz*) ou “in-existência intencional” (*intentionale Inexistenz*) em sentido estrito.³⁴

As passagens em questão têm por propósito revisitar os usos precedentes do conceito de existência mental na história da filosofia e alertar para o erro (em que autores como Fílon e Anselmo teriam incorrido) da confusão entre uma tal espécie de existência e a existência efetiva. Brentano, entretanto, não se preocupa em explicar qual seria, em sua concepção, o critério de distinção entre os tipos de existência para além da associação de cada um deles

³⁴ BRENTANO, 2008, p. 106, notas 66 e 67. Brentano não distingue entre um sentido estrito e um sentido amplo de “in-existência intencional”; fazemo-lo nós para explicitar que a expressão pode aludir tanto à existência mental (sentido estrito) quanto à conjunção desta espécie de existência com os atributos ontológicos do objeto imanente enfatizados em outros escritos brentanianos (sentido amplo).

com classes distintas de objeto (transcendentes, num caso, e imanentes, no outro). Independentemente da pouca elaboração conceitual a respeito das duas existências, contudo, parece insinuar-se nessa dicotomia uma possível chave da solução ao problema dos juízos negativos verdadeiros. Afinal, não seria razoável supor que os juízos negativos referem-se à existência *efetiva* do objeto, restando sua existência mental intacta e preservando-se, assim, a unidade representacional que está na base do juízo?

A ausência de qualquer indício textual em PES que a corrobore é apenas o primeiro obstáculo para a admissão de uma tal hipótese. De fato, as poucas palavras de Brentano naquele par de notas de rodapé já são suficientes para que se verifique um impedimento mais sério: o objeto imanente não congrega em si as duas formas de existência;³⁵ ele é dotado exclusivamente da existência mental. Sem dúvida, admitir que seja *esta* a existência negada pelo juízo negativo é embaraçoso, já que é precisamente deste fato que se origina o impasse brentaniano: se o objeto não tem existência mental, não há objeto imanente algum; se não há objeto imanente algum, o juízo negativo é vazio. Mas o reconhecimento do impasse não autoriza a suposição, patentemente incompatível com o princípio da existência exclusivamente mental do objeto, de que Brentano alude à existência efetiva quando afirma que os juízos referem-se à existência do objeto.

Há, talvez, uma versão mais promissora desta última suposição: a que alega que a existência efetiva negada no juízo negativo não é pertinente ao objeto imanente, mas a um objeto *transcendente* correspondente àquele — o que pareceria, enfim, garantir a integridade da estrutura representacional subjacente ao juízo, uma vez que o objeto imanente e sua existência mental permaneceriam intocados. Esta hipótese tampouco é aventada na obra de 1874 — não só falta qualquer menção, ali, a uma *dupla* de objetos visada por cada fenômeno psíquico;³⁶ a hipótese aqui discutida choca-se frontalmente com a tese fundamental de PES

³⁵ Exceto, presumivelmente, na hipótese de o objeto imanente ser algo de transcendente da perspectiva de um ato secundário, alheio ao ato que tem aquele objeto por objeto intencional. Contudo, este é evidentemente um caso especial; e, de qualquer modo, a conjunção das duas existências que se verificaria aí não é relevante ao problema dos juízos negativos, já que a possível solução cogitada exigiria, obviamente, que o objeto fosse dotado de dois tipos de existência *sob uma mesma perspectiva*, ou seja, *enquanto objeto do juízo negativo*.

³⁶ Poder-se-ia apontar para a conexão entre a doutrina brentaniana e a concepção hilomórfica da percepção e do intelecto de Aristóteles, indicada na segunda nota de rodapé à famosa passagem de PES, como um desmentido a nossa afirmação — afinal, se o objeto imanente brentaniano é como a forma do objeto percebido ou inteligido que, segundo Aristóteles, habita a alma do sujeito, deve haver também no esquema brentaniano, como no aristotélico, para além da forma psíquica, um objeto transcendente: a unidade de forma e matéria exterior à alma do sujeito. Todavia, não apenas uma tal sugestão, a nosso ver, extrai do texto de Brentano mais do que aquela rápida menção à doutrina aristotélica autoriza; essa particular hipótese de leitura parece-nos, ainda, incapaz de solucionar o problema dos juízos negativos verdadeiros: ora, se o objeto imanente reduz-se à

segundo a qual os fenômenos psíquicos se direcionam a seu objeto *imanente* —, mas veremos à frente que Brentano sugere em outros textos de seu período intermediário (particularmente em suas lições sobre lógica) uma dicotomia entre objeto exterior e objeto imanente que talvez aponte para uma reformulação da teoria do juízo de PES nos moldes da hipótese aqui considerada.³⁷

4.2. Objeto de juízo vs. conteúdo de juízo

Vimos acima que o conceito não proposicional de juízo exposto em PES pode ser descrito como uma recusa, por Brentano, de uma noção de conteúdo de juízo distinta da noção de objeto de juízo: há, na teoria de PES, apenas um elemento na estrutura do fenômeno do juízo para além do próprio ato de julgar, e este elemento é o objeto da representação que funda o juízo. Todavia, é possível encontrar na obra do Brentano intermediário indícios de admissão de uma espécie de conteúdo de juízo que não se confunde com o objeto julgado, em particular no texto de sua conferência “Sobre o conceito de verdade” de 1889.

Nesta conferência, o propósito de Brentano é o de determinar o sentido em que deve ser compreendida a teoria da verdade como correspondência, dominante na história da filosofia desde a Antiguidade, para que se possa continuar a admiti-la como válida. Tomando como ponto de partida a famosa passagem da *Metafísica* de Aristóteles segundo a qual “estará na verdade quem considera separadas as coisas que, efetivamente, são separadas e unidas as coisas que, efetivamente, são unidas”,³⁸ Brentano propõe correções a esta formulação capazes de protegê-la de uma série de objeções. Em primeiro lugar, Brentano retoma o argumento de PES que diz que o juízo (único portador de verdade na acepção mais autêntica de “verdade”, tanto para Aristóteles quanto para Brentano) não envolve necessariamente união ou separação no sentido de predicação, já que os juízos existenciais são desprovidos da estrutura sujeito-predicado.³⁹ Por outro lado, se a teoria aristotélica for

forma do objeto transcendente, e se considerarmos (por hipótese) que o objeto transcendente não tem existência efetiva, então deixa de haver também a forma desse objeto — em outras palavras, a negação da existência efetiva do objeto transcendente implicaria a negação da existência mental do objeto imanente.

³⁷ Trataremos brevemente também de uma interpretação da intencionalidade brentaniana — a leitura perspectivista de Chrudzimski — que procura resolver o impasse dos juízos negativos por uma via similar à sugerida nesta seção.

³⁸ ARISTÓTELES, 2013, 1051 b3, p. 429.

³⁹ BRENTANO, 1930, §34, p. 19-20. Brentano não argumenta na conferência, todavia, em favor da tese da redutibilidade de todos os juízos categóricos a juízos existenciais, como em PES.

tomada na acepção medieval de *adequatio rei et intellectus*, é preciso ainda resguardá-la da interpretação de uma tal adequação como *identidade* ou *semelhança*. Com efeito, afirma Brentano, só se poderia vislumbrar a possibilidade de identidade ou semelhança entre pensamento e coisa se todo objeto de pensamento fosse, precisamente, uma *coisa* (*res*). No entanto, o domínio dos objetos de nossos juízos (como Brentano também já antecipara em PES) é significativamente mais amplo do que o das coisas singulares: podemos direcionar o pensamento igualmente a coleções, partes, limites e privações, por exemplo.⁴⁰ Por fim, mesmo uma noção mais ampla de correspondência pode ainda se revelar inadequada caso a tomemos como uma legítima relação entre pensamento e objeto, o que se pode constatar facilmente no caso do juízo negativo verdadeiro, seja o existencial — já que, se o objeto não existe, não há meio de o pensamento corresponder a tal objeto —, seja o categórico — já que um tal juízo será verdadeiro ainda que o predicado que se nega ao sujeito nem sequer exista e, conseqüentemente, tampouco possa corresponder ao pensamento daquele que julga.⁴¹

Como resultado dessas necessárias emendas, Brentano chega finalmente a uma definição de verdade (e de falsidade) essencialmente idêntica a outra formulação aristotélica: “Um juízo é verdadeiro quando afirma, do que é, que é; e nega, do que não é, que é (e um juízo é falso quando está em contradição com o que é e com o que não é).”⁴² Um modo equivalente de caracterizar a verdade de um juízo parte da constatação de que o juízo afirmativo é *adequado à região do que é existente*, enquanto o juízo negativo é *adequado à região do que é inexistente*;⁴³ e a verdade de cada tipo de juízo estará, então, na observância de sua região de adequação. Conforme explica Brentano, tais descrições são capazes de preservar a tradicional concepção de correspondência entre pensamento e realidade no sentido bastante estrito de *estar de acordo*, de *ser apropriado*, ou de *estar em harmonia*, ao mesmo tempo em que afastam a noção de uma identidade ou semelhança entre a coisa e o pensamento da coisa.

⁴⁰ Ibid., §44-45, p. 22-23.

⁴¹ Ibid., §41-42, p. 22. Como se vê, essa última ressalva de Brentano à noção de verdade como correspondência leva rapidamente, mais uma vez, à dificuldade concernente à estrutura dos juízos negativos verdadeiros; mas em nenhum momento da conferência Brentano reconhece a inexistência do objeto verdadeiramente negado como um obstáculo ao próprio estabelecimento do juízo negativo.

⁴² Ibid., §51, p. 24. A formulação equivalente de Aristóteles enuncia que “falso é dizer que o ser não é ou que o não ser é; verdadeiro é dizer que o ser é e que o não ser não é” (ARISTÓTELES, 2013, 1011 b25, p. 179).

⁴³ BRENTANO, 1930, §50, p. 24.

Embora Brentano não diga muito mais na conferência a respeito da natureza da verdade — com efeito, o seu intuito parece ser precisamente o de afastar qualquer pretensão de elaboração de uma *essência da verdade* para além da definição fornecida⁴⁴ —, alguns intérpretes veem nesta definição de 1889 a sugestão de uma noção de conteúdo de juízo que não se identifica com o objeto imanente de PES. Porta, por exemplo, comenta que a reformulação brentaniana da concepção aristotélica de verdade como correspondência equivale a uma alteração do par de correspondentes em questão: passar-se-ia de uma correspondência entre pensamento e coisa para uma correspondência entre pensamento e “ser da coisa” (ou “não ser da coisa”, no caso dos juízos existenciais negativos). A mudança, ademais, teria sido motivada precisamente pelo impasse atinente aos juízos negativos verdadeiros em PES.⁴⁵

É certo que Brentano dá indícios, no texto da conferência, de que se deve recorrer a algo distinto do objeto imanente e do próprio ato de julgar para que se dê conta adequadamente do conceito de juízo verdadeiro. A menção mesma da locução “que é” (“*dass es sei*”) como aquilo que se afirma ou se nega *de* um objeto num juízo, conforme a definição acima, parece apontar para uma noção de conteúdo proposicional de juízo; com efeito, proposições são frequentemente identificadas linguisticamente como os referentes de orações subordinadas introduzidas por “que”⁴⁶ — se é verdadeira a sentença “Maria acredita que a cadeira é vermelha”, então Maria acredita, da cadeira, que é vermelha ou, equivalentemente, Maria acredita na proposição expressa por “a cadeira é vermelha”. Talvez ainda mais significativa seja a passagem em que Brentano afirma que a sua definição de juízo verdadeiro pode ser tomada como uma elucidação do sentido da verdade de um juízo afirmativo pelo recurso à expressão “existência do objeto”, e do sentido da verdade de um juízo negativo pelo recurso à expressão “inexistência do objeto”⁴⁷ — o que poderia ser visto como o reconhecimento de um conteúdo particular de juízo (a existência ou inexistência do objeto), distinto do objeto aludido pelo juízo, e que seria, propriamente, o que faz daquele juízo um juízo verdadeiro ou falso (ou seja, o *truthmaker* do juízo).

⁴⁴ Há mesmo comentadores que entendem que a definição de Brentano, embora anunciada como uma versão da concepção correspondentista, equipara-se a uma noção deflacionária de verdade (ver, por exemplo, BRANDL, 2017).

⁴⁵ PORTA, 2014a, p. 41. Rollinger também parece sugerir que “Sobre o conceito de verdade” esboça uma concepção de conteúdo de juízo que não estava presente em PES (ROLLINGER, 2009, p. 8).

⁴⁶ McGRATH & FRANK, 2018, introdução.

⁴⁷ BRENTANO, 1930, §57, p. 27.

É inegável, entretanto, que Brentano jamais expõe com suficiente nitidez no texto de 1889 uma teoria do conteúdo de juízo, e tampouco assinala qual seria precisamente a natureza deste conteúdo nas poucas indicações que citamos. O próprio Porta afirma que este conteúdo não parece, afinal, ter natureza proposicional (ou semântica de forma geral)⁴⁸ — o que, com efeito, contrariaria a tendência de toda a obra brentaniana⁴⁹ —, mas não é fácil inferir de que outra natureza poderia ser um tal conteúdo, caso admitamos que Brentano o tenha adotado em 1889. Além disso, a própria passagem em que Brentano menciona a “existência do objeto” e a “inexistência do objeto” como expressões explicativas da verdade dos juízos afirmativo e negativo está longe de representar, com qualquer clareza, uma introdução daquelas expressões como nomes de alguma entidade essencial à estrutura do juízo verdadeiro; com efeito, é mesmo possível ler aquela passagem como uma *recusa* da noção de conteúdo de juízo, uma vez que Brentano se refere àquelas expressões para exemplificar um tipo de explicação incapaz de elucidar efetivamente o seu *explicandum* — analogamente ao que ocorre se alguém “define o conceito de efeito por referência ao conceito de causa, ou define o conceito de maior por referência ao conceito de menor”.⁵⁰

Em qualquer caso, ainda que tomássemos aqueles esparsos elementos textuais como sinais de uma concepção de conteúdo de juízo, não é evidente como uma tal concepção poderia servir de solução ao problema dos juízos negativos verdadeiros originado em PES. De fato, mesmo que a entidade negada num juízo negativo verdadeiro fosse a “existência do objeto” (ou o “ser da coisa”) e não o próprio objeto imanente sobre o qual se funda o juízo, ainda não estaria claro como esta negação da existência do objeto poderia preservar em algum sentido o objeto e, assim, conservar a própria possibilidade da operação do juízo, dados

⁴⁸ PORTA, 2014a, p. 42. Registre-se que Brentano nunca emprega no texto da conferência a expressão “ser da coisa” de que fala Porta, mas apenas em escritos de seu período maduro. A leitura segundo a qual a noção referida por esta expressão opera no texto da conferência parece se basear numa inferência de que Brentano quer aludir àquela noção quando fala em “existência do objeto”.

⁴⁹ Há de se apontar mais uma vez para uma possível ressalva a nossa afirmação: a interpretação minoritária, aludida anteriormente, segundo a qual a teoria do duplo juízo desenvolvida por Brentano em sua fase madura indica uma aceitação de juízos com conteúdo proposicional.

⁵⁰ BRENTANO, 1930, §57, p. 27. É desta última maneira que Smith interpreta a passagem: “To the question whether there are special entities — “judgment-contents” or states of affairs — to which our judgments would correspond, Brentano responds by pointing out that talk of such entities would be of little use. For to elucidate the notion of the truth of the judgment through the notion of the existence of the object is to explain what is understood by appeal to something that is no better understood, and ‘nothing would be accomplished thereby’.” (SMITH, 1994, p. 53.)

os comprometimentos teóricos da psicologia descritiva brentaniana.⁵¹ Uma solução como essa demandaria que Brentano aceitasse que o objeto pode ser portador de alguma espécie de estatuto ontológico que prescindisse da existência; mas nada parece apontar para isso nos textos do período intermediário de Brentano.⁵² Aliás, na própria conferência de 1889 Brentano dá a entender que não concebe uma tal possibilidade quando, após reprovar a substituição da descrição “negar o objeto” pela descrição “negar a existência do objeto” em relação aos juízos existenciais negativos, ele justifica essa reprovação com a afirmação de que “ninguém pensa, em um tal caso, que a coisa possa subsistir, mas sem existência”.⁵³

4.3. Objeto imanente vs. correlato intencional

Mencionamos, duas seções atrás, que não apenas o conceito brentaniano de intencionalidade pode ser decomposto em uma dimensão ontológica e uma dimensão psicológica, mas a Tese Ontológica mesma parece desdobrar-se em atribuições de diferentes determinações ao objeto imanente. Se para apreender o conceito da primeira dessas determinações — a existência mental — devemos nos contentar com os escassos comentários de Brentano nas notas de rodapé a PES examinadas acima, a fonte mais informativa a respeito dos demais aspectos ontológicos do objeto imanente — sua imanência psíquica e sua irreabilidade — é uma outra obra do período intermediário brentaniano: a *Psicologia descritiva* (DP).

Nas lições reunidas em DP, ministradas nos anos 1890-1891, Brentano preocupa-se principalmente em fornecer uma ontologia formal, e em especial uma mereologia, dos atos de consciência. O ponto de partida das lições é a tese de que a unidade da consciência não pressupõe sua simplicidade; pelo contrário, a consciência é estruturalmente complexa, e esta complexidade se apresenta sob a forma de distintas relações entre todo e parte e entre as partes mesmas dos fenômenos psíquicos. Interessa-nos, aqui, destacar que uma relação especial entre partes da consciência é justamente aquela que se observa entre o ato e seu objeto: com efeito, ato e objeto são *partes distintacionais* (isto é, partes não efetivamente separáveis, mas apenas conceitualmente distinguíveis) de uma unidade, e esta unidade tem a

⁵¹ Note-se que, em se tratando de uma questão pertinente ao objeto imanente apresentado em PES, a existência discutida aqui só pode ser do tipo *mental*, conforme nossa discussão na seção anterior.

⁵² Como veremos na próxima seção, há comentadores que sugerem o contrário.

⁵³ BRENTANO, 1930, §41, p. 22.

peculiaridade de que uma de suas partes distintivas é real (o ato) enquanto sua outra parte é irreal (o objeto, ou correlato do ato).⁵⁴ Brentano elucida este contraste de naturezas ontológicas da seguinte maneira:

Uma pessoa pensada é tão pouco algo real quanto uma pessoa que deixou de ser [*gewesener Mensch*]. Por isso a pessoa pensada não tem uma causa própria e tampouco pode exercer efeitos propriamente; mas enquanto o ato de consciência (o pensamento da pessoa) é efetuado, a pessoa pensada (o correlato não real do ato) está co-presente [*mit da*]. Os correlatos não são separáveis entre si, exceto distintivamente.⁵⁵

Recentemente, entretanto, alguns comentadores vêm colocando em dúvida o entendimento de que o objeto de que Brentano fala em PES possa ter, de fato, o caráter irreal e de inseparabilidade em relação ao ato que o texto de DP parece lhe atribuir. Antonelli, por exemplo, argumenta que interpretar o objeto imanente brentano como uma parte não real e inextricável do fenômeno psíquico equivale a atribuir uma posição indefensável ao Brentano do período intermediário, na medida em que o pensamento de um objeto A efetivamente existente só pode ser compreendido como direcionado a um A *transcendentemente* existente, e não a algum A literalmente imanente à consciência; por outro lado, caso A não exista efetivamente, não se pode admitir que, na ausência do A transcendente, o direcionamento intencional da consciência se altere para mirar apenas um A pensado, irreal e interno à consciência.⁵⁶ E embora o próprio Chisholm tenha reconhecido as inconsistências da Tese Ontológica — de fato, em sua reconstrução do desenvolvimento da filosofia brentaniana, Chisholm identifica tais inconsistências como a principal motivação para o abandono daquela tese e para a subsequente adoção de uma caracterização puramente relacional da intencionalidade por Brentano —, não é plausível, na visão de Antonelli, que Brentano tenha de fato sustentado uma tese tão patentemente frágil em sua fase pré-reísta.⁵⁷

⁵⁴ BRENTANO, 1982, p. 21.

⁵⁵ Ibid., p. 21.

⁵⁶ ANTONELLI, 2009, p. 472. A nosso ver, não é evidente que a Tese Ontológica implique de fato a situação descrita por Antonelli, uma vez que a interpretação do objeto intencional como literalmente imanente ao ato parece, precisamente, interditar a referência a um objeto transcendente que Antonelli presume ocorrer no caso do pensamento de um “A efetivamente existente”. De qualquer forma, parece inegável que a atribuição de um imanentismo ingênuo a Brentano implica ao menos dificuldades similares, igualmente resultantes do caráter auto-referente que a leitura imanentista atribui a todo direcionamento intencional — como é o caso do problema dos juízos negativos verdadeiros.

⁵⁷ Com efeito, Antonelli rejeita integralmente a leitura da Tese Ontológica; ou seja, ele nega não apenas que Brentano tenha atribuído ao objeto a irrealidade e a inseparabilidade em relação ao ato (ou a imanência psíquica em sentido literal), mas igualmente a existência mental — para Antonelli, a teoria do juízo brentaniana não

A opção de Antonelli, e de outros autores contrários à atribuição da Tese Ontológica a Brentano,⁵⁸ será então a de tomar o “correlato não real” (“correlato intencional”, “conteúdo”) de que fala DP como uma entidade distinta do “objeto imanente” (“objeto intencional”) de que fala PES, em contraposição à leitura majoritária que entende que Brentano se refere, com aquelas expressões, a uma mesma entidade. Para além da motivação sistemática por trás da nova leitura, os intérpretes que a defendem costumam apontar para o que consideram uma evidência textual inequívoca: uma carta que Brentano escreveu a seu antigo aluno Anton Marty em 1905.⁵⁹ Nesta carta, Brentano se queixa da posição que um outro autor ligado a sua Escola, Alois Höfler, havia-lhe atribuído a respeito, justamente, da natureza do objeto imanente, e afirma:

A minha opinião nunca foi a de que o objeto imanente é idêntico ao ‘objeto representado’. Uma representação não tem por objeto ‘coisa representada’, mas ‘a coisa’; com efeito, a representação de um cavalo, por exemplo, não tem ‘cavalo representado’, mas ‘cavalo’ por objeto (por objeto imanente, isto é, o único objeto a portar autenticamente este nome).⁶⁰

O que Brentano chama, aqui, de “objeto representado” corresponderia, na leitura de Antonelli, ao “correlato intencional” de DP: uma parte distintiva da unidade complexa do fenômeno psíquico, imanente à consciência em sentido literal e de natureza não real por oposição à natureza real do ato em sentido estrito. Com efeito, o exemplo do “cavalo representado” parece perfeitamente simétrico ao da “pessoa pensada” que ilustrava o correlato intencional em DP. Por outro lado, “objeto imanente” (“a coisa”, “cavalo”) denotaria o objeto intencional mencionado na famosa passagem de PES.

Brentano ainda fornece, na carta, uma importante descrição de como diferem entre si o “objeto representado” e o “objeto imanente”, baseada na distinção entre consciência primária e consciência secundária:

comporta qualquer equivocidade do conceito de existência (Ibid., p. 479). Surpreendentemente, todavia, seu argumento, que se baseia no texto de PES, ignora completamente o teor das mencionadas notas de rodapé à famosa passagem sobre a intencionalidade nas quais Brentano indica a distinção entre existência efetiva e existência mental.

⁵⁸ Para um resumo das posições e argumentos de tais autores, ditos continuístas (já que, ao rejeitar a leitura da Tese Ontológica, eles negam a ruptura que se costuma enxergar entre o período intermediário e o período maduro da filosofia de Brentano), ver TAIEB, 2018, p. 93-97.

⁵⁹ Embora a data da carta ultrapasse o limite temporal da fase intermediária de Brentano, ela deve ser levada em consideração em nossa investigação uma vez que o texto da carta faz referência às ideias que Brentano havia sustentado naquele período.

⁶⁰ BRENTANO, 1930, p. 87-88.

O “cavalo pensado” tomado como objeto [*Objekt*] seria o objeto [*Gegenstand*] da percepção interna, o qual o pensador percebe quando aquele objeto forma um par de correlativos com o pensamento, já que correlativos são perceptíveis apenas em conjunção. Mas o que é sentido [*empfinden*] como objeto primário ou pensado universalmente pelo entendimento como objeto primário não é o objeto da percepção interna.⁶¹

O que distingue “cavalo” de “cavalo pensado” é, portanto, o nível de consciência do fenômeno psíquico que se dirige a cada um daqueles objetos: primário ou secundário. Se penso em um cavalo que vi recentemente, por exemplo, o objeto do meu ato é pura e simplesmente o cavalo. Por outro lado, no exercício da percepção interna — a co-consciência de que é dotado todo fenômeno psíquico e pelo qual este toma a si mesmo como objeto de cognição —, tenho por objeto “cavalo pensado”, ou seja, um dos membros do par de correlatos ato-objeto formador do meu pensar primário dirigido ao cavalo *simpliciter*. “Cavalo pensado” e “cavalo” são, respectivamente, o objeto secundário (mais precisamente: o correlato não real do par de correlatos que formam o objeto secundário) e o objeto primário do ato de pensar em um cavalo.

Antonelli interpreta, ainda, a relação entre o objeto imanente e o objeto representado nos termos de outra análise mereológica brentaniana, concernente à noção de *partes distintionais em sentido modificado*. Brentano afirma no texto de DP que, para além das partes distintionais em sentido próprio da consciência (ato e correlato intencional, por exemplo), é possível identificar elementos que não pertencem, a rigor, à estrutura interna da consciência, mas que “em certo sentido” podem ser tomados como partes distintionais adicionais dos fenômenos psíquicos na medida em que os *objetos* dos atos exibem verdadeiramente aqueles elementos, ou se reduzem a tais elementos. O ato de ver vermelho não contém, a rigor, a cor vermelha (isto é, o próprio ato não é vermelho), e portanto não se pode afirmar que o vermelho seja uma parte distintional em sentido estrito daquele ato; todavia, é possível afirmar que o vermelho é parte daquele ato em sentido modificado ou impróprio, na medida em que o vermelho é o que diferencia o ver vermelho de, por exemplo, um ato de ver azul; e, no que concerne ao correlato intencional (o “vermelho visto”), é possível também atribuir a este correlato a cor vermelha por “distinção modificativa”.⁶² O conceito de distinção modificativa remete a uma noção que Brentano já havia apresentado em PES, a de predicado

⁶¹ Ibid., p. 88-89.

⁶² BRENTANO, 1982, p. 26-27.

modificativo: enquanto o predicado “culto” adiciona uma determinação ao sujeito “homem” — e por isso pode ser chamado de predicado determinativo —, o predicado “morto” altera completamente o sentido de “homem” (já que um homem morto deixa de ser um homem) — e por isso pode ser chamado de predicado modificativo.⁶³ Analogamente, num ato de ver vermelho, o vermelho pode ser considerado parte distintional do “vermelho visto” apenas em sentido impróprio, porque o deslocamento do vermelho em sentido próprio (o objeto primário) para o âmbito do objeto secundário transforma o sentido de vermelho: o vermelho que se atribui ao “vermelho visto” não é mais um autêntico vermelho, mas apenas um vermelho em sentido modificado. Esta relação de modificação (ou, em sentido oposto, de *desmodificação*) é, segundo Antonelli, a relação que se estabelece invariavelmente entre objeto intencional e correlato intencional.⁶⁴

Quanto à natureza do objeto imanente, Brentano adiciona ainda o seguinte comentário na carta a Marty:

Quando eu falava de ‘objeto imanente’, eu empregava o termo ‘imanente’ para evitar um mal-entendido, porque alguns chamam de ‘objeto’ o que está fora da mente. Eu falava, todavia, de um objeto da representação que a ela pertence ainda que nada fora da mente corresponda à representação.⁶⁵

De acordo com Antonelli, esta passagem revelaria que o autêntico objeto da representação não é algo que está fora da mente, como que por oposição ao correlato intencional; em verdade, o “objeto imanente” não seria, em sentido literal, nem imanente e nem transcendente à consciência, mas ontologicamente neutro. Antonelli argumenta que essa concepção de objeto imanente não se apoia apenas nas afirmações explícitas de Brentano, mas pode ser inferida igualmente da influência aristotélica e escolástica presente na obra brentaniana: o “objetivo” ou “objetual”, nesta tradição, esteve sempre ligado à atividade da consciência, e não se subsumia a categorias ontológicas como real ou irreal, imanente ou transcendente, existente ou inexistente.⁶⁶ Também em Brentano, portanto, “ser objeto” equivaleria simplesmente a “ser representado”.

⁶³ BRENTANO, 2008, p. 239-240, nota 255. Como veremos no próximo capítulo, esse aparato conceitual será bastante relevante para a distinção twardowskiana entre conteúdo e objeto de representação.

⁶⁴ ANTONELLI, 2009, p. 482.

⁶⁵ BRENTANO, 1930, p. 87.

⁶⁶ “« Objet » n’est pas du tout synonyme de « chose » ou d’« entité », mais se réfère à une chose en fonction de l’aspect ou du point de vue selon lequel une chose est présente à notre esprit : dans toute activité psychique

Ainda que as passagens apontadas por Antonelli sejam bastante claras em seu intuito de estabelecer as referidas dicotomias, note-se que o que está em pauta é a plausibilidade de identificar tais dicotomias (“objeto imanente” vs. “objeto representado”, “objeto primário” vs. “objeto secundário”, “vermelho” vs. “vermelho visto”) com uma pretensa dicotomia entre o “objeto imanente” mencionado em PES e o “correlato intencional” mencionado em DP — o que não é inconteste.⁶⁷ Para além da coerência teórica das identificações conceituais, outro fator decisivo a um veredicto sobre o assunto é, claramente, a frequência com que outros escritos de Brentano parecem distinguir ou, pelo contrário, identificar os termos da dicotomia proposta.⁶⁸

Independentemente dos méritos da leitura de Antonelli, contudo, atentemos para os efeitos que uma tal leitura pode exercer sobre o tratamento do problema que nos interessa: o do funcionamento dos juízos negativos verdadeiros. Se o legítimo objeto do juízo é o objeto imanente da representação que funda o juízo, e se este objeto não é parte da própria estrutura do ato de julgar, mas um alvo intencional livre de qualquer determinação ontológica pré-estabelecida, então parece vislumbrar-se, afinal, a possibilidade de um juízo negativo verdadeiro que não iniba a sua própria operação — nesta hipótese, o juízo teria por objeto algo de inexistente, mas a inexistência do objeto não acarretaria qualquer alteração da estrutura interna do juízo, uma vez que a negação não se dirige ao par de correlatos que forma a unidade do fenômeno psíquico.

Note-se que esta solução pressupõe que a inexistência do objeto intencional não implique a *ausência* de objeto intencional, em observância da Tese Psicológica brentaniana segundo a qual todo fenômeno psíquico tem por essência a direção a um objeto. De fato, a atribuição de neutralidade ontológica ao objeto imanente por Antonelli parece ter precisamente esse propósito: permitir que o fenômeno psíquico se dirija a um objeto inexistente sem que isso enseje a destruição da própria estrutura intencional, o que parece

nous avons toujours quelque chose (une chose, une entité) pour objet, qu’il s’agisse d’un objet visible, audible ou connaissable.” (ANTONELLI, 2009, p. 471-2.)

⁶⁷ Smith, por exemplo, lê a passagem de DP sobre a distinção entre “vermelho visto” e “vermelho” como um contraste entre, respectivamente, “o objeto do pensamento” (ou seja, o objeto imanente de PES) e “o objeto no mundo” (SMITH, 1994, p. 52).

⁶⁸ Com efeito, Taieb apresenta uma série de passagens em que Brentano parece empregar os termos “conteúdo”, “correlato” e “objeto” indistintamente (TAIEB, 2018, p. 97-8). À parte a questão das evidências textuais, pode-se apontar ainda para o fato de Antonelli não considerar que, além da influência aristotélica, há também na obra de Brentano marcas da doutrina moderna das *qualidades secundárias*, as quais se fundem de modo peculiar, no pensamento brentaniano, à noção aristotélica de objeto de percepção (ver PORTA, 2014a, p. 36), ameaçando a plausibilidade de se assimilar o conceito brentaniano ao conceito aristotélico-escolástico de objeto.

ocorrer sob a interpretação tradicional do objeto como parte distincional do ato, e o que ocorreria igualmente se o objeto fosse tido por transcendente. Todavia, como vimos anteriormente, é duvidoso que Brentano tenha admitido a possibilidade de um objeto que subsista de algum modo sem ser existente; pelo contrário, suas frequentes declarações de que “negar a existência do objeto” e “negar o objeto” são expressões equivalentes apontam para a conclusão oposta.

Gostaríamos, aqui, de apenas aludir a uma outra interpretação da teoria da intencionalidade brentaniana, semelhante à de Antonelli em alguns aspectos, mas distinta em pontos importantes no que concerne às suas consequências para a concepção de juízo negativo. Trata-se da leitura perspectivista de Chrudzimski.⁶⁹ Esta leitura, em oposição à de Antonelli, não identifica uma distinção entre o que Brentano chamou “objeto intencional” e “correlato intencional”; pelo contrário, Chrudzimski segue o entendimento tradicional de que Brentano se referia com aquelas expressões a uma mesma entidade, a qual possui as características que Brentano atribui ao correlato em DP: natureza não real e inseparabilidade em relação ao ato em sentido estrito. Contudo, Chrudzimski propõe que a relação intencional entre um sujeito e seu objeto imanente seja distinguida da referência intencional que pode, ou não, ser estabelecida entre aquele sujeito e um objeto exterior, a depender da existência de tal objeto. Fundamental para essa distinção seria o reconhecimento de que, embora cada fenômeno psíquico se direcione autenticamente apenas a seu objeto imanente, a situação é outra *da perspectiva do próprio sujeito*, na medida em que, no exercício da consciência primária do objeto, este objeto é *tomado pelo sujeito como um objeto transcendente*. Como diz Chrudzimski, trata-se de uma “pseudo-relação” entre sujeito e objeto transcendente.⁷⁰ Este objeto transcendente, por sua vez, se vincula com o objeto imanente precisamente por meio da distinção modificativa de que fala Brentano em DP: o objeto imanente é dotado, em sentido modificado, dos mesmos atributos pertencentes em sentido próprio ao objeto transcendente. A pseudo-referência ao objeto transcendente pode ser vista, assim, como um processo de *desmodificação* do objeto imanente. No que se refere aos juízos negativos verdadeiros, pode-se entender, segundo esta leitura, que a negação do objeto dirige-se, da perspectiva do sujeito, ao objeto *transcendente* que lhe aparece; mas a inexistência deste

⁶⁹ Uma versão concisa desta leitura consta de CHRUDZIMSKI, 2013; uma versão mais longa e detalhada está em CHRUDZIMSKI, 2001.

⁷⁰ CHRUDZIMSKI, 2013, p. 134-135.

objeto transcendente não afeta em nada a estrutura do juízo, uma vez que a única relação intencional legítima é a que se estabelece entre o ato e seu objeto imanente, a qual independe do *status* do objeto transcendente pretensamente visado pela consciência primária. Uma tal leitura apresentaria, ainda, a vantagem, em relação à de Antonelli, de não se comprometer com a admissibilidade da subsistência de objetos inexistentes no pensamento de Brentano — independentemente de uma avaliação sobre a suficiência do seu embasamento nos escritos brentanianos, à qual não procederemos aqui.

4.4. Objeto imanente vs. objeto exterior

Por *teorias ontológicas* da intencionalidade podemos entender as teorias da intencionalidade que postulam alguma entidade especial para além dos atos de consciência e dos objetos da realidade exterior. Dentre tais teorias, é possível estabelecer uma classificação em dois grandes grupos, sob o critério do papel cumprido por aquela entidade especial de acordo com cada teoria: há, por um lado, *teorias do objeto* — para as quais a entidade postulada é o alvo intencional último dos atos de consciência — e há, por outro lado, *teorias do mediador* — para as quais a entidade postulada não é um alvo último, mas apenas uma forma de mediação entre o ato e a realidade exterior.⁷¹ No que se refere a uma tal divisão, a leitura de Antonelli mencionada na seção anterior, embora crítica da visão tradicional da natureza do objeto imanente brentiano, converge com a interpretação historicamente majoritária ao tomar a doutrina de Brentano como uma teoria do objeto: o objeto imanente brentiano é, tanto para Antonelli quanto para os adeptos da leitura tradicional, o alvo último da relação intencional, e não um mediador entre a consciência e a realidade transcendente.⁷²

Entretanto, alguns comentadores⁷³ vêm sugerindo que a teoria da intencionalidade de Brentano, ao menos durante uma porção do período intermediário de sua filosofia, pode ser tomada como um teoria do mediador, pois Brentano parece indicar em certos escritos que o direcionamento intencional da consciência não tem como termo final o objeto imanente ao

⁷¹ CHRUDZIMSKI & SMITH, 2004, p. 206.

⁷² Ainda que se considere que há duas “entidades especiais” na teoria da intencionalidade brentiana segundo a interpretação de Antonelli — o objeto imanente e o correlato intencional —, o dado fundamental é que não se sugere que haja relação de *mediação* entre tais entidades ou entre qualquer uma delas e a realidade exterior.

⁷³ Por exemplo, Rollinger (ROLLINGER, 2009) e Fréchette (FRÉCHETTE, 2017).

ato; o objeto imanente seria, em verdade, um meio pelo qual o ato se refere aos objetos do mundo exterior. A evidência textual primária para esta concepção está, segundo aqueles comentadores, em certos trechos das lições sobre lógica ministradas pelo Brentano intermediário, cujas notas foram coligidas num manuscrito conhecido como “EL 80”.⁷⁴ As passagens relevantes do manuscrito são aquelas em que Brentano discute como os elementos dos fenômenos psíquicos se relacionam com as expressões linguísticas, e em particular como o funcionamento dos nomes se vincula com as representações. Numa dessas passagens, Brentano afirma:

O nome indica [*bezeichnet*], em certo sentido, o *conteúdo* de uma representação enquanto tal, o objeto imanente; em certo sentido, o nome indica *aquilo que é representado pelo conteúdo de uma representação*. O primeiro é a significação do nome. O segundo é aquilo que o nome denota [*nennt*]. Deste último, dizemos que é transmitido pelo nome; e que é, caso exista, o objeto exterior da representação. A denotação ocorre por mediação da significação.

(...)

Quando digo que o sol se levanta, não quero dizer que o conteúdo de minha representação se levanta; falo de um evento exterior. (...) Para tanto, basta que o objeto exterior seja denotado; a significação não precisa sê-lo; este último é apenas o conteúdo da representação sol, por cuja mediação o objeto é denotado.⁷⁵

A concepção das funções de um nome sugerida nesta passagem tornou-se bastante difundida entre os autores da época, e versões dessa mesma teoria podem ser encontradas, por exemplo, nos escritos de Twardowski e de Husserl.⁷⁶ Com efeito, a tese de que, em geral, o conteúdo de nossas representações serve de mediador entre a representação e o seu objeto parece de especial relevância no tocante à relação entre as teorias da intencionalidade de Brentano e de Twardowski, na medida em que Twardowski foi tradicionalmente creditado como o autor que introduziu a distinção conteúdo-objeto na Escola de Brentano (ou, ao menos, como o autor que desenvolveu amplamente a mera sugestão de Höfler no sentido de que uma tal distinção deveria ser reconhecida), o que foi tomado como uma tentativa de

⁷⁴ Como explica Rollinger (ROLLINGER, 2009, p. 6), datar o texto de “EL 80” é uma tarefa ingrata. As notas de aula originais correspondem a um curso ministrado no inverno de 1869-1870; todavia, Brentano continuou revisando e editando o manuscrito por cerca de duas décadas, e nem sempre é possível determinar em que momento cada correção ou adição foi feita.

⁷⁵ BRENTANO, 2011, 13.018-13.019.

⁷⁶ Em “EL 80” Brentano recorre, inclusive, a um argumento essencialmente idêntico ao que Twardowski e Husserl empregariam mais tarde em favor da necessidade de diferenciar entre a significação e a referência de um nome: a existência de nomes com referente idêntico e significações distintas (ver ROLLINGER, 2009, p. 7).

correção à teoria bipartite (na qual se postula apenas o par ato-objeto como essencial à estrutura intencional) apresentada em PES.⁷⁷

Em qualquer caso, é importante observar que, ainda que Brentano tenha de fato adotado uma concepção de objeto imanente como mediador em “EL 80”, deve-se supor que tal concepção se restringiu a uma fase passageira de seu pensamento intermediário; de fato, nem o texto de PES (anterior à maior parte do período em que as lições de lógica foram ministradas) nem o de DP (posterior àquelas lições) dão mostras de uma teoria do mediador.⁷⁸ Ademais, Brentano não parece sustentar consistentemente ao longo do próprio texto de “EL 80” a teoria do mediador sugerida na passagem mencionada; com efeito, outras passagens parecem admitir que o objeto imanente da representação possa ser, ele mesmo, o alvo intencional último da consciência em certos casos, como naqueles em que não há objeto exterior a ser designado por um nome.⁷⁹

A hipótese do nome sem referente mencionada por Brentano, aliás, tem relação direta com o que nos interessa neste capítulo e com o que nos ocupará a partir do próximo capítulo: o problema dos juízos negativos verdadeiros e a relação entre as teorias da intencionalidade de Brentano e de Twardowski. Em primeiro lugar, atente-se para as expressões que Brentano utiliza em alusão à significação e ao referente dos nomes na passagem de “EL 80” citada: respectivamente, “objeto imanente” e “objeto exterior”. Se há de fato, ali, uma novidade em relação à concepção de intencionalidade de PES, não parece tratar-se da introdução de uma nova entidade especial com a função de mediar a relação entre ato e objeto imanente; pelo contrário, trata-se de sugerir que o próprio objeto imanente, que antes ocupava a posição de termo final da relação intencional, passe a ser visto como um mediador, sem a necessidade

⁷⁷ Para uma discussão sobre como a história da distinção conteúdo-objeto na Escola de Brentano é tradicionalmente narrada e como o reconhecimento de uma teoria do mediador em “EL 80” pode afetar aquela narrativa, ver BETTI, 2013.

⁷⁸ Rollinger (ROLLINGER, 2009, p. 5-6) afirma, contudo, que a distinção entre conteúdo e objeto de representação já pode ser extraída de um manuscrito que Brentano pretendia incluir em PES mas que acabou fora da obra publicada. Para além do fato de que o manuscrito não representa necessariamente a opinião que Brentano decidiu veicular ao publicar o livro, acreditamos que a passagem apontada por Rollinger não é clara no que diz respeito à distinção mencionada, e certamente não fornece evidência suficiente para que se ignore que Brentano emprega os termos “objeto” e “conteúdo” indistintamente no texto publicado de PES (inclusive na famosa passagem que introduz a in-existência intencional do objeto). Quanto a DP, note-se que, mesmo que se queira aderir à interpretação de Antonelli segundo a qual haveria, ali, uma distinção entre correlato intencional e objeto intencional, não parece haver qualquer menção no texto de uma relação de *mediação* entre aquelas entidades (e isso tampouco faz parte da leitura de Antonelli, como dito).

⁷⁹ BRENTANO, 2011, 13.019. A sugestão de que esta passagem exprime uma teoria do objeto, e não uma teoria do mediador, é de Chrudzimski e Smith (CHRUZIMSKI & SMITH, 2004, p. 207).

de postulação de qualquer entidade adicional. Ou seja: se a concepção de “EL 80” constitui uma versão brentaniana da distinção conteúdo-objeto, então deve-se reconhecer que o que antes era chamado por Brentano de objeto (imane) é o que faz o papel do conteúdo no manuscrito, e o novo alvo do direcionamento intencional é o objeto da realidade exterior. Uma consequência importante a ser extraída deste fato é que, se a entidade visada pelo ato por intermédio do objeto imane é, nos casos corriqueiros, algo de transcendente, então é preciso admitir a possibilidade de que, caso aquele objeto exterior não exista, o ato não terá qualquer objeto intencional último. Em outras palavras: Brentano deve admitir, dados os elementos da teoria do mediador de “EL 80”, a possibilidade de *representações sem objeto* — o que não é apenas indicado pelo reconhecimento de nomes sem referente, mas afirmado expressamente em outra passagem do manuscrito.⁸⁰ Evidentemente, não há propriamente contradição, neste ponto, entre “EL 80” e PES, uma vez que o objeto a que Brentano se refere no manuscrito quando afirma que há representações sem objeto é o *objeto exterior*, e não o objeto imane — o qual, reitera Brentano, acompanha invariavelmente toda representação.

A partir desta constatação, pode-se ver que a distinção entre objeto imane e objeto exterior que embasa a teoria do mediador esboçada em “EL 80” não parece capaz de alterar significativamente a dificuldade atinente aos juízos negativos verdadeiros. Com efeito, se supuséssemos que o objeto negado por um juízo verdadeiro fosse, efetivamente, o objeto exterior, e não o objeto imane da representação que funda o juízo (como em PES), ainda não passaria a ser compreensível como, afinal, o juízo poderia se referir de qualquer forma a um objeto que não existe.⁸¹ De fato, como já indicamos, Brentano não parece admitir em qualquer escrito do período intermediário a subsistência de objetos inexistentes — e, como veremos, este é um aspecto em que a teoria da intencionalidade de Twardowski se afasta inclusive da versão da teoria brentaniana que se delineia em “EL 80”.⁸²

⁸⁰ BRENTANO, 2011, 13.016.

⁸¹ Percebe-se, mais uma vez, a importância do caráter ontologicamente neutro que a referida leitura de Antonelli pretende atribuir ao objeto imane brentaniano: trata-se de uma condição de possibilidade para a referência a um objeto inexistente, já que, se o objeto for considerado literalmente imane ao ato ou se for considerado transcendente ao ato, não parece haver qualquer margem para a dissociação entre a existência e o ser do objeto. Como dito, a dificuldade está em depreender dos textos brentanianos uma tal doutrina.

⁸² Betti argumenta que a distinção conteúdo-objeto que Brentano esboçou em “EL 80”, assim como as demais versões desta distinção desenvolvidas no mesmo período na Escola de Brentano, foram tentativas de resolver a dificuldade envolvendo os juízos negativos verdadeiros brentanianos, em resposta às críticas de autores importantes da época como Windelband e Sigwart. Entretanto, adiciona Betti, a única proposta de distinção capaz de solucionar adequadamente o impasse teria sido a de Twardowski — justamente porque Twardowski foi capaz de apresentar uma teoria em que a inexistência do objeto de representação é compatível com a manutenção da estrutura representacional (BETTI, 2013).

Há, certamente, diferentes graus de plausibilidade dentre as possibilidades de resolução ao problema dos juízos negativos verdadeiros que exploramos nas últimas seções. Ainda que tenhamos indicado as propostas de leitura que nos parecem mais promissoras, seria necessário aprofundarmo-nos muito mais em cada escrito brentariano e em cada tópico discutido pela literatura secundária para chegarmos a uma posição suficientemente fundamentada sobre como aquela dificuldade pode ser convincentemente resolvida nos marcos da própria filosofia de Brentano — isto é, se quiséssemos insistir em buscar uma única teoria consistente no período intermediário brentariano.⁸³

⁸³ Chrudzimski e Smith, por exemplo, negam que Brentano tenha sustentado consistentemente uma única concepção de intencionalidade naquele período (CHRUDZIMSKI & SMITH, 2004, p. 207).

CAPÍTULO 2

Objetos intencionais inexistentes: Twardowski e a rejeição de representações sem objeto

Uma descrição tradicional e ainda hoje frequente da contribuição prestada à Escola de Brentano pelo ensaio *Sobre a doutrina do conteúdo e do objeto das representações* (ZLIGV), de 1894, pode ser resumida desta maneira: naquele ensaio, Twardowski combinou a preservação de alguns dos pilares fundamentais da psicologia descritiva brentaniana — a Tese Psicológica, segundo a qual a essência dos fenômenos psíquicos está no seu direcionamento a um objeto; a classificação tripartite dos fenômenos psíquicos em representações, juízos e fenômenos de amor e ódio; a teoria idiogênica do juízo, segundo a qual os juízos se distinguem das representações pelo seu específico modo de direcionamento ao objeto, e não por qualquer diferença entre os próprios objetos daqueles dois tipos de fenômeno psíquico; etc. — com a introdução de uma emenda crucial à doutrina de Brentano: a distinção entre o conteúdo e o objeto das representações e, conseqüentemente, a atribuição de uma estrutura tripartite (constituída de ato, conteúdo e objeto) a toda representação. Excetuada a impressão que tal descrição talvez possa suscitar de que a distinção entre conteúdo e objeto foi uma criação doutrinária *ex nihilo* por parte de Twardowski,⁸⁴ trata-se de uma leitura essencialmente correta. Todavia, é evidente que a brevidade de uma tal descrição deixa ainda por serem esclarecidas as motivações e as conseqüências daquele acréscimo twardowskiano à psicologia descritiva de Brentano, e é muitas vezes a análise destes aspectos complementares à proposta principal o que permite que se revelem distanciamentos entre as doutrinas de um e de outro autor que vão muito além da distinção mesma entre conteúdo e objeto.

Inobstante, por exemplo, a aceitação por Twardowski da concepção brentaniana de juízo em seus termos gerais,⁸⁵ a separação entre o conteúdo e o objeto das representações

⁸⁴ Por um lado, há ampla evidência de que outras propostas de distinção entre o conteúdo e o objeto das representações anteciparam o opúsculo de Twardowski; de fato, como visto, o próprio Brentano indicou uma tal distinção em suas lições sobre lógica, e o texto mesmo de ZLIGV atribui a outros autores (como Bolzano, Zimmermann, Höfler e Kerry) propostas análogas. Por outro lado, não nos parece de todo enganoso falar numa inovação por parte de Twardowski na medida em que, como veremos, a sua versão daquela distinção, seja em função de sua particular concepção da relação entre os dois elementos diferenciados, seja em função de sua particular caracterização do contraste entre as naturezas daqueles elementos, afasta-se em aspectos importantes das propostas precedentes. Para uma defesa da originalidade da proposta twardowskiana, remetemos mais uma vez a BETTI, 2013.

⁸⁵ Esse é o caso ao menos em 1894. Nos anos seguintes, a teoria do juízo de Twardowski se distanciou gradualmente da teoria brentaniana (ver SCHAAR, 2016, p. 97-116).

tem como uma de suas motivações explícitas, no texto de ZLIGV, a dificuldade sobre a qual nos debruçamos no capítulo anterior: a operação dos juízos negativos verdadeiros em uma teoria comprometida com os princípios da psicologia descritiva de Brentano. Twardowski argumenta que tanto o juízo de negação quanto o juízo de afirmação da existência de um objeto dependem de que aquele objeto seja previamente representado; entretanto, se o objeto não existe, como é o caso dos objetos de juízos negativos verdadeiros, então resta claro que não é o próprio objeto o garantidor da representação subjacente ao juízo, mas algo na estrutura da representação que existe invariavelmente: um determinado *conteúdo* de representação.⁸⁶ A partir, portanto, do reconhecimento de um problema concernente à teoria do juízo (dentre outras motivações), Twardowski enxerga a necessidade de distinguir duas entidades que se confundiam na concepção brentaniana de objeto. Esta distinção pode ser mais bem vista como o resultado necessário da separação de duas propriedades que Brentano atribuía a uma mesma entidade: de um lado, a *imanência psíquica*, característica do objeto tomado como *parte* do fenômeno psíquico em sentido amplo — o principal atributo destacado por Brentano em sua descrição do “correlato intencional” em DP —; de outro lado, a *objetualidade* ou *intencionalidade*, característica do objeto visto como *alvo* do direcionamento intencional da consciência — conforme a Tese Psicológica apresentada na famosa passagem de PES. Como vimos, a reunião destas duas características sob o conceito de objeto imanente era precisamente o que condenava a teoria de Brentano ao impasse dos juízos negativos verdadeiros. Em Twardowski, aquelas propriedades são cindidas e passam a se instanciar em elementos distintos da estrutura intencional — respectivamente, o conteúdo e o objeto de representação —, e um dos efeitos de tal cisão é precisamente a superação do impasse brentaniano que lhe havia servido de motivação.⁸⁷

Se ainda assim é correto afirmar que a concepção de juízo apresentada em ZLIGV preserva os traços essenciais da teoria idiogênica do juízo — uma vez que se mantém vigente o princípio de que o objeto de todo juízo é idêntico ao objeto da representação que o funda,

⁸⁶ TWARDOWSKI, 2017, p. 60. Analisaremos outros aspectos deste argumento mais à frente.

⁸⁷ Note-se que Twardowski não apresenta a sua reforma da teoria idiogênica do juízo como uma crítica a Brentano; de fato, ao longo de ZLIGV Twardowski evita apontar expressamente qualquer falha na teoria brentaniana — eis um motivo pelo qual não é sempre óbvio se ele julga se distanciar ou se aproximar de seu antigo professor a respeito de cada ponto doutrinário. Como veremos, certas teses de ZLIGV, embora incompatíveis com a doutrina de PES, assemelham-se a algumas das indicações presentes em outros escritos brentanianos, ou sugeridas por intérpretes a partir de outros escritos brentanianos, discutidas no capítulo anterior.

e que julgar equivale a afirmar ou negar a existência de tal objeto —, é preciso reconhecer que a distinção entre conteúdo e objeto não promove a mera correção de um empecilho presente na versão brentaniana daquela teoria, mas, em verdade, altera substancialmente o que significa julgar — e, em particular, negar — um objeto, na medida em que a distinção de Twardowski ocasiona uma radical transformação na compreensão da *natureza* do objeto intencional. Com efeito, uma vez libertado do ônus de uma literal inserção no âmbito psíquico, e determinado unicamente por seu *ser-representado*, este novo objeto passa a ser concebido como portador de uma generalidade irrestrita em face de diversas categorias ontológicas tradicionais. Em particular, o conceito twardowskiano de objeto estará perfeitamente apto a abarcar em sua extensão a classe dos *inexistentes*: para Twardowski, há objetos que não existem e que nem por isso deixam de ser objetos. Isso significa que, em Twardowski, um juízo negativo verdadeiro não é o mesmo que um juízo *sem objeto*: a atribuição de inexistência, pelo contrário, deixa intocado o objeto enquanto alvo intencional do juízo (e da representação subjacente ao juízo). Twardowski, assim, leva às últimas consequências a sua reforma da doutrina do juízo brentaniana: se, para que se pudesse resguardar a integridade da estrutura intencional da consciência em face da operação dos juízos negativos, era necessário retirar o objeto da vulnerável posição de parte integrante do ato psíquico (ocupada anteriormente pelo objeto imanente brentaniano), um dos resultados deste deslocamento do objeto é a sua perfeita imunização contra a ameaça de inexistência que pairava sobre o correlato intencional de Brentano.

Explica-se assim por que o opositor preferencial de Twardowski em ZLIGV, no que se refere ao tema da natureza mesma de todo direcionamento intencional, é Bolzano, e não Brentano. É certo que a distinção entre conteúdo e objeto, por si só, parece mais próxima da concepção bolzaniana de representação e mais afastada da noção brentaniana de fenômeno psíquico. De fato, se tudo o que estivesse em causa na proposta de Twardowski fosse a sugestão de que fenômenos mentais sempre possuem um certo conteúdo imanente distinto de seu autêntico objeto, poder-se-ia supor que Twardowski estivesse disposto a adotar uma versão do representacionalismo clássico (como o de Bolzano) segundo o qual, nos casos em que o objeto de uma representação não existe, a estrutura intencional daquela representação se limitaria ao próprio ato e a seu conteúdo. O objeto — algo de transcendente ao ato que, no caso especial das representações verídicas, guardaria uma relação de correspondência com o conteúdo — seria visto, assim, como um elemento quase accidental do fenômeno

intencional: a presença de um conteúdo imanente seria condição de possibilidade suficiente da representação, e a referência ao objeto exterior uma casualidade, conveniente mas não imprescindível ao nexu intencional. Este não é, contudo, o ponto de vista adotado por Twardowski, cuja concepção de objeto já nasce intimamente associada à Tese Psicológica de Brentano, conforme a qual a noção de representação sem objeto é um contrassenso. De fato, o atributo de ser-objeto (ou de ser-representado) que caracteriza essencialmente tanto o objeto twardowskiano quanto o brentaniano (embora neste último, como dito, este atributo estivesse combinado com a propriedade da imanência psíquica que, em Twardowski, passa a ser atribuída ao conteúdo) deve ser compreendido como consequência lógica da tese de que todo fenômeno mental tem algo como objeto. Assim, a correção que Twardowski efetua na teoria da intencionalidade brentaniana serve, em última instância, como uma defesa da Tese Psicológica contra a alternativa representacionista defendida por Bolzano e pela maior parte dos empiristas modernos.

No que se segue, buscaremos expor as articulações que ZLIGV promove entre a concepção tripartite de fenômeno psíquico, a nova noção de objeto intencional e a rejeição da possibilidade de representações sem objeto. Como observado por Husserl, o modo de apresentação do texto de ZLIGV é um dos méritos do ensaio;⁸⁸ deve-se reconhecer, porém, que esse modo de apresentação tem, em grande parte, a função de organizar uma série de argumentos e analogias que se reforçam mutuamente mas que, por si mesmos, parecem muitas vezes circulares.⁸⁹ Procuraremos dar conta também do que pretende e do que efetivamente alcança cada ponto da argumentação de Twardowski em seu ensaio.

1. Conteúdo e objeto

1.1. A existência de conteúdos de representação

Como se poderia esperar, ZLIGV está repleto de argumentos em prol da necessidade de se distinguir entre o conteúdo e o objeto de cada representação. O Capítulo 6 do ensaio, em particular, é dedicado a elencar os motivos pelos quais aquela distinção deve ser reconhecida. No entanto, alguns dos argumentos fornecidos por Twardowski parecem já

⁸⁸ HUSSERL, 1979, p. 356.

⁸⁹ Esta é a opinião também de Betti, em particular quanto aos argumentos twardowskianos que comparam as representações aos nomes (BETTI, 2019, seção 2.3).

pressupor que haja em toda representação algo como um conteúdo (ou “objeto imanente”, na terminologia do ensaio) para, a partir desta premissa, estabelecer que tal conteúdo não pode ser idêntico ao autêntico objeto (o “objeto não imanente”) da representação. A nosso ver, esse é o caso, por exemplo, do já mencionado argumento sobre os juízos negativos: embora Twardowski pareça estabelecer com sucesso que a atribuição de inexistência feita por um juízo negativo verdadeiro não pode ser endereçada a um elemento imanente ao ato de representação, este argumento não é capaz de provar que *há um conteúdo* em cada ato; logra-se apenas demonstrar, em verdade, que o objeto representado *não pode ser um conteúdo*. Por outro lado, há em ZLIGV outros argumentos (particularmente importantes para a crítica de Twardowski às hipóteses bolzanianas de representações sem objeto) que buscam provar que toda representação tem, não só um conteúdo, como também *necessariamente* um objeto, e que este não se confunde com aquele — mas também aqui já parece dar-se por concedido que sempre existe um conteúdo em cada ato de representação.⁹⁰ De início, contudo, parece-nos adequado reconstruir os argumentos de Twardowski que buscam estabelecer aquela hipótese: a de que todas as representações são portadoras de um conteúdo, ou seja, um elemento interior à estrutura intencional do ato que não se confunde com o objeto de representação em sentido próprio.

Especialmente relevante para o fim de se estabelecer a necessidade do reconhecimento de conteúdos de representação é, não propriamente um argumento, mas uma analogia oferecida pelo texto de ZLIGV: aquela entre os elementos de uma representação e as funções de um nome. Com apoio na similar argumentação de John Stuart Mill, Twardowski afirma que, quando refletimos sobre a operação dos nomes,⁹¹ uma pergunta impõe-se naturalmente: nomes denominam, mais propriamente, *as coisas* ou *nossas representações das coisas*? Por um lado, é claro que a palavra “sol” serve de nome ao corpo celeste mesmo que denotamos ao usá-la. Por outro lado, é igualmente evidente que o sucesso da comunicação linguística envolve uma conexão entre as palavras e certos conteúdos

⁹⁰ Mais à frente, analisaremos esses argumentos e procuraremos mostrar de quais premissas eles efetivamente partem e quais conclusões eles efetivamente atingem, o que às vezes destoa da autoavaliação que o texto de ZLIGV oferece.

⁹¹ Observe-se que o conceito de nome empregado por Twardowski engloba não apenas nomes próprios (“Napoleão”, “Londres”) e nomes comuns (“cão”, “mesa”), mas tudo o que a lógica tradicional chamou de *expressões categoremáticas*: expressões que têm significação por si mesmas, ou seja, que não precisam de complementação por outras expressões linguísticas para significar algo. É o caso, por exemplo, de “o pai de meu amigo”, em contraste com a expressão *sincategoremática* “o pai de” (TWARDOWSKI, 2017, p. 45). A oposição entre expressões categoremáticas e sincategoremáticas será novamente relevante mais à frente.

psíquicos a elas correspondentes, o que em alguma medida independe das coisas mesmas referidas por aquelas palavras. Aliás, a análise mais detida do aspecto comunicativo da linguagem nos revela que a operação dos nomes se desdobra mais uma vez: se um falante enuncia um nome com o intuito de suscitar no ouvinte um certo conteúdo psíquico, é também verdadeiro que, por meio da mesma ação, o falante comunica ao ouvinte o fato de que ele mesmo, falante, representa a si próprio aquele idêntico conteúdo psíquico enquanto enuncia o nome. A conclusão a ser tirada deste breve exame da prática linguística, segundo Twardowski, é que os nomes exercem três funções distintas: (1) denominam uma *coisa* (o referente do nome); (2) suscitam na consciência do ouvinte um *conteúdo* (a significação do nome); e (3) comunicam ao ouvinte que o falante vivencia naquele momento um *ato* de representação com conteúdo (significação) idêntico ao suscitado no ouvinte. Mais do que isso: para Twardowski, essa tripla função dos nomes, se não serve estritamente como prova, ao menos sugere fortemente que a estrutura das representações é igualmente tríplice — isto é, há um paralelismo entre cada uma daquelas funções dos nomes e cada um dos elementos das representações (objeto, conteúdo e ato).⁹²

Estreitamente associado a essa analogia está um argumento referente ao que Twardowski denomina *representações equivalentes* (*Wechselvorstellungen*). Trata-se de uma variante de um argumento essencialmente idêntico antecipado por autores como Bolzano, Brentano e Frege e retomado posteriormente por Husserl. Representações equivalentes são representações com conteúdos distintos mas com o mesmo objeto — ou, em se adotando a hipótese do paralelismo entre linguagem e consciência, representações cujos nomes correspondentes têm significações diferentes mas um único referente. Twardowski oferece como exemplo o seguinte par de expressões: “a cidade localizada no antigo Juvavum romano” e “o lugar de nascimento de Mozart”. Ambas as expressões (nomes, na acepção alargada em uso aqui) denotam Salzburgo; todavia, cada uma delas se refere àquela cidade por meio de significações distintas. Pode-se traduzir a situação para o plano das próprias representações desta forma: cada representação correspondente àqueles nomes se dirige a um mesmo objeto por meio de conteúdos diferentes. De fato, afirma Twardowski, apesar de referirmo-nos a um mesmo lugar nos dois casos, *o que pensamos* quando concebemos a cidade localizada no antigo Juvavum romano não é idêntico *ao que pensamos* quando nos

⁹² TWARDOWSKI, 2017, p. 44-46.

representamos o lugar de nascimento de Mozart, e a verificação dessa desigualdade é automática: a diferença entre as palavras que compõem cada um daqueles nomes já a atesta.

Explica Twardowski:

Essas duas representações são compostas de partes muito diferentes. Na primeira, aparecem como partes as representações dos romanos e de uma antiga cidade que formava um campo fortificado; na segunda, aparecem como partes as representações de um compositor e da relação em que ele se encontra com a sua cidade natal, enquanto a referência a uma antiga colônia que ocupou aquele local, representada pela primeira representação, está agora ausente. Apesar dessas grandes diferenças entre as partes dos conteúdos de representação, ambos os conteúdos referem-se a um mesmo objeto. As mesmas propriedades que pertencem ao lugar de nascimento de Mozart também pertencem à cidade localizada no antigo Juvavum romano; esta última é idêntica ao lugar de nascimento de Mozart. O objeto das representações é o mesmo; o que as diferencia são os seus distintos conteúdos.⁹³

Uma vez aceita a hipótese de que nomes sempre guardam algum tipo de correspondência com representações, a ocorrência de expressões do tipo exemplificado por Twardowski parece, de fato, servir de indício para a presença de um elemento na estrutura das representações que se distingue do próprio ato de representar e de seu objeto; afinal, se aquelas expressões possuem um referente comum (e se tal referente é naturalmente identificado com o *objeto*, no nível das representações), então a diferença de significação entre aqueles nomes deve corresponder a uma diferença concernente a outro componente estrutural no nível das representações. Twardowski sustenta que este outro componente é o conteúdo de representação.⁹⁴

Twardowski menciona ainda um outro argumento, elaborado por Benno Kerry, cuja pretensão é igualmente a de comprovar que deve haver em cada representação algo como um conteúdo. A operação deste argumento é similar à do argumento anterior: trata-se de demonstrar que as significações e os referentes de certos pares ou grupos de nomes podem diferir numericamente, e que tal diferença indica uma variação correspondente no âmbito da estrutura das representações; mas, enquanto o argumento das representações equivalentes

⁹³ Ibid., p. 61-62.

⁹⁴ Embora Twardowski não aplique o argumento das representações equivalentes ao âmbito da percepção, parece igualmente possível observar neste âmbito o mesmo tipo de ocorrência — com a vantagem de que, neste caso, o argumento independe da premissa de que a linguagem é um retrato fiel da vida psíquica. Com efeito, tornou-se quase um lugar-comum da filosofia (explorado amplamente, por exemplo, pela fenomenologia husserliana) o fato de que atos de percepção individuais apresentam-nos apenas aspectos parciais de seus objetos e que, portanto, diferentes representações perceptivas referem-se frequentemente a um mesmo objeto a partir de perspectivas distintas.

vale-se da possibilidade de um mesmo referente ser denotado por meio de distintas significações, o argumento de Kerry explora a possibilidade oposta: a de que um só nome, com sua significação única, possa se referir a diversos objetos. É exatamente isso o que ocorre, segundo Kerry, no caso dos nomes comuns, aos quais correspondem as chamadas *representações gerais*: um nome como “cavalo” se referiria a todos os cavalos por meio de uma mesma significação, assim como a representação geral *cavalo* se dirigiria à extensão completa deste conceito. Este argumento, entretanto, não é acolhido por Twardowski já que, para ele, as representações gerais têm como objetos, não os indivíduos que se subsumem sob seu conceito (isto é, sob seu conteúdo), mas o que ele denomina *objetos gerais*.⁹⁵ Logo, o argumento não seria capaz de estabelecer aquele segundo tipo de desigualdade numérica entre significações e referentes linguísticos e, por analogia, entre conteúdos e objetos de representação. Mais à frente no ensaio, aliás, Twardowski sustentará a tese de que *nenhuma* representação pode referir-se a uma pluralidade de objetos.⁹⁶

É possível questionar se as duas razões aqui mencionadas para o reconhecimento de conteúdos de representação — a analogia entre nomes e representações e o argumento baseado nas representações equivalentes — são, de fato, bem-sucedidas em sua tentativa de estabelecer que *todas* as representações têm um conteúdo. No caso das representações equivalentes, ainda que se considere o argumento de Twardowski convincente, não é óbvio que a sua conclusão possa ser generalizada de modo a abarcar também representações que não têm relação de equivalência com outras representações (se é que há ocorrência de uma tal hipótese),⁹⁷ e por isso o argumento não parece garantir que *toda* representação seja dotada de um conteúdo. Quanto à analogia entre linguagem e consciência, poder-se-ia alegar que, ao menos em relação a determinadas classes de expressões linguísticas, é duvidoso que haja uma distinção a ser traçada entre significação e referente e, portanto, uma distinção entre conteúdo e objeto nas representações correspondentes àquelas expressões; com efeito,

⁹⁵ Retornaremos a este ponto à frente.

⁹⁶ TWARDOWSKI, 2017, p. 115.

⁹⁷ O próprio Twardowski afirma que há representações cuja eventual relação de equivalência com outras representações não pode ser estabelecida, uma vez que não é possível verificar que elas compartilham um mesmo objeto com qualquer outra representação. O exemplo que ele fornece é *quadrado oblíquo*: podemos conceber outras representações que coincidem com essa representação apenas parcialmente, como a representação *quadrado com diagonais desiguais*; todavia, não é possível determinar se ambas as representações referem-se a um mesmo objeto (inexistente), pois não temos qualquer forma de conhecimento imediato (isto é, intuitivo) daquele presumido objeto que nos permitisse atestar a sua unidade e identidade (Ibid., 2017, p. 62).

vários autores (como J. S. Mill, Russell e Kripke) defenderam alguma forma de teoria da referência direta — segundo a qual certas expressões referem-se a objetos sem a mediação de um elemento adicional que pudesse valer como sua significação — com respeito a determinadas categorias de termos (os nomes próprios, em particular). Parece-nos que, em última instância, os motivos alegados por Twardowski têm, não propriamente valor de *prova* em favor da tese de que há um conteúdo inerente a toda representação, mas aptidão para conferir plausibilidade a esta tese na medida em que aqueles motivos podem ser aduzidos, de modo mais geral, em favor do que denominamos anteriormente *teorias do mediador*, isto é, teorias da intencionalidade que postulam alguma entidade, distinta tanto do fenômeno psíquico *stricto sensu* quanto de seu objeto último, cujo papel seja o de mediar a referência do ato ao objeto.

Para que se esclareça como Twardowski concebe uma tal função de mediação (exercida, em sua particular teoria do mediador, pelo conteúdo de representação), será necessário recorrer a uma das análises centrais do texto de ZLIGV, oferecida no Capítulo 4 do ensaio. Twardowski busca cumprir, ali, uma dupla tarefa de seu percurso argumentativo — expor uma das causas para a histórica confusão doutrinária em torno das noções de conteúdo e objeto e, adicionalmente, elucidar o papel mediador cumprido pelo conteúdo — a partir da inspeção do comportamento linguístico de um item central para o discurso sobre a atividade representacional da consciência: o termo “representado”.

1.2. O “representado”

A necessidade de que se examine cuidadosamente o funcionamento do adjetivo “representado”, de acordo com Twardowski, provém do fato de que este termo comporta uma sorrateira ambiguidade cuja detecção, no entanto, é crucial para que se determine qual o referente de cada uso daquele termo: o conteúdo ou o objeto de representação. É certo, por um lado, que, ainda que a distinção conteúdo-objeto fosse amplamente reconhecida, o uso de uma expressão como “o representado” já seria apta a produzir equívocos em função do seu caráter elíptico: a omissão do substantivo pode, afinal, dificultar a determinação de qual é a entidade (conteúdo ou objeto) à qual o adjetivo se aplica. Todavia, a ambiguidade de que se ocupa Twardowski não está relacionada àquela elipse, mas à própria natureza de “representado”, por força da qual mesmo a expressão completa “objeto representado” é

passível de duas leituras: uma delas, referente ao autêntico objeto de representação; a outra, referente ao conteúdo. Com efeito, esta equivocidade de “objeto representado” é identificada por Twardowski como uma das principais fontes do não reconhecimento da distinção que constitui o tema central de ZLIGV.⁹⁸

A chave conceitual da análise de Twardowski, aqui, é a classificação dos adjetivos (ou predicados) em *atributivos (determinativos)* e *modificativos* — classificação já anteriormente utilizada como ferramenta teórica por Brentano, como vimos, mas também por Bolzano, Marty e outros autores⁹⁹ —, ilustrada em ZLIGV com auxílio dos mesmos exemplos de Brentano: na frase “homem bom”, o adjetivo “bom” é atributivo, já que se trata de uma determinação que apenas complementa a significação de “homem”; na frase “homem morto”, o predicado “morto” é, por sua vez, modificativo, uma vez que transforma completamente o sentido do substantivo ao qual se aplica.¹⁰⁰ Esta classificação aplica-se, contudo, não propriamente às palavras mesmas, mas a seus *usos*. Com efeito, há casos em que o caráter de um adjetivo se altera conforme o contexto linguístico em que o termo se insere, e por isso é possível que um mesmo adjetivo varie em sua contribuição semântica, ora adicionando uma determinação, ora transformando a significação do substantivo associado. E este é justamente o caso de “representado”.

Para explicar esta peculiar ambivalência de “representado”, Twardowski recorre a uma situação análoga à da atividade representacional da consciência: a da pintura de uma paisagem.¹⁰¹ Diríamos naturalmente, neste contexto, tanto “o pintor pinta um quadro” quanto “o pintor pinta uma paisagem”; e, respectivamente, falaríamos tanto de um “quadro

⁹⁸ Ibid., p. 46.

⁹⁹ Para um breve apanhado histórico do uso desta classificação na filosofia alemã do século XIX, ver SCHAAR, 2016, p. 45-48.

¹⁰⁰ TWARDOWSKI, 2017, p. 46-47. Para nossos propósitos, reconstruir a própria concepção de Twardowski de uma tal classificação será suficiente. Entretanto, em sua detida análise das noções envolvidas nesta classificação, Schaar argumenta convincentemente que adjetivos modificativos podem ser mais bem vistos como um subgrupo da classe dos adjetivos *não atributivos*, já que há certos termos que não se adequam ao conceito de adjetivo atributivo de Twardowski e que tampouco atuam conforme a descrição twardowskiana do funcionamento de adjetivos modificativos. Além disso, a classificação adaptada de Schaar é motivada por sua nova proposta de definição dos conceitos em causa, essencialmente distinta das definições de Twardowski e, a nosso ver, bastante preferível: em lugar das imprecisas noções semânticas de modificação e adição de sentido, Schaar sugere uma concepção *inferencial* das classes de termos atributivos e não atributivos. Por exemplo: um adjetivo A pode ser tomado como não atributivo caso alguma das inferências a seguir (em que *a* é um dado objeto e S é um substantivo) seja *inválida* a respeito de A:

(I) *a* é (um) S A. Logo, *a* é um S.

(II) *a* é (um) S A. Logo, *a* é A.

(Ver SCHAAR, 2016, p. 35-45.)

¹⁰¹ TWARDOWSKI, 2017, p. 47.

pintado” quanto de uma “paisagem pintada”. Não há, por um lado, qualquer risco de engano envolvido no uso de “quadro pintado”: refere-se aqui, de fato, a um quadro, o qual tem por atributo estar pintado (e não, digamos, desenhado ou esculpido). Por outro lado, a expressão “paisagem pintada” pode ter dois sentidos distintos: se a usamos para referirmo-nos novamente à obra do pintor, isto é, ao quadro pintado, então usamos o adjetivo “pintada” modificativamente, uma vez que a pintura de uma paisagem não é uma paisagem, mas apenas a imagem de uma paisagem; se, em vez disso, falamos em “paisagem pintada” para referirmo-nos à paisagem real em sua relação com a pintura que a retrata — “eu me lembro desta paisagem; ela foi pintada em um famoso quadro” —, então usamos o adjetivo “pintada” atributivamente, já que neste caso o adjetivo não altera a significação de “paisagem”. Munido destes resultados, Twardowski alegará, então, que essencialmente o mesmo pode ser dito sobre o termo “representado” e a expressão “objeto representado”. Em primeiro lugar, assim como podemos dizer tanto do quadro quanto da paisagem que foram “pintados”, podemos aplicar o adjetivo “representado” tanto ao conteúdo de representação quanto ao objeto de representação. Se falamos em “conteúdo representado”, referimo-nos inequivocamente ao conteúdo. Todavia, “objeto representado” porta uma ambiguidade similar à de “paisagem pintada”: o adjetivo “representado” pode atuar, naquela expressão, tanto modificativamente — e, então, estaremos nos referindo ao conteúdo — quanto atributivamente — e, então, estaremos nos referindo ao objeto propriamente dito.

Como lidamos, no caso de “objeto representado”, com elementos do âmbito da experiência interna, a equivocidade em causa é mais elusiva do que aquela inerente aos usos de uma expressão como “paisagem pintada”;¹⁰² e Twardowski acredita que inúmeros autores foram induzidos a amalgamar os conceitos de conteúdo e de objeto por conta da ilusão de que referiam-se sempre a uma só entidade quando discursavam sobre o “objeto representado” de nossos fenômenos psíquicos.

1.3. A relação entre conteúdo e objeto

Como dito, todavia, o propósito da comparação entre a pintura de um quadro e a representação de um objeto não se limita ao diagnóstico da cegueira doutrinária que

¹⁰² Ibid., p. 47.

Twardowski atribuía a seus pares a respeito da distinção conteúdo-objeto. De fato, a analogia revela mais do que um tipo de ambiguidade comum aos adjetivos “pintado” e “representado”; uma tal semelhança linguística é, em verdade, para Twardowski, reflexo de um paralelismo existente entre as próprias atividades mencionadas naquele exercício comparativo — paralelismo que, novamente em razão da maior transparência do caso da pintura, serve como guia para uma melhor compreensão do funcionamento de nossos atos de representação. Em particular, Twardowski busca esclarecer como deve-se conceber a função de mediação exercida pelo conteúdo de representação com base no que há de comum entre uma tal função e o papel do quadro que retrata uma paisagem.

Em primeiro lugar, a comparação com a pintura é justificada, no texto do ensaio, pelo fato de que “costuma-se caracterizar a representação como um tipo de figuração mental [*geistigen Abbildens*]”.¹⁰³ Com efeito, a correspondência entre as duas atividades, sob este aspecto, parece completa (exceto na medida em que o ato de representação tem natureza mental), visto que “assim como a paisagem é figurada [*abgebildet*], retratada, neste quadro”, diz Twardowski, “o objeto desta representação, através do conteúdo de representação, é, como se diz, figurado mentalmente [*geistig abgebildet*], e assim representado”.¹⁰⁴ Ainda em outra passagem, Twardowski afirma que o uso modificativo de “representado” faz referência ao “conteúdo de representação, a ‘imagem mental’ [*geistige Abbild*] de um objeto”.¹⁰⁵

Tais aproximações entre o quadro e o conteúdo estão conectadas, por sua vez, a uma simetria mais ampla: assim como a pintura pode ser bem descrita como uma atividade de direcionamento duplo, pois ela está voltada (em certo sentido) tanto ao quadro quanto à paisagem, também a representação psíquica dirige-se tanto ao conteúdo quanto ao objeto em sentido próprio — pelo que podemos afirmar tratar-se, em ambos os casos, de uma atividade que se move em duas direções e produz um só resultado.¹⁰⁶ Este resultado único é, precisamente, a representação (física, num caso; psíquica, no outro) de uma entidade por outra (da paisagem pelo quadro; do objeto pelo conteúdo); e é o que levará Twardowski a recomendar, como forma de dirimir a confusão doutrinária sobre o conteúdo e o objeto, a ampla adoção da terminologia de Robert von Zimmermann: devemos dizer, do conteúdo, que

¹⁰³ Ibid., p. 48.

¹⁰⁴ Ibid., p. 48.

¹⁰⁵ Ibid., p. 49. É importante que se atente para as aspas em torno de “*geistige Abbild*” no original.

¹⁰⁶ Ibid., p. 48.

ele é representado *na* representação e, do objeto, que ele é representado *pelo* conteúdo (ou *pela* representação).¹⁰⁷

As fórmulas adotadas por Twardowski em seu exercício comparativo surgem condensadas na seguinte passagem:

Para o pintor, o quadro é um meio pelo qual retratar a paisagem; ele quer figurar, “pintar”, uma paisagem (real ou imaginada), e ele o faz pintando o quadro. Ele pinta uma paisagem fazendo, pintando, um quadro daquela paisagem. A paisagem é o objeto “primário” de sua atividade de pintura; o quadro, o objeto “secundário”. Algo análogo acontece na representação. Aquele que representa representa algum objeto; um cavalo, por exemplo. Ele o faz, todavia, representando um conteúdo psíquico. O conteúdo é a imagem [*Abbild*] do cavalo em um sentido similar àquele em que o quadro é uma imagem [*Abbild*] da paisagem. Representando um objeto, aquele que representa representa, ao mesmo tempo, um conteúdo referente àquele objeto. O objeto representado, isto é, o objeto ao qual a atividade representacional ou o ato de representação se dirige, é o objeto primário do representar; o conteúdo pelo qual o objeto é representado é o objeto secundário da atividade representacional.¹⁰⁸

Apesar deste reiterado emparelhamento da função figurativa do quadro com a função representativa do conteúdo, todavia, a cautela do texto de Twardowski (com sua ênfase na *analogia* e na *similaridade* entre os dois casos) parece colocar sob suspeita qualquer interpretação que enxergue em ZLIGV uma *identificação* do conteúdo representacional com um tipo de imagem mental. De fato, outros elementos do ensaio reafirmam a implausibilidade de uma tal leitura.

Em primeiro lugar, pode-se chamar atenção para o que nos informa aquela outra importante analogia de ZLIGV, oferecida inicialmente no Capítulo 3 do ensaio e retomada ao final de seu Capítulo 4: a analogia entre as representações e os nomes. Para Twardowski, como vimos, em função do suposto paralelismo perfeito entre o plano da linguagem e o plano da consciência, a significação e o referente de cada nome identificam-se com o conteúdo e o objeto de uma representação correspondente. Além disso — complementa agora Twardowski —, a função mediadora do conteúdo de representação pode também ser esclarecida com apoio naquela correspondência entre representações e nomes: com efeito, assim como um nome nomeia o seu referente *através* de sua significação, uma representação refere-se ao seu objeto *através* de seu conteúdo. Ora, concebido a partir desta nova comparação, todavia, o

¹⁰⁷ Ibid., p. 51.

¹⁰⁸ Ibid., p. 50-51.

papel mediador do conteúdo já não parece guardar qualquer parentesco próximo com a noção de figuração mental, e não parece haver motivo para que se dê maior peso à analogia entre conteúdos e quadros do que à analogia entre conteúdos e significações linguísticas.

Mais relevante, contudo, é o fato de que tomar o conteúdo twardowskiano como uma espécie de imagem do objeto representado equivaleria a atribuir a Twardowski justamente o tipo de representacionalismo que a teoria de ZLIGV busca combater. De fato, no Capítulo 12 do ensaio, dedicado expressamente à questão da relação entre conteúdo e objeto, Twardowski associa a concepção de conteúdo como imagem mental a uma “psicologia primitiva” e coloca-se ao lado da maioria dos autores da época ao recusar que haja uma “semelhança fotográfica” entre conteúdo e objeto.¹⁰⁹ Em última instância, apesar das analogias que podem ser oferecidas a título de ilustração deste vínculo, a relação entre conteúdo e objeto parece ser irreduzível e primitiva, tão pouco suscetível de descrição quanto a relação de incompatibilidade entre dois juízos.¹¹⁰ Embora Twardowski passe grande parte do Capítulo 12, em verdade, demonstrando que há mais a ser dito a respeito desta relação na hipótese de o objeto em questão ser *complexo*, uma vez que neste caso pode-se verificar um *isomorfismo* entre a composição do conteúdo e a do objeto,¹¹¹ um tal isomorfismo não equivale à relação de figuração ou “semelhança fotográfica” típica do representacionalismo clássico; e, de qualquer maneira, aquele isomorfismo não poderia ser tomado como uma relação essencial entre conteúdos e objetos, já que na relação entre conteúdos e objetos *simples* não há isomorfismo algum a ser reconhecido.¹¹²

Gostaríamos de apenas esboçar, por fim, como Twardowski se serve da tese de que a estrutura dos conteúdos é isomórfica à de seus objetos para, já ao fim de ZLIGV, explicar a operação de dois tipos especiais de representação: as representações gerais e as representações (particularmente relevantes para nossa investigação) de objetos impossíveis. No Capítulo 14 do ensaio, Twardowski propõe-se a defender aquela tese de uma ameaça: a alegação de Bolzano segundo a qual nem toda parte de um conteúdo corresponde a uma parte

¹⁰⁹ Ibid., p. 89.

¹¹⁰ Ibid., p. 89.

¹¹¹ A composição do conteúdo e do objeto, por sua vez, é o tema da complexa mereologia desenvolvida nos Capítulos 8, 9, 10, 11 e 13 de ZLIGV.

¹¹² Ibid., p. 89. Como veremos no próximo capítulo, Husserl atacará a tese do isomorfismo entre conteúdo e objeto por entender que, ao cabo, esta é uma opção incapaz de evitar os problemas típicos das teorias que tomam o conteúdo como uma imagem mental do objeto. (Sobre a natureza do conteúdo twardowskiano e sua relação com a noção de imagem mental, ver PORTA, 2014b, p. 101-103.)

do objeto representado por este conteúdo, o que se poderia atestar no caso da representação *país sem montanhas* — nada no objeto aí representado corresponderia às *montanhas* que constam do conteúdo de representação.¹¹³ Twardowski rejeita o raciocínio bolzaniano; em verdade, afirma ele, as *montanhas* não são parte do conteúdo da representação daquele país, mas de uma *representação auxiliar* de montanhas que, ao lado da representação de uma *relação de ausência* entre os dois elementos em questão (país e montanhas), viabiliza uma *representação indireta* daquele objeto (país sem montanhas).¹¹⁴ No Capítulo 15 de ZLIGV, então, Twardowski emprega o mesmo aparato conceitual para expor um dos modos como representações gerais podem dirigir-se a *objetos gerais* ou *universais*: com base em representações auxiliares de um objeto individual (por exemplo, um determinado homem) e de um juízo de negação dos traços particulares daquele indivíduo (sua altura, cor de pele etc.), produz-se uma representação indireta do objeto universal sob o qual o objeto individual se subsume, e que congrega as características comuns a todos os indivíduos do gênero em questão (o *homem em geral*). Essencialmente a mesma análise é aplicável, ainda, às representações de objetos impossíveis. O exemplo de Twardowski, aqui, é a representação *um cavalo branco que é preto*; um tal objeto pode ser representado indiretamente com apoio em três representações auxiliares: a de um cavalo preto, a do juízo negativo “o cavalo preto não é preto” e a do juízo afirmativo “o cavalo preto é branco”.¹¹⁵

1.4. Conteúdos de juízos

Como se atesta já pelo título do ensaio, ZLIGV se dedica particularmente à teoria do conteúdo e do objeto das *representações*, e não dos fenômenos psíquicos em geral. Especialmente notável, em vista dos fins desta dissertação, é o parco espaço reservado no texto de Twardowski ao tema dos juízos — embora, como vimos brevemente e veremos em mais detalhes, a concepção twardowskiana de juízo seja crucial para a compreensão de algumas das teses centrais do ensaio em virtude de seu estreito vínculo com a noção de

¹¹³ TWARDOWSKI, 2017, p. 108-109.

¹¹⁴ Ibid., p. 110-115.

¹¹⁵ Ibid., p. 115-122. Twardowski observa, contudo, que tanto as representações gerais quanto as representações de objetos impossíveis podem também operar de outro modo: simbolicamente, ou seja, pela simples nomeação do objeto.

existência. Em qualquer caso, Twardowski dedica ao menos uma porção do ensaio, o Capítulo 2, à discussão da distinção conteúdo-objeto no plano dos juízos.

O dado fundamental a ser extraído da concepção de juízo exposta em ZLIGV é a já mencionada adesão de Twardowski à teoria idiogênica do juízo de Brentano. De fato, a exemplo dos esforços de Brentano em PES, no Capítulo 2 de ZLIGV Twardowski ocupa-se em argumentar contra duas teses populares à época: a de que representações e juízos não diferem fundamentalmente entre si, mas são como polos distintos num contínuo conceitual que abarca ambos os tipos de fenômeno psíquico; e a de que juízos referem-se essencialmente à conexão entre um sujeito e um predicado, sob o modo da afirmação ou da negação de tal conexão. Ecoando algumas das mesmas razões oferecidas por Brentano, Twardowski defenderá que não há qualquer transição possível entre representações e juízos, pois cada uma dessas espécies de fenômeno psíquico é marcada por um modo de referência ao objeto absolutamente singular. Ademais, objetos de juízo não são nada mais do que objetos de representação tomados sob uma particular referência objetual (a da atividade judicativa); e, embora tal identificação entre objetos representados e julgados permita-nos concluir pela verdade da tese brentaniana acerca da natureza existencial dos juízos, não se segue desta tese que julgar signifique afirmar ou negar a *conexão* de um objeto com um suposto predicado de existência: em verdade, o que se afirma ou se nega primariamente em cada juízo é o objeto mesmo, ainda que a cada afirmação ou negação de um objeto corresponda invariavelmente uma afirmação ou negação também da existência daquele objeto.¹¹⁶

Logo se nota que, até este ponto, o texto de ZLIGV não traz adições ou modificações à teoria do juízo apresentada em PES. Twardowski, contudo, extrai da concepção brentaniana de juízo um resultado complementar: o de que a existência do objeto julgado exerce, nos juízos, uma função perfeitamente análoga àquela exercida, nas representações, pelo conteúdo — a ponto de podermos tomar a existência do objeto julgado como um *conteúdo de juízo*.¹¹⁷ Com efeito, argumenta Twardowski, em ambos os tipos de fenômeno há sempre um elemento para além do próprio ato e de seu objeto; esse terceiro elemento pode, assim

¹¹⁶ TWARDOWSKI, 2017, p. 40-44.

¹¹⁷ Como visto no capítulo anterior, embora a noção de conteúdo de juízo não esteja presente em PES, Brentano parece ter ao menos esboçado uma tal noção em outros escritos de seu período intermediário, como na conferência “Sobre o conceito de verdade”; e parece seguro presumir que Twardowski estivesse ciente destas indicações à época da escrita de ZLIGV.

como o objeto, ser dito “representado” ou “julgado”, ainda que em sentido distinto do que se tem em vista quando cada um desses termos é aplicado ao objeto; e, finalmente, aquele terceiro elemento dos atos de representação e de juízo pode ser visto como “um, por assim dizer, signo [*Zeichen*] do objeto”, seja na forma de “‘imagem’ psíquica [*psychisches ‘Bild’*]”, no caso das representações, seja na forma da *existência do objeto*, no caso dos juízos.¹¹⁸

O texto de ZLIGV não oferece, a respeito dos conteúdos de juízo, muito mais do que essa sumária apresentação; e deve-se admitir que tal apresentação origina mais dúvidas do que esclarecimentos sobre a natureza daquele terceiro elemento do ato de julgar. Cavallin, por exemplo, afirma que não é óbvio de que maneira a existência do objeto julgado pode ser compreendida como algo *psíquico*, e que tampouco é evidente se a analogia entre a estrutura das representações e a dos juízos deve-nos levar a considerar a combinação entre o ato de julgar e a existência do objeto como uma realidade psíquica no mesmo sentido em que o ato de representação e o seu conteúdo formam uma realidade psíquica.¹¹⁹ Similarmente, Grossmann comenta que a adoção da teoria brentaniana do juízo, aliada à distinção conteúdo-objeto, pareceria comprometer Twardowski com a tese de que não apenas o objeto do juízo é idêntico ao objeto da representação fundante do juízo, mas também o conteúdo do juízo é idêntico ao conteúdo da representação subjacente; entretanto, Twardowski fala apenas em conteúdo de juízo enquanto existência do objeto, e não é claro qual vantagem conceitual uma tal concepção pode ter em comparação com a noção alternativa que se seguiria mais naturalmente do esquema brentaniano.¹²⁰ Com efeito, problemas de ordem geral como os apontados por Cavallin e Grossmann podem ainda suscitar dúvidas quanto à adequada descrição de casos particulares; por exemplo, como dar conta da distinção entre juízos afirmativos cujos objetos sejam, respectivamente, *a cidade localizada no antigo Juvavum romano* e *o lugar de nascimento de Mozart* se, de acordo com a proposta de Twardowski, há nesta hipótese identidade perfeita entre todos os elementos estruturais de cada juízo (ato de julgar afirmativo, objeto julgado e existência do objeto)?

¹¹⁸ Ibid., p. 44. Quando se fala em “existência do objeto” indistintamente em referência tanto ao conteúdo de juízos afirmativos quanto ao de juízos negativos, devemos, é claro, tomar aquela expressão na acepção de *estatuto de existência do objeto*. Em outras palavras: o conteúdo de um juízo negativo consistirá, a rigor, na *inexistência* do objeto.

¹¹⁹ CAVALLIN, 1997, p. 89-90.

¹²⁰ GROSSMANN, 1977, p. IX-XI.

Não pretendemos insinuar que tais dificuldades sejam irresolúveis ou incontornáveis. Aliás, parece-nos plausível a sugestão de que as objeções mencionadas pequem em, por assim dizer, demandar mais do que fora prometido; afinal, é importante que se atente, mais uma vez, para a linguagem cuidadosa com que Twardowski formula a comparação entre as estruturas daqueles distintos fenômenos psíquicos: não há no texto, por exemplo, qualquer indicação explícita de que a existência do objeto julgado seja algo de imanente à consciência, assim como o é o conteúdo de representação; e tampouco a menção de que o conteúdo de juízo é, tanto quanto o conteúdo de representação, um “signo” do objeto (especialmente em vista da qualificação adicional “por assim dizer”) parece suficiente para determinar em que medida este traço comum dos dois tipos de conteúdo implicaria qualquer equivalência de natureza ontológica. Trata-se, segundo a própria declaração de intenções contida no início do Capítulo 2 do ensaio, de apontar para algo de similar (*Ähnliches*) entre juízos e representações, com o intuito de ajudar a elucidar a matéria principal do ensaio: a distinção conteúdo-objeto no plano das representações (ainda que se possa questionar o quanto a comparação efetivamente cumpre uma tal tarefa).¹²¹ Em última instância, portanto, a falta de elaboração conceitual sobre os conteúdos de juízo em ZLIGV atua, simultaneamente, como fonte de obscuridade e como blindagem contra acusações de incoerência ou implausibilidade.

Importa-nos aqui, em qualquer caso, registrar que o conceito de conteúdo de juízo enquanto existência do objeto terá, talvez surpreendentemente, pouca relevância na solução de ZLIGV ao problema das representações sem objeto. De fato, em adição à motivação declarada no ensaio para a apresentação daquele conceito (a de colaborar para o esclarecimento da distinção entre conteúdo e objeto de representação), é provável que, com a introdução dos conteúdos de juízo, Twardowski tivesse o intuito de ao menos apontar para a dimensão proposicional (ou quasi-proposicional) dos juízos, não abarcada pela teoria idiogênica como apresentada originalmente por Brentano: para além da afirmação ou negação de um objeto, seria forçoso reconhecer que cada juízo carrega ainda consigo algo como as condições de verdade de um certo enunciado; e, numa concepção existencial de juízo, essas condições de verdade (o “conteúdo” do juízo) equivaleriam à existência do objeto julgado.¹²² Seja como for, mesmo que as inovações de Twardowski em relação à doutrina

¹²¹ TWARDOWSKI, 2017, p. 40.

¹²² Apenas indicamos aqui, com proposital vagueza, os contornos da conexão entre a existência do objeto do juízo e a proposição (ou entidade análoga) correspondente ao juízo. É bastante discutível se Twardowski tinha em mente, à época de ZLIGV, uma noção de proposição equiparável à contemporânea, ou aproximada do

brentaniana incluíam uma reconsideração da noção de existência de um objeto — na medida em que Twardowski adota uma nova concepção de objeto pela qual a condição de ser objeto é igualmente compatível com atribuições de existência e com atribuições de inexistência —, aquela identificação entre a existência do objeto e o conteúdo do juízo não parece exercer efeitos relevantes ao problema de como podemos representar objetos inexistentes. Tudo se resolve, no plano de ZLIGV, pelo desenvolvimento de uma nova teoria do objeto, como veremos a seguir.

2. A rejeição de representações sem objeto

2.1. Os argumentos contra Bolzano

É no Capítulo 5 de ZLIGV que Twardowski se posiciona explicitamente perante o tema das representações sem objeto, e seu posicionamento se traduz numa crítica dos argumentos de Bolzano a favor da existência de tal classe de representações. A contra-argumentação de Twardowski se separa em dois momentos marcadamente distintos, de modo a dar conta dos diferentes casos de representações sem objeto elencados por Bolzano. Haveria, em primeiro lugar, segundo Bolzano, a hipótese em que a própria natureza da representação envolve uma negação direta de qualquer suposto objeto: é o que se verifica na representação *nada*. Por outro lado, podemos encontrar facilmente diversas representações que não teriam objetos correspondentes em razão de uma incompatibilidade entre as propriedades que cada representação atribui a seu suposto objeto: é o caso da representação *quadrado redondo*. Por fim, é igualmente possível identificar representações às quais não estaria associado qualquer objeto em função de um tal objeto jamais ter sido verificado pela experiência: é o caso da representação *montanha de ouro*.¹²³

Reconstruiremos brevemente, nesta seção, a objeção de Twardowski referente à representação *nada* e a crítica que ele dirige contra as outras duas hipóteses bolzanianas de representações sem objeto. Em seguida, comentaremos os méritos e o alcance teórico da argumentação de Twardowski.

conceito de *Sachverhalt* de outros autores da época (ver SCHAAR, 2016 p. 97-103). A situação não é muito distinta, neste aspecto, da de Brentano, conforme a análise de Porta (PORTA, 2014a, p. 41-44).

¹²³ TWARDOWSKI, 2017, p. 52-53. O argumento de Bolzano encontra-se, como mencionado, no §67 do primeiro volume de sua *Teoria da ciência* (BOLZANO, 1837, vol. 1, p. 304-306).

a) A representação *nada*

A hipótese da representação *nada* faz por merecer tratamento especial no texto de ZLIGV porque neste caso não se trata de sustentar, como fará Twardowski a respeito dos outros supostos casos de representações sem objeto, que àquela representação corresponde, afinal, um objeto. Trata-se, pelo contrário, de demonstrar que não se está diante de uma representação sem objeto na medida em que *não se está diante de uma legítima representação* — não existe, em verdade, representação *nada*.

O argumento por trás desta alegação fundamenta-se, mais uma vez, no presumido paralelismo entre linguagem e consciência vigente ao longo de ZLIGV. Como vimos, para Twardowski, os nomes (isto é, as expressões categoremáticas) podem ser vistos como correlatos linguísticos de representações; e a correlação em questão tem caráter absoluto: todo nome autêntico (e nenhuma expressão linguística de outro tipo) tem uma representação correspondente.¹²⁴ Com apoio neste princípio, Twardowski busca demonstrar que a palavra “nada” não é um nome e que, conseqüentemente, não há representação *nada* correspondente a ela.¹²⁵ Em primeiro lugar, está claro que “nada” equivale à expressão “não algo”; e Twardowski inspira-se na filosofia medieval (e, em particular, na teoria escolástica dos transcendentais) para oferecer uma análise da possível significação veiculada por “não algo”. Normalmente, expressões caracterizadas pela aplicação de uma partícula de negação a determinado termo (“não voador”, “a-histórico”) obtêm sua significação, de acordo com a escolástica, por um processo denominado *infinitatio*, uma vez que a extensão do conceito assim expresso abarca, de maneira infinita ou indefinida, as extensões de todos os demais conceitos subsumidos sob o mesmo gênero ontológico do conceito negado.¹²⁶ O exemplo fornecido por Twardowski é “não gregos”: por via dessa expressão são denotados os indivíduos que compõem a extensão de todas as demais divisões do gênero a que pertence o conceito *gregos*, isto é, são denotados todos os seres humanos que não se subsumem à classe

¹²⁴ Não é evidente se para Twardowski a via contrária de uma tal correlação é igualmente garantida; ou seja, não é claro se a toda representação corresponderia um nome (efetivamente existente ou meramente possível).

¹²⁵ TWARDOWSKI, 2017, p. 53-55.

¹²⁶ A respeito da noção de *infinitatio*, explica Aertsen: “*Nomen infinitum* is the translation of Aristotle’s designation for expressions, which arise by the addition of the particle ‘not’ (*non*) to a name, for instance, *non-homo*. The added negation brings about that that which was originally signified by the name is excluded from its meaning; what is positively named remains completely open and is thus ‘indefinite’.” (AERTSEN, 2012, p. 43.)

dos gregos. Mas, alerta Twardowski, é crucial que se observe o devido alcance de toda *infinitatio*: trata-se sempre de estabelecer uma divisão *no interior de um gênero superordenado* em relação ao conceito negado. Em outras palavras, a formação de uma expressão pela negação de um conceito não tem o condão de eliminar os limites da região ontológica em que habita tal conceito, como se o novo conceito formado passasse a ter um alcance completamente indeterminado (a não ser pelo contraste com o conceito negado); pelo contrário, a *infinitatio* é, por assim dizer, uma indeterminação unicamente “horizontal”, já que balizada pela categoria ontológica do conceito original.¹²⁷ Em função dessa necessária restrição de âmbito, Twardowski, seguindo novamente o raciocínio já presente em autores medievais,¹²⁸ argumenta que o termo “não algo” viola a operação normal da *infinitatio* na medida em que não há qualquer classe mais ampla do que o conceito *algo* — afinal, caso houvesse uma tal classe, os seus membros seriam, justamente, *algo*, e portanto esta classe não seria, de fato, superordenada em relação a *algo*. Conclui-se daí que não há gênero concebível que possa ser dividido de modo a viabilizar a constituição de um sentido de “não algo”.

O que essa análise nos revela de pertinente ao desacordo entre Twardowski e Bolzano é que a palavra “nada”, em vista de sua sinonímia com “não algo”, é uma expressão *sincategoremática*: nenhuma representação é autenticamente nomeada por tal palavra. O sentido que atribuímos a “nada” no uso da linguagem é sempre derivado do sentido completo das sentenças em que aquela palavra se insere, e é sempre possível traduzir tais sentenças em outras mais explícitas quanto à sua forma lógica subjacente: a afirmação “nada é eterno”, por exemplo, significa o mesmo que “não há algo que seja eterno”; a afirmação “eu não vejo nada” equivale, por sua vez, à sentença “não há algo que seja visto por mim”.¹²⁹ O engano de

¹²⁷ Benoist comenta que a adesão de Twardowski à doutrina escolástica da *infinitatio* e de seus limites permitem aproximá-lo, sob uma perspectiva contemporânea, dos algebristas ingleses (De Morgan, Boole) e de sua concepção de *universo de discurso*: um conjunto delimitado que se divide, para toda determinação, em elementos que portam tal determinação e elementos que não portam tal determinação. Essa ideia seria oposta, por outro lado, ao universalismo lógico de Frege, de acordo com o qual os conceitos, enquanto funções, dividem o universo como um todo (não *um* determinado universo de discurso) em duas classes: a dos argumentos cujo valor sob aquela função é *verdadeiro* e a dos argumentos cujo valor sob aquela função é *falso* (BENOIST, 2001, p. 72-73).

¹²⁸ É bastante relevante, mais uma vez, a informação de Aertsen: “Logical treatises raise the question what types of names can be made indefinite. This discussion leads to a distinction between finite terms on the one hand and ‘terms that contain all things’ (*omnia continentes*) and do not possess definiteness on the other. For that reason the latter cannot be made indefinite; *res* and *aliquid* are again mentioned as such names.” (AERTSEN, 2012, p. 43.)

¹²⁹ TWARDOWSKI, 2017, p. 54.

Bolzano, aqui, advém de uma falha em identificar a verdadeira natureza da palavra “nada”: a sua falsa aparência de nome autêntico induziu-o ao erro de acreditar que havia algo como uma genuína representação *nada* (à qual, ademais, não corresponderia qualquer objeto).

b) As representações *quadrado redondo* e *montanha de ouro*

Como dissemos, a estratégia de ZLIGV para a rejeição das outras supostas espécies de representações sem objeto será bastante distinta da anterior, uma vez que, para Twardowski, não cabe dúvida, quanto a essas novas hipóteses, de que estamos diante de legítimas representações — trata-se, desta vez, de mostrar que os casos apresentados por Bolzano não servem de exemplos de representações sem objeto porque *há, sim, um objeto correspondente àquelas representações*. Apesar desta diferença entre os objetivos imediatos e entre as considerações relevantes a um e a outro argumentos twardowskianos, entretanto, também em sua crítica das hipóteses bolzanianas ora em causa — aquelas exemplificadas pelas representações *quadrado redondo* e *montanha de ouro* — Twardowski se apoiará amplamente no princípio do paralelismo entre representações e nomes.

De fato, a alegação central de Twardowski em sua nova crítica da tese de Bolzano será a de que, sempre que se está diante de um autêntico nome, “algo é sem dúvida nomeado pelo nome, mesmo que esse algo não exista”;¹³⁰ e, dada a correlação absoluta vigente entre nomes e representações, aquilo que é nomeado por um nome sempre será correspondente a um elemento de determinada representação. Estabelecido este ponto, Twardowski tomará, então, a hipótese aparentemente mais desafiadora dentre as elencadas por Bolzano — a das representações de objetos autocontraditórios — como ingrediente-chave de sua contra-argumentação. Ora, se aceitarmos que algo é nomeado pelo nome “quadrado redondo”, e que este algo é precisamente aquilo a que atribuímos as propriedades contraditórias *quadrado* e *redondo*, então restará evidente, diz Twardowski, que estamos falando do *objeto* da representação correspondente àquele nome; afinal, o único outro elemento que poderíamos identificar com alguma plausibilidade como o nomeado por aquela expressão, o *conteúdo* daquela representação, jamais poderia ser o portador de atributos incompatíveis, na medida em que o conteúdo sempre existe, e nada que existe pode ter características

¹³⁰ Ibid., p. 55.

contraditórias.¹³¹ Conclui-se, assim, que mesmo a representação *quadrado redondo* tem um objeto correspondente — precisamente, o quadrado redondo representado —, ainda que um tal objeto não exista e jamais possa existir. A inexistência não é, portanto, um impedimento ao ser-representado daquele objeto. Pelo contrário: se exercemos um juízo negativo acerca da existência do quadrado redondo, este fato por si só comprova que nos representamos, como condição de possibilidade de um tal juízo, aquele objeto; é absurdo supor que nosso juízo negativo não se dirija a objeto algum (assim como é absurdo supor que esse juízo se dirija ao conteúdo de representação, o qual, como dito, não pode deixar de existir).¹³² E, a partir deste ponto, dá-se facilmente o passo final do argumento, que consiste em estender o resultado alcançado às representações de objetos contingentemente inexistentes (como montanhas de ouro): se foi possível mostrar que mesmo as representações de objetos impossíveis têm sempre um objeto correspondente, então é evidente que o mesmo valerá para os demais casos de representações de objetos inexistentes.¹³³

Twardowski considera, ainda, uma eventual objeção a seu argumento: a de que este resulta numa inaceitável ofuscação da fronteira entre existência e inexistência uma vez que, quando separa-se radicalmente o ser-representado e a existência do objeto e admite-se a possibilidade de um objeto representado inexistente, esquece-se de que, enquanto algo que porta o atributo de ser-representado, um tal objeto deve, afinal, existir.¹³⁴ Em verdade, defende-se Twardowski, é este hipotético objetor quem falha em traçar os precisos limites que separam existência e inexistência. As razões deste contra-ataque assemelham-se bastante às apresentadas por Twardowski em sua análise do predicado “representado”: embora possamos falar, a respeito de um objeto meramente representado, que ele *existe enquanto objeto de representação*, é necessário perceber que a qualificação “enquanto objeto de representação” provoca uma modificação da significação de “existe”; não nos referimos, por uma tal formulação, à existência autêntica pertinente, por exemplo, a todo conteúdo de representação, ou aos objetos de nossas percepções verídicas. *Enquanto objetos de representação*, os objetos “existem” apenas no sentido de que portam o atributo do ser-

¹³¹ Ibid., p. 55.

¹³² Ibid., p. 55.

¹³³ Ibid., p. 57.

¹³⁴ Ibid., p. 56.

representado — o que, por sua vez, não significa nada além de que eles são, justamente, objetos de representação.¹³⁵

2.2. Considerações sobre os argumentos contra Bolzano

Parece-nos relevante notar, em primeiro lugar, que a argumentação de Twardowski ao longo do Capítulo 5 de ZLIGV pode ser vista como uma amostra condensada de um aspecto que permeia o ensaio: a aparente ambivalência do autor sobre as relações entre linguagem, de um lado, e psicologia, lógica e ontologia, de outro — ou, mais especificamente, sobre a medida de fidelidade com que a linguagem retrata determinadas realidades não linguísticas.¹³⁶ Por um lado, como vimos, a premissa da analogia funcional-estrutural entre nomes e representações cumpre papel central em ambas as linhas argumentativas do Capítulo 5, e uma tal premissa indica, evidentemente, a crença de Twardowski de que certos itens linguísticos são capazes de desvelar outros âmbitos da investigação filosófica: primariamente o psicológico (já que a realidade não linguística diretamente espelhada pelo funcionamento dos nomes é a da estrutura das representações), mas também os âmbitos ontológico (na medida em que, por exemplo, o uso legítimo do nome “quadrado redondo” demonstra a possibilidade de um objeto combinar propriedades incompatíveis) e lógico (uma vez que, adotada a teoria idiogênica do juízo, o que os nomes revelam acerca das representações é passível de extensão também para o plano dos juízos, objetos de estudo da lógica). Por outro lado, a estratégia de Twardowski em seu combate à hipótese bolzaniana da representação *nada* — uma forma de análise lógica da linguagem similar às oferecidas por autores como Brentano, Marty, Frege e Russell¹³⁷ —, assim como o seu exame do adjetivo “representado” já fizera, demonstra um considerável grau de ceticismo sobre o valor da linguagem ordinária enquanto guia para a descoberta de estruturas menos perspicuas; afinal, um preceito que está no cerne destas últimas análises é o de que certas realidades lógicas e psíquicas estão

¹³⁵ Ibid., p. 56. Na mesma página, Twardowski comenta que a *existência enquanto objeto de representação* de que é dotado todo objeto, autenticamente existente ou não, é o que os escolásticos chamaram de *existência objetiva* ou *intencional*. Como vimos, também Brentano resgata expressamente, em PES, aquele conceito aristotélico-escolástico com o intuito de associar a ele sua noção de *existência mental*. Evidentemente, contudo, a aproximação visada por Twardowski evita o teor imanentista da apropriação brentaniana daquele antigo conceito.

¹³⁶ Neste sentido, ver SCHAAR, 2016, p. 27-29.

¹³⁷ O método linguístico de Twardowski é minuciosamente analisado e comparado com os dos autores mencionados por Schaar (Ibid., p. 24-32).

frequentemente em descompasso com o que nossos usos linguísticos nos levariam naturalmente a crer sobre aquelas dimensões não linguísticas.

Não pretendemos sugerir que haja inconsistência nessa atitude ambivalente a respeito da linguagem; afinal, independentemente dos detalhes das análises de Twardowski, não há contradição entre a tese de que *certas expressões linguísticas retratam fielmente estruturas não linguísticas* e a tese de que *certas expressões linguísticas induzem a erros quanto às estruturas não linguísticas que elas parecem retratar*. Todavia, um outro tipo de queixa é, a nosso ver, meritória: a de que Twardowski não oferece critérios suficientes para o reconhecimento de itens linguísticos como (por assim dizer) verazes ou falazes. O problema é ilustrado pela imediata pressuposição, por Twardowski, de que a expressão “quadrado redondo” é um autêntico nome e, portanto, corresponde a uma autêntica representação — algumas linhas após a sua demonstração de que o mesmo não pode ser dito sobre a palavra “nada”. A respeito desta última, havia à disposição um argumento bastante plausível amparado na noção medieval de *infinitatio*; mas, ainda que aceitemos a adequação desta e de outras eventuais análises para a identificação de expressões enganosas, não parece haver um meio de garantir que as expressões insuscetíveis a tais análises sejam verazes — certamente, o mero fato de que não ocorreu ao autor uma análise linguística aplicável a certa expressão não deveria ser suficiente para a conclusão de que essa expressão é fiel à realidade que ela pretende retratar. A situação pode ser descrita por analogia com os conceitos de correção e completude de sistemas lógicos: o método de Twardowski para a identificação de nomes falsos é talvez *correto* (se supusermos que todos os nomes identificáveis como falsos por seu método sejam, de fato, falsos), mas não parece ser *completo* (já que não há procedimento capaz de constatar que os nomes *não* identificáveis como falsos sejam, afinal, autênticos).

Poder-se-ia alegar que a garantia de que uma certa expressão corresponde autenticamente a uma certa representação é dada, em última instância, pelo testemunho da percepção interna: a partir do acesso direto a nossa consciência primária, seríamos capazes de constatar que há, de fato, uma representação vinculada a determinada expressão e que, portanto, esta expressão é um nome autêntico. Contudo, um tal teste, caso estivesse disponível e fosse considerado seguro, dispensaria também a necessidade da análise linguística para a identificação das expressões falazes — bastaria, por exemplo, que consultássemos a percepção interna para estabelecermos que não há algo como uma

representação *nada*. A própria opção de Twardowski pelo argumento linguístico em certos casos, e mesmo o seu reiterado apelo ao presumido paralelismo entre nomes e representações ao longo de ZLIGV, demonstram que, para ele, a busca por uma eventual evidência interna não é um procedimento viável para a realização da tarefa de se discernir entre nomes autênticos e nomes falsos.

Mais significativa e problemática, entretanto, é a forma que toma a segunda linha argumentativa do Capítulo 5 de ZLIGV. Como vimos, o passo central do raciocínio, ali, é a inferência de que, diante do conteúdo e do objeto de representação, só podemos atribuir determinações incompatíveis a este último, já que a necessária existência do conteúdo previne que este elemento da representação abarque tais determinações. Este argumento deve ser visto, em verdade, como uma aplicação particular de um argumento mais amplo, apresentado no Capítulo 6 do ensaio como a segunda razão para a distinção entre conteúdo e objeto: devemos concluir que se trata de entidades diferentes pelo fato de o objeto ser capaz de portar propriedades que não podem se instanciar no conteúdo; por exemplo, uma montanha de ouro tem as propriedades de ser extensa, de ser feita de ouro e de ser maior e menor do que outras montanhas, e tais propriedades evidentemente não pertencem, e não poderiam pertencer, ao conteúdo da representação *montanha de ouro*.¹³⁸ Podemos, ainda, tomar o aludido primeiro argumento do Capítulo 6 — o argumento a partir dos juízos negativos verdadeiros — como outra variante do mesmo raciocínio: a inexistência é um aspecto (embora, a rigor, não uma propriedade) pertinente apenas a certos objetos, e jamais a conteúdos de representação. Ocorre que — como já mencionamos especificamente a respeito do argumento a partir dos juízos negativos no início deste capítulo —, mesmo que tais argumentos sejam bem-sucedidos em estabelecer uma necessária *diferença de natureza* entre conteúdos e objetos, por si mesmos eles parecem incapazes de demonstrar a *presença* de cada uma dessas entidades em toda representação. Com efeito, no caso do argumento oferecido no Capítulo 5 de ZLIGV, a alegada inaptidão do conteúdo para portar determinações contraditórias não autoriza a inferência de que deve haver alguma outra entidade que porte tais determinações; afinal, parece igualmente possível, a partir apenas daquela interdição sobre o conteúdo, que *nenhuma* entidade seja a portadora de atributos incompatíveis.¹³⁹ E

¹³⁸ TWARDOWSKI, 2017, p. 60.

¹³⁹ Essa falha no argumento de Twardowski é notada por, entre outros, Sajama e Kamppinen (SAJAMA & KAMPPINEN, 2014, p. 49), bem como Teixeira (TEIXEIRA, 2014, p. 149-150).

um tal defeito argumentativo parece particularmente significativo neste último caso, uma vez que Twardowski oferece esse argumento, precisamente, como parte de um esforço de demonstração de que há um objeto presente em cada representação, mesmo que este objeto seja inexistente.

Em última instância, qualquer plausibilidade que o argumento em questão possa ter é derivada da premissa de que *todo nome nomeia algo*, a qual, aliada ao princípio do paralelismo entre nomes e representações, resultaria na conclusão de que *toda representação representa algo*. Mas, a nosso ver, a premissa referente aos nomes não é mais segura do que a asserção sobre as representações; e, em verdade, independentemente da ordem argumentativa do texto, ambas as hipóteses parecem ser tomadas por Twardowski como verdades auto-evidentes: assim como “algo é sem dúvida nomeado pelo nome, ainda que esse algo não exista”, segue-se da própria concepção twardowskiana de representação que algo é sem dúvida representado por cada representação, ainda que esse algo não exista. Essa pretensão de auto-evidência é confirmada, ainda, pelo fato de que o texto do ensaio estende imediatamente o mesmo privilégio epistêmico ao plano dos juízos: como vimos, em meio à discussão sobre representações de objetos inexistentes, Twardowski afirma que tais objetos são precisamente o que se nega em juízos negativos, e que recusar que haja um objeto correspondente àquelas representações equivaleria a dizer que juízos negativos não se dirigem a nada, o que seria absurdo.¹⁴⁰ Parece-nos justo concluir, assim, que a segunda linha de argumentação do Capítulo 5 de ZLIGV tem a feição de uma petição de princípio: Twardowski assume de início a tese que pretende provar, e as demais considerações envolvidas na argumentação (como aquela a respeito do autêntico portador de propriedades incompatíveis) buscam convencer o leitor da razoabilidade da noção de objetos intencionais inexistentes sem, todavia, *demonstrar* a tese de que todas as representações de objetos inexistentes os têm como correlatos.

Seja como for, pode-se igualmente ponderar qual alternativa à adoção de uma tal tese estaria à disposição de Twardowski; e a resposta mais óbvia seria precisamente a opção à qual ZLIGV se opõe mais explicitamente: o representacionalismo clássico. De fato, aos que se recusam a admitir que toda representação tenha um objeto, insinua-se prontamente a

¹⁴⁰ Benoist comenta que a posição de Twardowski pode ser traduzida numa exigência de caráter lógico-linguístico: trata-se de garantir que haja um *sujeito de enunciados de inexistência* (BENOIST, 2001, p. 81). Não nos parece, todavia, que essa reformulação seja capaz de fortalecer a posição de Twardowski.

hipótese de que a estrutura dos fenômenos psíquicos se esgota, em certos casos, na unidade psíquica de ato e conteúdo imanente. De acordo com essa concepção, como já mencionamos, o objeto de representação é algo radicalmente exterior ao fenômeno que o representa, e a conexão entre ato e objeto restringe-se à circunstância de que o conteúdo do ato guarde um tipo de correspondência (concebida tradicionalmente como algo próximo à “semelhança fotográfica”, nas palavras de Twardowski) com aquele objeto exterior. Ora, da perspectiva de uma concepção do fenômeno psíquico de matriz brentaniana, a teoria representacionista promove um falseamento da essência da consciência, a qual se define precisamente pelo seu atributo de *ter um objeto*. Independentemente dos esforços e dos méritos da argumentação de Twardowski contra as hipóteses bolzanianas de representações sem objeto, portanto, deve-se notar que o cerne da controvérsia está na diferença entre os pontos de partida de cada autor,¹⁴¹ e as análises e argumentos oferecidos por cada um dos lados buscam reforçar estas concepções originais e não, propriamente, demonstrar dedutivamente a verdade de um ou de outro ponto de partida.¹⁴²

3. O objeto de representação

3.1. O conceito de objeto

Se a concepção intencional de consciência de Brentano e Twardowski identifica como marca distintiva do fenômeno psíquico o *ter um objeto*, uma implicação dessa concepção é que o objeto estará dotado de um atributo simétrico e correspondente: o *ser-representado*. A retificação da psicologia descritiva brentaniana envolvida na elaboração da doutrina de Twardowski se dá, como visto, *apesar* da manutenção daquele atributo na posição de centro conceitual do objeto; com efeito, a inovação twardowskiana pode ser compreendida como uma radicalização da concepção de objeto de Brentano, a ponto de que o *ser-representado e nada além do ser-representado* passe a caracterizar todo objeto. Assim, esse novo conceito

¹⁴¹ Para uma proposta de separação desses pontos de partida em termos de *intencionalismo* (Twardowski) e *não intencionalismo* (Bolzano) — sustentada por um grande esforço de justificação conceitual, como demanda a complexidade adquirida pelo termo “intencionalidade” no decorrer da filosofia contemporânea — ver BENOIST, 2001.

¹⁴² Não pretendemos sustentar que as concepções representacionista e brentano-twardowskiana do fenômeno psíquico sejam as únicas possíveis; há ainda, afinal, ao menos a alternativa husserliana, que se apresentará como uma terceira via em relação àquelas concepções, como veremos.

de objeto envolverá, simultaneamente, uma *simplificação conceitual* e uma *complexificação extensional*: alguns dos aspectos e propriedades que Brentano atribuía ao objeto serão rejeitados por Twardowski como adições ilegítimas à autêntica noção de objeto, a qual deve ser capaz de abarcar as mais variadas determinações possíveis, sob a única condição de que estas sejam compatíveis com a propriedade do ser-representado.

Isso significa, em primeiro lugar, a recusa da tese de que o objeto é algo de imanente à consciência — pelo que, já sabemos, Twardowski escapa do problema dos juízos negativos verdadeiros que Brentano havia imposto a sua própria teoria. Mas, com a rejeição do imanentismo,¹⁴³ outros aspectos do objeto brentaniano associados àquele acabam igualmente descartados. Como vimos, em sua apresentação do “correlato intencional” em DP, por exemplo, Brentano descreve o objeto como uma entidade *não real* que, junto a seu correlato real (o ato em sentido estrito), forma uma unidade psíquica complexa. O objeto twardowskiano, pelo contrário, não se define em termos da categoria do real: tanto objetos reais quanto objetos irrealis são, na medida em que podem ser representados, objetos; cadeiras, números, ausências e meras possibilidades são igualmente passíveis de representação.¹⁴⁴ Outras restrições conceituais que a propriedade da imanência parecia exigir, como a interdição da atribuição de características contraditórias ao objeto e a necessária existência de todo objeto enquanto parte distintional do ato, também serão extirpadas da concepção twardowskiana de objeto, como mencionado. O que subsiste, ao fim de um tal expurgo conceitual, é uma noção de objeto radicalmente abstrata — a qual Twardowski busca elucidar no Capítulo 7 de ZLIGV por meio de uma série de comparações com conceitos tradicionais na história da filosofia.

De início, Twardowski propõe uma aproximação entre a sua própria concepção e a concepção kantiana de objeto, na medida em que Kant, recorrendo à ideia de um gênero não subsumido a qualquer gênero mais abrangente — ideia que vimos Twardowski empregar em

¹⁴³ Pode ser útil lembrar: a interpretação que enxerga no objeto imanente de Brentano uma entidade literalmente interna à consciência não é universal — mas é a que pareceu vigor entre os próprios pupilos de Brentano.

¹⁴⁴ Seria descabido, obviamente, sugerir que a tese brentaniana de que o objeto imanente é algo de não real exclui a possibilidade de que, digamos, uma cadeira possa ser um objeto na teoria de Brentano. Como indicamos no capítulo anterior, há leituras da obra de Brentano (como a interpretação perspectivista de Chrudzimski) capazes de dirimir essa aparente contradição. O que importa notar, aqui, é que a simplificação do conceito de objeto em Twardowski tem o efeito de dissipar qualquer tensão que pudesse haver, ou parecer haver, entre as propriedades do objeto imanente brentaniano — tensão que, em vista das divergências ainda hoje presentes na literatura secundária, Brentano não foi capaz de solucionar a contento.

seu argumento contra a representação *nada* —, sugere que o objeto é precisamente o conceito correspondente a um tal gênero.¹⁴⁵ Kerry, por outro lado, critica a concepção kantiana de objeto por sua suposta ambiguidade: às vezes, por “objeto”, Kant teria entendido “o que afeta a mente” (algo *real*) e, outras vezes, Kant teria se referido com a mesma palavra ao objeto de um conceito (algo *não real*). Twardowski esclarece, a respeito desta objeção, que o conceito autêntico de objeto não se identifica com o da coisa-em-si kantiana, a causa daquilo que “afeta a mente”, mas com a noção de *fenômeno*, independentemente da presumida causa da aparição de tal fenômeno; e, embora o sentido de *realidade* não seja bem definido pelos filósofos, é patente que tanto objetos considerados reais (um som, uma árvore, uma emoção, um movimento) quanto objetos considerados não reais (uma carência, uma ausência, uma possibilidade) atendem à noção autêntica de objeto, na medida em que podem ser aquilo que se representa numa representação e aquilo que se julga num juízo. Assim, a crítica de Kerry cai por terra, já que a palavra “objeto” abarca legitimamente reais e irreais, tanto quanto existentes e inexistentes.¹⁴⁶ Consequentemente, afirma Twardowski, deve-se distinguir claramente, ainda, entre as noções de objeto e de *coisa*, uma vez que as coisas são uma categoria bastante restrita em relação à dos objetos. Uma outra noção, todavia, permite mais uma vez uma aproximação adequada: a noção de referente linguístico. Com efeito, em nova alusão ao paralelismo entre linguagem e consciência tantas vezes empregado em ZLIGV, Twardowski afirma que “tudo o que pode ser denotado por um substantivo, ou por uma expressão substantivada, é um objeto no sentido aqui determinado”.¹⁴⁷

Em última instância, pode-se encontrar na metafísica aristotélico-escolástica a melhor aproximação teórica ao autêntico conceito de objeto. Como explica Twardowski, tão logo se reconheça a dupla identidade “tudo o que é, é o objeto de uma possível representação” e “tudo o que é, é algo”, passa-se da investigação psicológica para a ontologia; e a equivalência entre o objeto de representação e o ente (*ov* em Aristóteles; *ens* entre os medievais) é atestada pelo fato de que toda a doutrina sobre o ente, em sendo correta, é igualmente

¹⁴⁵ TWARDOWSKI, 2017, p. 63. Na sequência, contudo, Twardowski faz uma ressalva à concepção de Kant, para quem não é claro se o objeto “é algo ou nada”: conforme o argumento envolvendo a *infinitatio* escolástica, além de outras razões mencionadas pela primeira vez no Capítulo 7, Twardowski sustenta que a noção de objeto só pode equivaler à de *algo*, e nunca à de *nada* — e com isso ele também rejeita a concepção de outros autores, como Bolzano e Erdmann.

¹⁴⁶ Ibid., p. 64. Porta oferece, ainda, uma leitura que identifica na aproximação entre o objeto twardowskiano e o fenômeno kantiano uma recusa de que o objeto se subsuma, tampouco, à categoria do transcendente ou à do imanente (PORTA, 2014b, p. 97-98).

¹⁴⁷ TWARDOWSKI, 2017, p. 65.

aplicável ao objeto de representação.¹⁴⁸ São cinco os pontos de contato mencionados por Twardowski: (1) o objeto não se confunde com o existente; há, além do objeto existente, o objeto meramente possível (*ens possibile*) e mesmo o objeto impossível, meramente concebível (*ens rationis*); a maioria dos escolásticos, aliás, identifica *aliquid* (algo) com *ens*; a única propriedade essencial do objeto é o ser-representado, o que se buscou captar pela palavra *essentia*; (2) o objeto é o *summum genus*; ou seja, o *ens* não é um conceito genérico (*Gattungsbegriff*), mas um conceito transcendental (no sentido escolástico), pois ele transcende todos os gêneros; (3) todo objeto de representação pode ser o objeto de um juízo e o objeto de uma emoção; é nesse sentido que muitos escolásticos afirmavam que todo *ens* é *verum* e é *bonum*; (4) além de *verum* e *bonum*, os escolásticos adicionavam a determinação *unum* a todo *ens*, o que parece indicar que todo objeto pode ser o objeto de uma representação; (5) se o *ens*, objeto da metafísica, é nada mais do que o objeto de nossas representações, juízos e emoções, então a metafísica deve poder ser tomada como uma ciência dos objetos em geral; e, de fato, ela é assim definida na tradição, como revela o conhecido epíteto “ciência do ser enquanto ser”.¹⁴⁹

3.2. A natureza do objeto

A estratégia de Twardowski no Capítulo 7 do ensaio para elucidar o autêntico conceito de objeto — delinear os seus contornos por apelo a outras noções às quais aquele conceito se associa e se desassocia em diferentes aspectos — é talvez o máximo que se possa oferecer a respeito de um conceito tão fundamental; com efeito, embora Twardowski não o declare, a extrema generalidade da noção de objeto parece torná-la uma noção primitiva, indefinível. Seja como for, o exercício de comparação com aquelas diferentes concepções — elas mesmas, em sua maioria, tão abstratas quanto a defendida por Twardowski — não é capaz de evitar, a nosso ver, que o conceito twardowskiano de objeto permaneça de difícil apreensão. Trata-se, em última instância, do problema de conceitualizar o que se coloca, por sua própria natureza, nos limites de qualquer conceitualização: o rechaço de categorizações ontológicas tradicionais (o existente, o real etc.), marca distintiva daquela noção de objeto, é também o motivo pelo qual esta noção resiste à absorção por nossos esquemas conceituais.

¹⁴⁸ Ibid., p. 65-66.

¹⁴⁹ Ibid., p. 66-67.

O incômodo que uma tal noção provoca advém, em suma, da incerteza que resta, após toda a tentativa de elucidação do Capítulo 7, acerca de o objeto ter ou não, afinal, *qualquer estatuto ontológico*. É certo, por um lado, que, na medida em que Twardowski declara o objeto um sinônimo do *ens* medieval, tópico central de toda metafísica, a única resposta correta parece ser “sim”. Todavia, a sobrelevação deste conceito em relação às categorias próprias de uma tal ciência, e em particular sobre a categoria da existência, parece ameaçar a possibilidade de que mesmo um grau mínimo de “densidade ontológica” seja atribuído ao objeto em geral. Tudo parece depender, quanto a isso, do peso que se dê às explícitas associações entre objeto e *ser* presentes no texto de ZLIGV. Porta, por exemplo, interpreta a transcendentalidade do objeto em relação às categorias da existência e da realidade como, precisamente, uma declaração, por Twardowski, de que o objeto é tudo aquilo que é, independentemente de subsunção a qualquer daquelas categorias.¹⁵⁰ Em sentido contrário, Grossmann toma o ser-representado como o único atributo legítimo do objeto twardowskiano, e afirma que a exclusão da existência dentre as determinações do objeto equivale à negação de que o ser-representado deva ser acompanhado do ser predicativo. Em verdade, acredita Grossmann, o objeto de Twardowski não tem qualquer estatuto ontológico e, em particular, qualquer ser; e a tese fundamental da teoria da intencionalidade twardowskiana seria a de que algo que é (o ato) pode se dirigir a algo que *não é* (seu objeto).¹⁵¹

Ainda que, como cremos, a interpretação de que o objeto twardowskiano é portador de ser esteja mais amparada pelo texto de ZLIGV, a leitura divergente de Grossmann reflete, a nosso ver, uma dificuldade legítima: a de conceber o sentido de um ser do objeto que seja preservado na hipótese da inexistência do objeto. Trata-se, não de ignorar as evidências textuais (as quais, em qualquer caso, são escassas¹⁵²), mas de confrontar a noção de objeto que se delineia ao longo do ensaio — e em particular a sua capacidade de abarcar a inexistência — com a concepção intuitiva de ser como algo indissociável da existência. O lembrete de que lidamos, aqui, com duas categorias distintas (*ser* e *existência*) não é suficiente

¹⁵⁰ A respeito especificamente da separação entre ser e existência, diz Porta: “O ser é independente da (e ‘anterior à’) existência; o ser predicativo é mais originário que o ser-existencial. Tudo o que existe é, porém nem tudo o que é existe. Tudo o que é é algo (*etwas*); tudo o que é ‘determinado’ (*bestimmt*) ‘é’ em algum sentido. Ser, ser-algo e ser-determinado são sinônimos.” (PORTA, 2014b, p. 94.)

¹⁵¹ GROSSMANN, 1977, p. XI-XII.

¹⁵² Apenas duas passagens do ensaio parecem indicar que todo objeto é portador de ser: aquela que afirma que “tudo o que é, é um objeto de uma representação possível; tudo o que é, é algo” (TWARDOWSKI, 2017, p. 65) e a que identifica o estudo dos objetos em geral com a metafísica tomada como “ciência do ser enquanto ser” (Ibid., p. 67).

para aplacar o estranhamento provocado pela noção de algo que *é mas não existe* — e tampouco para afastar a suspeita de que esvazia-se de sentido, assim, a palavra “ser”. De fato, uma tal noção, se tem precedentes na história da filosofia (como os que Twardowski resgata no Capítulo 7), não deixa de ser bastante impopular entre autores contemporâneos — como atesta a ampla oposição sofrida pela teoria do herdeiro mais notório da concepção de objeto twardowskiana, Meinong.¹⁵³ Com efeito, a versão twardowskiana de uma tal hipótese de subsistência do inexistente será duramente criticada por Husserl, como veremos no próximo capítulo.

Uma dificuldade adicional à compreensão da natureza do objeto em ZLIGV concerne a exata relação entre as diferentes formulações do caráter essencial do objeto oferecidas pelo texto — em particular, em que ordem de precedência conceitual situam-se o atributo psicológico do *ser-representado* e a concepção ontológica do objeto como *algo* (ou como o *ser* em geral). Como comenta Porta, ainda que ambos os conceitos tenham a mesma extensão (ao menos sob a condição de que concebamos o ser-representado como um atributo meramente *possível* e não *atual* de todo objeto; ou seja, se tomarmos em consideração o *representável*, por oposição ao *representado*), eles não são intensionalmente equivalentes, e não é claro no texto de Twardowski qual dos dois teria primazia sobre o outro: “É o ‘ser-representável’ uma condição do ‘Ser’ ou é o ‘Ser’ uma condição do ‘ser-representável?’”¹⁵⁴ Esta questão está fortemente ligada às motivações da chamada leitura fenomenalista da obra de Twardowski, como a defendida por Ingarden: como relata Cavallin, Ingarden argumentou que, ainda que se tome o ser-representado como uma possibilidade e não uma característica atual de todo objeto, a colocação deste atributo no centro conceitual do objeto twardowskiano transforma este objeto em *dependente* de uma representação.¹⁵⁵ Uma tal dependência estaria, para Ingarden, em contradição com as formulações puramente ontológicas da essência do objeto em ZLIGV, a ponto de que nem sequer se poderia falar, a

¹⁵³ Não pretendemos adentrar, aqui, uma discussão distinta sobre a adequada interpretação da teoria de Meinong. Basta-nos mencionar que Grossmann, por exemplo, tampouco entende haver separação entre existência e ser na obra daquele autor; para ele, o conceito meinonguiano de *Aussersein* tem precisamente a função de permitir a atribuição de propriedades a determinados objetos independentemente de estes objetos portarem, também, qualquer ser. Assim, uma montanha de ouro teria legitimamente as propriedades de ser uma montanha e de ser de ouro sem, no entanto, *ser* (GROSSMANN, 1977, p. XVII-XVIII).

¹⁵⁴ PORTA, 2014b, p. 96-97. Porta dá razões, todavia, para crer que Twardowski considerava o *ser* (ou *ser-algo*) logicamente anterior ao *ser-representado*.

¹⁵⁵ CAVALLIN, 1997, p. 65-66.

rigor, numa equivalência extensional entre o ser-representado e o ser-algo, haja vista o caso dos objetos (isto é, portadores de ser) não representáveis, como a coisa-em-si kantiana.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Ibid., p. 72. Note-se que a afirmação de Twardowski, no Capítulo 7, de que o seu conceito de objeto não se identifica com o de coisa-em-si não parece envolver uma tal exclusão das coisas-em-si da extensão dos objetos em geral; pelo contrário, o intuito de Twardowski naquela passagem parece ser o de garantir a neutralidade metafísica do objeto em relação às categorias do transcendente e do imanente (ver PORTA, 2014b, p. 97-98).

CAPÍTULO 3

Objeto em sentido próprio: Husserl e o vínculo essencial entre o representado e o existente

O recorte temático que impusemos, nesta dissertação, aos escritos intermediários de Brentano e ao mais importante ensaio de Twardowski recebe, afinal, estatuto de mote central no manuscrito husserliano “Objetos intencionais” (IG), de 1894.

Como procuramos mostrar, o impasse concernente aos juízos negativos verdadeiros na psicologia descritiva de Brentano pode ser descrito como uma contradição entre a recusa da existência de um objeto, pela qual se define todo juízo negativo, e a impossibilidade da inexistência do mesmo objeto, em vista de sua imanência no próprio ato de julgar. Já a teoria twardowskiana do objeto de representação, a qual remove este objeto do âmbito de imanência psíquica e determina-o unicamente pela propriedade do ser-representado, pode ser compreendida como uma saída à contradição brentaniana: negar existência a um objeto, em Twardowski, não mais implica a implosão dos atos representacional e judicativo, já que estes atos não mais *incluem* o objeto como parte de sua estrutura.

Em IG, Husserl interpreta o embaraço em que desembocou a doutrina brentaniana, e do qual buscou se livrar a proposta twardowskiana, como o resultado de um choque entre duas teses bastante plausíveis: a de que *toda representação representa um objeto* e a de que *nem toda representação tem um objeto correspondente*. Aquela primeira resume-se a uma expressão mais restrita da Tese Psicológica de Brentano: a marca característica de todo fenômeno psíquico (cuja modalidade básica é a representação) é o seu direcionamento a um objeto (o que significa, no mínimo, o *representar* tal objeto, sem prejuízo das formas de direcionamento objetual fundadas sobre a representação: o julgar e o amar ou odiar). A segunda tese, por seu lado, remonta à sugestão bolzaniana de que representações como *montanha de ouro* ou *quadrado redondo* merecem a designação de representações sem objeto: afirmar que os objetos representados por tais representações não existem é exatamente o mesmo que afirmar que não há objetos correspondentes a tais representações. A plausibilidade de cada uma das teses parece ameaçada, ao menos à primeira vista, por considerações que apontam para a correção da tese contraposta — por mais incontestável que pareça a tese bolzaniana, por exemplo, é evidente que podemos afirmar algo como “‘um quadrado redondo’ representa um objeto que é simultaneamente quadrado e redondo” e que

esta afirmação é verdadeira; mas como explicar que uma proposição possa se referir verdadeiramente ao objeto de uma *representação sem objeto*?¹⁵⁷ Como observa Husserl, trata-se de um problema que desconcertava já a filosofia medieval e que jamais recebeu solução unânime entre os filósofos contemporâneos. Percebe-se, portanto, que um considerável esforço teórico ainda é necessário para dirimir o problema — o que deve ser possível, sob a premissa de que não existem paradoxos legítimos, mas apenas aparências de paradoxo.

Buscaremos mostrar, neste capítulo, como Husserl propôs resolver o conflito entre as teses de Brentano e de Bolzano. Em contraste com a estratégia de Twardowski, Husserl preservará, intacta, a metade bolzaniana do paradoxo: nem toda representação tem um objeto correspondente. Sua mira se voltará, ao contrário, para a Tese Psicológica brentaniana — não a fim de rejeitá-la, propriamente, mas de revelar, a partir de sua formulação original imperfeita, algo de verdadeiro: o fato de que mesmo representações sem objeto, em função do seu *teor de significação* próprio, podem fazer parte de discursos que operem sob a *hipótese* de que o objeto por elas representado existe. Esta solução, como veremos, requererá de Husserl a mobilização de certos conceitos-chave alheios ao acervo da psicologia descritiva de Brentano e Twardowski, e mais próximos da lógica de Bolzano.

Antes de lidarmos com a porção propositiva de IG, todavia, será preciso reconstruir o pano de fundo determinante da solução husserliana: a crítica à doutrina de ZLIGV. Com efeito, IG é essencialmente uma resposta ao ensaio twardowskiano (publicado poucos meses antes) motivada pela insatisfação de Husserl com a tentativa de seu antigo colega de resolver o conflito entre as posições de Brentano e Bolzano. Assinale-se desde já que a leitura de ZLIGV oferecida por Husserl é defeituosa em aspectos importantes, e parte de nossa exposição será dedicada a mostrar as discrepâncias entre as ideias de Twardowski e as posições que Husserl lhe atribui; mas argumentaremos também que, seja como for, a crítica husserliana aplica-se efetivamente a pontos basilares da doutrina de Twardowski, e que levar em conta a divergência entre os dois autores é um pré-requisito para a adequada compreensão da solução de Husserl ao problema central de IG.

O primeiro passo do percurso que se segue consistirá, entretanto, na reconstrução de outra crítica de Husserl: a que ele dirige contra a pretensa solução ao problema das

¹⁵⁷ HUSSERL, 1990, p. 142.

representações sem objeto fornecida pela teoria da imagem mental. Começar por aí a reconstrução do argumento do manuscrito husserliano mostra-se oportuno por dois motivos: (1) na sequência de sua exposição, Husserl identificará na solução de Twardowski a repetição de um erro já presente entre os teóricos da imagem mental; e (2) a rejeição da noção de imagem mental será relevante para o desenvolvimento de toda a teoria da intencionalidade husserliana — desenvolvimento que tem em IG um importante estágio inicial.

1. A crítica à solução da teoria da imagem mental

Após apresentar o paradoxo-tema do manuscrito, Husserl observa em IG que a opinião popular considera o problema facilmente resolúvel: bastaria notar que “representar um objeto” significa *ter uma imagem mental correspondente ao objeto*, e que o objeto mesmo é sempre algo de transcendente à mente. De acordo com essa concepção, não há qualquer dificuldade na admissão de representações sem objeto, já que a existência da imagem na consciência independe da existência do objeto no mundo exterior. A diferença entre, por exemplo, percepções verídicas e percepções inverídicas seria a de que a imagem mental presente nas primeiras corresponde a um objeto exterior efetivamente existente, o que não ocorre nas representações inverídicas — mas a essência descritiva das duas representações permanece intocada pela contingência de que o objeto exterior tenha ou não tenha existência efetiva.¹⁵⁸

Husserl não atribui a teoria da imagem mental a qualquer autor em particular no texto de 1894, mas a popularidade de uma tal concepção não se restringia à opinião ingênua dos leigos, como se insinua no manuscrito. Trata-se essencialmente, afinal, da versão mais típica do representacionalismo clássico, cujos defensores incluem alguns dos mais importantes epistemólogos da modernidade, como Locke, e mesmo autores contemporâneos a Husserl, como Höfler.¹⁵⁹ É possível supor que Husserl tomasse como exemplar da teoria da imagem

¹⁵⁸ Ibid., p. 143.

¹⁵⁹ Em sua *Logik* de 1890, escrita em colaboração com Meinong, Höfler afirma que se costuma falar em objeto das representações ora no sentido do objeto “existente em si, a ‘coisa-em-si’, o efetivo, o real”, ora no sentido da “‘imagem’ psíquica, existente ‘em’ nós, mais ou menos aproximada daquele real”, uma espécie de “quasi-imagem (ou melhor: signo)” que, em oposição àquele objeto transcendente, está inteiramente dentro do sujeito e, por isso, pode também ser chamada de “conteúdo da representação ou do juízo” (HÖFLER, 1890, p. 7, *apud* ROLLINGER, 1999, p. 140). Esta passagem é mencionada por Twardowski em ZLIGV como amostra de precedente à sua distinção entre conteúdo e objeto (TWARDOWSKI, 2017, p. 40). Veremos à frente, com efeito, que Husserl enxerga também na doutrina de ZLIGV uma versão da teoria da imagem, apesar dos distanciamentos que

mental toda doutrina que congregasse, em termos gerais, os seguintes elementos: (1) um *conteúdo*, concebido como entidade interna à mente; (2) um *objeto*, concebido como entidade externa à mente; e (3) uma relação de *semelhança* entre conteúdo e objeto, pela qual se pretende explicar que o conteúdo atue como representante do objeto.¹⁶⁰

A crítica montada em IG contra a teoria da imagem mental desdobra-se em três objeções. Apresentamos cada uma dessas objeções a seguir.

a) A teoria da imagem mental é plausível apenas em um número restrito de casos

Um primeiro defeito da teoria em questão, diz Husserl, é que ela simplesmente não coincide com o que a experiência nos revela em inúmeros casos. Os teóricos da imagem mental frequentemente escolhem exemplos particulares de representações, como as percepções simples, nas quais se poderia supor com alguma plausibilidade haver um conteúdo-imagem capaz de representar um objeto transcendente correspondente àquele conteúdo-imagem (caso o objeto exista efetivamente fora da consciência); assim, a percepção de uma árvore seria, em verdade, a percepção de uma *imagem mental de árvore* correspondente à árvore do mundo exterior, objeto autêntico daquele ato perceptivo. Todavia, é fácil enumerar outros tipos de representações em que se torna inconcebível a presença de uma imagem mental do objeto representado. Que tipo de imagem, por exemplo, poderia ser inerente às representações de conceitos como arte, literatura e ciência? Seria razoável supor que a figura de uma moldura dourada retrata o conceito de arte, ou que a imagem de uma estante de livros retrata as noções de literatura e de ciência? Parece claro que não. E seria igualmente implausível a sugestão de que qualquer imagem está envolvida em nossas representações de objetos contraditórios — com efeito, a existência de um quadrado redondo no mundo exterior não é mais inconcebível do que a existência de um

Twardowski busca estabelecer entre sua concepção de intencionalidade e a noção de semelhança imagética, conforme discutido no capítulo anterior.

¹⁶⁰ Note-se que aquele terceiro elemento não faz parte da lógica de Bolzano, já que na doutrina bolzaniana a relação entre o conteúdo psíquico (representação subjetiva) e o objeto representado é de natureza semântica (pois intermediada por uma entidade semântica, a representação-em-si), e não imagética. Por isso, ainda que Bolzano seja um representacionista clássico na medida em que sua doutrina concebe a referência a objetos como um tipo de correspondência entre mente e mundo exterior, ele não deve ser considerado um adepto da teoria da imagem mental. Isso explica por que a crítica de IG aos teóricos da imagem mental não impedirá que a solução husserliana ao paradoxo das representações sem objeto aproxime-se em pontos cruciais da doutrina bolzaniana, como veremos.

conteúdo mental que possa atuar como representante figurativo de um quadrado redondo. Husserl sugere ainda, como contraexemplo à teoria da imagem mental, a hipótese de um matemático que lê um tratado repleto de fórmulas complexas: se supuséssemos que as representações que o matemático tem em mente ao ler o tratado atuam conforme estipula aquela teoria, as imagens inerentes a tais representações, para dar conta dos inúmeros conceitos envolvidos em cada uma daquelas fórmulas, teriam que formar verdadeiros turbilhões na mente do matemático, o que deve ser reconhecido como inverossímil.¹⁶¹

b) A teoria da imagem mental não reconhece o caráter fenomenológico específico da representação de fantasia

Um segundo problema da teoria da imagem mental é o de que a mera suposição de que há na consciência um determinado conteúdo semelhante a um objeto fora da consciência não é suficiente para explicar que aquele conteúdo exerça o papel de imagem do objeto representado. Trata-se fundamentalmente da mesma crítica que Husserl apresentaria mais tarde, de forma mais elaborada, num apêndice ao segundo capítulo da quinta de suas *Investigações lógicas*.¹⁶² Existe, sem dúvida, uma espécie de representação — a representação de fantasia¹⁶³ — cuja operação essencial envolve a referência a um objeto por meio de uma imagem mental tomada como semelhante àquele objeto e habilitada a representá-lo por força dessa semelhança. Entretanto, este não é um caráter geral de *toda* representação, mas a qualidade fenomenológica específica das representações de fantasia; e, mais importante, esta qualidade específica envolve necessariamente a *apreensão*, por parte do sujeito que representa, de um objeto ou conteúdo imanente *como* representante imagético de um outro objeto.

¹⁶¹ HUSSERL, 1990, p. 143.

¹⁶² Id., 1984, p. 436-440.

¹⁶³ A terminologia de Husserl em referência aos atos que envolvem imagens é bastante inconstante (ver SARAIVA, 1970, p. 57-58). A se tomar o que é indicado, por exemplo, no §14 da Quinta Investigação Lógica (em sua primeira edição), a imaginação (*Imagination*) é um gênero de atos que divide-se em duas espécies: as representações de fantasia (*Phantasievorstellungen*), nas quais uma imagem mental (isto é, imanente à consciência) retrata o objeto representado, e as representações de imagem (*Bildvorstellungen*), em que um objeto físico (um quadro, uma estátua) é tomado pelo sujeito do ato como imagem do objeto autêntico daquele ato (HUSSERL, 1984, p. 399-400). Todavia, em não se tratando, aqui, de distinguir entre estas duas espécies, ou entre cada espécie e o gênero *Imagination*, empregaremos livremente os termos “imaginação”, “fantasia”, “consciência de imagem” e similares em referência aos atos que envolvem imagens de modo geral.

Com efeito, explica Husserl, o ser-imagem não é jamais um caráter interno ou “predicado real” de algo, como se certo objeto fosse figurativo assim como é, por exemplo, vermelho ou esférico;¹⁶⁴ ou seja, nenhum objeto é uma imagem de outro independentemente de sua participação em uma representação de fantasia. E esta especificidade da fantasia não se reduz às disposições inconscientes do sujeito, as quais podem no máximo ser postuladas como *causa* dos conteúdos *reais* de consciência, mas jamais como fundamento da essência fenomenológica das vivências.¹⁶⁵ Tampouco a mera semelhança entre os dois polos da relação imagética explica suficientemente o caráter essencial da representação de fantasia; afinal, aquela relação de semelhança precisaria, supostamente, ser atestada por comparação entre o objeto-imagem e o objeto representado, o que se revela um contrassenso por duas razões: em primeiro lugar, se a referência ao objeto representado depende já de início da relação de semelhança que se procuraria estabelecer por uma tal comparação, surge imediatamente a dificuldade de esclarecer como a consciência seria capaz de verificar as propriedades do que lhe é inacessível; em segundo lugar, ainda que uma tal comparação fosse possível, a apreensão de cada um dos termos da comparação seria uma nova representação, a qual, de acordo com a teoria da imagem, demandaria um novo conteúdo-imagem, e assim se instalaria inevitavelmente uma regressão infinita no suposto procedimento comparativo.¹⁶⁶

O que está já em vigor aqui é, claramente, a teoria husserliana da *constituição*, ainda incipiente em 1894 mas amadurecida no texto das *Investigações*. A representação imaginativa é um exemplo particularmente ilustrativo de como a consciência, por exercício de uma “interpretação” ou apercepção, atribui às suas aparições “imediatas”¹⁶⁷ a cada vez um sentido inteiramente novo, conforme a espécie de apercepção inerente àquela representação — o mesmo objeto que, numa percepção simples, é apreendido como “fim último” do ato pode servir, na consciência imaginativa, como um representante (perceptivo e não mental, neste caso) de algo diverso.¹⁶⁸

¹⁶⁴ HUSSERL, 1984, p. 436.

¹⁶⁵ Id., 1990, p. 145.

¹⁶⁶ Id., 1984, p. 436-438; id., 1990, p. 144-145.

¹⁶⁷ As aspas são necessárias, aqui, para indicar que o objeto apreendido pela consciência constituinte como imagem ou signo de seu legítimo objeto intencional já pode ser, ele mesmo, o produto de uma primeira apercepção constituinte (perceptiva, por exemplo), e portanto não se trata necessariamente de algo imediato no sentido de livre de qualquer “interpretação” prévia.

¹⁶⁸ A constituição fenomenológica, e sua operação específica no âmbito da consciência de imagem, é resumida por Husserl na seguinte passagem do referido apêndice ao segundo capítulo da Quinta Investigação Lógica: “A pintura só é imagem para uma consciência constituinte de imagem, a qual confere pela primeira vez a um objeto primário que lhe aparece perceptivamente, por meio da sua apercepção imaginativa (aqui, portanto, fundada

c) A teoria da imagem mental duplica o sentido de “objeto”

A objeção mais importante à teoria da imagem mental para os fins da discussão travada em IG, todavia, é a de que, mesmo que aquela teoria não fosse desmentida pela experiência (primeira objeção) ou que não fosse incapaz de explicar a essência fenomenológica da consciência imaginativa (segunda objeção), ela ainda se mostraria inapta a resolver efetivamente o paradoxo das representações sem objeto na medida em que a sua pretensa solução duplica ilegitimamente o sentido de “objeto”. De fato, as teses brentaniana e bolzaniana tornam-se contraditórias entre si apenas sob a condição de que ambas refiram-se ao *mesmo* objeto. No entanto, argumenta Husserl, a teoria da imagem mental esquiva-se do paradoxo, em vez de solucioná-lo, quando toma o “objeto” mencionado na primeira tese (“toda representação representa um objeto”) como a imagem mental e o “objeto” mencionado na segunda tese (“nem toda representação tem um objeto correspondente”) como o objeto transcendente.¹⁶⁹

Anos mais tarde, novamente no apêndice ao segundo capítulo da Quinta Investigação Lógica, Husserl afirmaria que qualquer teoria dos fenômenos psíquicos comete um grave erro caso busque distinguir, em cada representação, entre um objeto “simplesmente imanente” ou “intencional”, de um lado, e um objeto “transcendente” ou “efetivo” eventualmente correspondente àquele, de outro lado. É perfeitamente legítimo distinguir entre o conteúdo imanente de uma representação (a imagem das representações de fantasia, por exemplo) e o objeto representado, não imanente; todavia, não é jamais legítimo supor que o objeto intencional de uma representação seja qualquer entidade distinta do objeto efetivo, eventualmente exterior, visado naquela representação. Deve-se admitir, pelo contrário, que

numa percepção) a ‘*validade*’ ou ‘*significação*’ de uma imagem. (...) Por outro lado, devemos aqui aprender absolutamente a ver que necessitamos, em todos os casos, de uma certa ‘constituição’ do objeto da representação, no seu próprio teor essencial, para a consciência e nela; que, por conseguinte, um objeto para a consciência não é representado apenas porque está simplesmente na consciência um ‘conteúdo’ qualquer semelhante à própria coisa transcendente (coisa que, ponderada mais rigorosamente, se resolve num enorme contrassenso), mas antes que, na essência fenomenológica da consciência, está em si mesma contida toda e qualquer relação com uma objetividade e que só nela pode estar principialmente contida, certamente enquanto relação com uma coisa ‘transcendente’” (HUSSERL, 1984, p. 437).

¹⁶⁹ HUSSERL, 1990, p. 144.

a cada vez trata-se do *mesmo* objeto que é representado e que pode existir ou não existir fora da consciência.¹⁷⁰

Note-se que, *enquanto estratégia de solução de paradoxos*, a explicitação de uma suposta ambiguidade da palavra “objeto” em seu emprego nas teses bolzaniana e brentaniana não justificaria a insatisfação de Husserl em IG; afinal, se solucionar um paradoxo equivale a revelá-lo como meramente aparente, e se isso implica reformular as teses paradoxais (ou ao menos uma delas) de modo a eliminar a fonte da contradição, então parece legítima a opção de se mostrar que as teses em questão tornam-se compatíveis caso atentemos para os sentidos distintos em que cada tese, em sua formulação original, emprega determinado termo-chave. Em verdade, o que Husserl parece reputar inadmissível na proposta de solução dos teóricos da imagem mental é o fato de que essa proposta produz um tratamento não homogêneo das representações de objetos existentes e das representações de objetos inexistentes. Com efeito, o alvo intencional último de uma representação, de acordo com a teoria da imagem mental, parece variar conforme o caso: se este objeto existe, então é ele o termo final do ato representativo; se este objeto não existe, então o termo final do ato representativo é o seu conteúdo-imagem.¹⁷¹ Se a conveniência teórica de uma tal opção já seria duvidosa antes mesmo de um exame de sua aplicação a casos particulares,¹⁷² ela se torna francamente disparatada, aos olhos de Husserl, quando refletimos sobre certos exemplos, como o que consta do texto de IG em referência à capital alemã: “A mesma Berlim que eu represento também existe, e a mesma deixaria de existir se lhe fosse imposto julgamento como a Sodoma e Gomorra.”¹⁷³ Trata-se de uma ilustração particularmente útil do problema

¹⁷⁰ “O objeto transcendente não seria justamente *objeto desta representação* se não fosse *seu* objeto *intencional*. Obviamente, isto é uma simples proposição analítica. Objeto da representação, da ‘intenção’, é e quer dizer objeto representado, intencional.” (HUSSERL, 1984, p. 439.) Veremos que esta identificação entre o objeto intencional e o objeto efetivo dos atos (um dos princípios basilares de toda a fenomenologia husserliana) será mesmo a chave da solução de IG ao paradoxo das representações sem objeto. Grande parte do esforço de Husserl no manuscrito, e de nosso esforço neste capítulo, estará voltada a elucidar o sentido de tal identificação.

¹⁷¹ Não seria possível supor, alternativamente, uma versão da teoria da imagem que postulasse que o alvo intencional de *toda* representação é o seu conteúdo-imagem, e nunca o objeto transcendente? Parece-nos que sim, mas sob a condição de que o caráter de imagem do conteúdo imanente das representações se perdesse completamente, já que em hipótese alguma o objeto exterior participaria da suposta estrutura representacional — e, neste caso, uma tal concepção das representações se reduziria a uma forma de imanentismo ou idealismo subjetivista.

¹⁷² Registre-se que uma tal heterogeneidade quanto à descrição de representações de objetos existentes e de representações de objetos inexistentes, por mais problemática que pareça à maioria dos autores, não é universalmente rejeitada como implausível; basta que se veja que é fundamentalmente esta a opção declarada da chamada *teoria disjuntivista da percepção*, que conta hoje com importantes adeptos (ver SOTERIOU, 2020).

¹⁷³ HUSSERL, 1990, p. 144.

em questão: a contingente destruição de um objeto do mundo exterior exigiria, pela teoria da imagem mental, que duas representações daquele mesmo objeto (uma anterior e uma posterior à sua destruição) variassem em sua estrutura, de modo que a primeira tivesse como alvo intencional a Berlim efetivamente existente ao passo que a segunda se esgotasse com a mera presença da imagem mental de Berlim — a ponto de que não estaríamos verdadeiramente, afinal, diante de representações de um *mesmo* objeto.

A condição estipulada por Husserl para qualquer saída autêntica ao paradoxo, e violada pela teoria da imagem mental, pode ser expressa da seguinte maneira: toda reformulação dos termos do paradoxo deve preservar, em ambas as teses paradoxais, o sentido de “objeto” como o de *objeto de nossos juízos existenciais verdadeiros* — assim, supondo que Berlim não mais existisse, a tarefa que se imporia seria a de explicar *em que sentido pode-se representar esta Berlim inexistente*. Apontar para um suposto conteúdo mental de nossa representação de Berlim, invariável em função da existência ou inexistência da cidade real, seria, para aquele fim, absolutamente supérfluo.

2. A crítica à solução de Twardowski

2.1. Existência verdadeira vs. existência intencional

Às objeções contra a teoria da imagem mental segue-se no texto de IG, como mencionado, a consideração de uma segunda proposta de solução ao paradoxo-tema do manuscrito: a proposta twardowskiana. De início, Husserl apresenta uma breve reconstrução da solução oferecida em ZLIGV que se mostra, em termos gerais, fiel ao texto de Twardowski:

Alguns investigadores adotaram a distinção escolástica entre existência intencional e verdadeira e conceberam a situação da seguinte maneira: Toda representação tem um objeto, mesmo a representação do que é absurdo. Nós entendemos o que quer dizer “quadrado redondo”, e portanto temos aí uma representação; agora, ao negar a existência de um quadrado redondo, não negamos o conteúdo da representação, já que temos conhecimento imediato deste. [...] A negação só pode, portanto, referir-se ao objeto representado na representação e não teria sentido algum se a representação fosse sem objeto, se não “aparecesse como dado” um objeto sobre o qual a rejeição pudesse operar. Logo, para toda representação *há* um objeto (por ela representado). Porém, essa existência não é “verídica” [*wahrhafte*] mas “meramente intencional”, e consiste no “mero ser-representado”. A existência “verdadeira” entra em vigor apenas no juízo existencial afirmativo e já pressupõe a

existência “intencional”. Recentemente, Twardowski, por exemplo, propôs essa concepção (em conexão próxima com Brentano).¹⁷⁴

Aludimos já no capítulo anterior à análise que Twardowski oferece, particularmente, da expressão “existir enquanto objeto de representação” e à aproximação que ele sugere entre o sentido de uma tal expressão e a noção escolástica de existência intencional. De fato, em meio a sua argumentação contra a ocorrência de representações sem objeto, no Capítulo 5 de ZLIGV, Twardowski contrapõe a “existência própria” (*eigentliche Existenz*) ou “existência efetiva” (*wirkliche Existenz*), que atribuímos aos objetos de nossos juízos existenciais afirmativos,¹⁷⁵ à “existência fenomenal, intencional” (*phänomenale, intentionale Existenz*) ou existência “enquanto objeto de representação” (*als Vorstellungsgegenstand*), que pertence a todo objeto. É importante notar que, para Twardowski (e, de acordo com ele, também para os autores escolásticos), as expressões deste segundo grupo não denotam, propriamente, existência alguma — “fenomenal”, “intencional” e “enquanto objeto de representação” atuam como predicados modificativos quando aplicados ao substantivo “existência” —, mas referem-se apenas ao ser-representado de um objeto.¹⁷⁶

Veremos a seguir que a crítica de IG à doutrina de ZLIGV será dirigida fundamentalmente contra a noção twardowskiana de existência intencional. Em nossa reconstrução, buscaremos mostrar dois aspectos importantes dessa crítica: (1) grande parte da argumentação de Husserl apoia-se sobre certos efeitos doutrinários que ele extrai do conceito de existência intencional e que estão, entretanto, em desacordo com o texto de ZLIGV; (2) apesar disso, a crítica de IG pode ser lida independentemente da distorção interpretativa que a acompanha, de modo que os argumentos de Husserl contraponham-se efetivamente à doutrina formulada em ZLIGV.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Ibid., p. 145.

¹⁷⁵ A rigor, em vista da oposição de Twardowski (e Brentano) à concepção de existência como predicado, deveríamos evitar o emprego de “atribuição”, “atributo”, “propriedade” e outros termos que sugiram uma relação de predicação entre o objeto efetivamente existente e a existência efetiva que lhe cabe. Mas não haverá prejuízo em deixarmos esta sutileza de lado ao longo deste capítulo.

¹⁷⁶ TWARDOWSKI, 2017, p. 56. É provavelmente em função do engano a que predicados modificativos podem induzir que, exceto por esta passagem do Capítulo 5 em que Twardowski compara a sua própria doutrina com a de filósofos do passado, ele evita o emprego de “existência intencional” em ZLIGV e prefere falar apenas no “ser-representado” (*Vorgestelltwerden*) do objeto.

¹⁷⁷ Teremos oportunidade, ainda, de comentar em que medida se constata a “conexão próxima com Brentano” que Husserl, conforme a citação acima, enxerga na solução de ZLIGV ao paradoxo das representações sem objeto.

2.2. Uma nova duplicação do objeto?

Husserl afirma que, numa primeira leitura possível, a solução de Twardowski peca por repetir o principal erro do tratamento dado pelos teóricos da imagem mental ao paradoxo das representações sem objeto: a indevida duplicação do sentido de “objeto”.

Com efeito, a saída de ZLIGV ao paradoxo, analogamente à da teoria da imagem mental, indica que o aparente conflito entre as teses paradoxais provém da falta de uma importante distinção conceitual — no caso de ZLIGV, a distinção entre existência verdadeira e existência intencional. Conforme a descrição husserliana da proposta de Twardowski, é correta a afirmação “toda representação representa um objeto” sob a condição de que tenhamos em mente, aqui, a *existência intencional* de todo objeto de representação; a mesma afirmação seria falsa, contudo, se levássemos em conta apenas objetos autenticamente existentes. Por outro lado, o inverso pode ser dito da afirmação “nem toda representação tem um objeto correspondente”: eis uma verdade caso tomemos “objeto correspondente” por algo que tenha *existência verdadeira*; mas a afirmação tornar-se-ia falsa se nos referíssemos a um objeto meramente intencional, já que a toda representação corresponde um objeto neste último sentido.¹⁷⁸

A partir desta análise (fiel, ainda, ao texto de Twardowski), pergunta-se Husserl: há, afinal, alguma diferença significativa entre uma tal emenda às teses paradoxais e a emenda prescrita pelos teóricos da imagem mental? Distinguir entre “objeto intencionalmente existente” e “objeto autenticamente existente” não consiste em duplicar o objeto a que o paradoxo se refere, assim como fazia a distinção entre “objeto imanente” (isto é, imagem mental) e “objeto transcendente”? Se é assim, então parece justificado que se levante de novo a mesma objeção: pela proposta de Twardowski, o “objeto” de que trata uma das metades do paradoxo deixaria de ser o objeto de nossos juízos existenciais, e com uma tal alteração apenas nos esquivaríamos do problema, em vez de resolvê-lo. Mais uma vez, a hipótese da destruição de Berlim ilustra bem o defeito deste expediente: se me refiro hoje a Berlim, refiro-me (supostamente) à Berlim que existe verdadeiramente; mas se Berlim for destruída amanhã, e eu voltar a me referir à cidade após sua destruição, então estarei me referindo a uma *outra* Berlim, que existirá apenas intencionalmente? Conforme Berlim exista ou não

¹⁷⁸ HUSSERL, 1990, p. 145.

exista autenticamente, substitui-se o objeto a que se dirige minha consciência? Isto parece absurdo — e, no entanto, é a uma tal conclusão que esta primeira leitura da proposta de Twardowski nos conduz.¹⁷⁹

Observe-se, todavia, que Husserl promove, aqui, uma equiparação da distinção entre os dois atributos discutidos por Twardowski (a existência intencional e a existência verdadeira) com uma distinção entre dois pretensos *portadores* de cada um daqueles atributos, que não se confundiriam na estrutura representacional: um “objeto intencionalmente existente” e um “objeto verdadeiramente existente”. Entretanto, esta segunda distinção não faz parte da doutrina de ZLIGV.¹⁸⁰ Uma interpretação mais congruente com o texto twardowskiano é empreendida apenas na leitura alternativa que Husserl discute em seguida.

2.3. Existência intencional e imanência do objeto

De fato, Husserl admite não ser necessário depreender da distinção entre existência intencional e existência verdadeira a presença, em cada representação, de dois objetos correspondentes a cada um daqueles atributos. Pelo contrário, aquela distinção entre atributos é compatível com a pré-condição husserliana para qualquer solução efetiva ao paradoxo das representações sem objeto: a identificação entre objetos intencionais e objetos de juízos existenciais — a Berlim que represento é a *mesma* Berlim que existe no mundo exterior e que poderia deixar de existir amanhã; e se apreendo a proposição *o ouro é amarelo*, refiro-me ao *mesmo* estado-de-coisas tomado como verdadeiro por quem afirma “o ouro é amarelo”. É, portanto, plausível uma segunda leitura da solução twardowskiana: a leitura segundo a qual um mesmo objeto, a princípio meramente representado, recebe de um juízo existencial afirmativo ou negativo “o selo de validade ou de invalidade” que o assinala como verdadeiro ou falso.¹⁸¹ Trata-se, sem dúvida, de um retrato mais adequado da doutrina de

¹⁷⁹ Ibid., p. 146.

¹⁸⁰ Note-se que, ao mencionar os dois objetos do esquema twardowskiano divisados por esta primeira leitura, Husserl não se refere *ao conteúdo e ao objeto* da doutrina de ZLIGV. Como a breve reconstrução do argumento twardowskiano que introduz a crítica de IG indica claramente, Husserl identifica *no nível do objeto twardowskiano* a referida distinção entre os atributos da existência intencional e da existência verdadeira — bem como a referida distinção entre os portadores de tais atributos. Assim, de acordo com esta primeira leitura de Husserl, a representação twardowskiana adquiriria, nos casos de existência autêntica do objeto, uma estrutura *quádrupla*, formada de (1) ato, (2) conteúdo, (3) objeto intencionalmente existente e (4) objeto verdadeiramente existente.

¹⁸¹ HUSSERL, 1990, p. 146.

ZLIGV: como vimos, para Twardowski o ser-representado é atributo de todo objeto de representação, e a existência autêntica pode pertencer ou não a determinado objeto em *adição* à sua existência intencional.

Na sequência, contudo, Husserl novamente infere da noção de existência intencional um corolário desautorizado pelo texto de ZLIGV: o de que *o portador de um tal atributo deve ser algo de literalmente imanente ao ato*. Com efeito, logo após descrever a posição twardowskiana sob a interpretação que preserva a unidade do objeto de representação, Husserl afirma sem mais: “Assim, portanto, continua-se concebendo o objeto representado como algo que reside [*Einwohnendes*] em sentido próprio na representação.”¹⁸² E então a crítica à solução de Twardowski passa a se concentrar, precisamente, sobre a noção de um *objeto autenticamente imanente dotado de existência meramente intencional*. Husserl argumenta, contra uma tal noção, que não há razão para supor que uma parte integrante do ato de representação tenha alguma “existência” distinta da existência verdadeira que pertence ao ato como um todo. Não há dúvida de que há conteúdos genuinamente imanentes à consciência; mas sua imanência genuína implica, precisamente, sua existência genuína. Se tenho em minha consciência a intuição de uma determinada cor, então essa cor intuída existe tão verdadeiramente quanto qualquer outro objeto autenticamente existente; e ainda que se quisesse negar a existência de *coisas coloridas* no mundo exterior, esta negação deixaria intocada a existência daquela cor intuída e da representação que a contém.¹⁸³ A crítica de Husserl, aliás, torna-se rapidamente uma crítica da própria noção de objeto intencional imanente; entre outras dificuldades associadas a uma tal noção, Husserl menciona, aqui, o problema dos juízos existenciais negativos numa teoria imanentista do objeto (como a de Brentano): se o objeto de um juízo fosse imanente à consciência, não seria possível negar-lhe existência verdadeiramente.¹⁸⁴

É provável que a identificação entre as noções de *objeto intencionalmente existente* e de *objeto imanente* aqui estabelecida por Husserl deva-se a uma prévia identificação entre as concepções de *existência intencional* de Twardowski e de *in-existência intencional* de Brentano, a qual, já sabemos, não se justifica — a grande ruptura da teoria de ZLIGV com a doutrina brentaniana consistiu precisamente na separação entre os atributos da imanência

¹⁸² Ibid., p. 146.

¹⁸³ Ibid., p. 146.

¹⁸⁴ Ibid., p. 147.

psíquica e do ser-representado, antes reunidos na definição mesma do objeto imanente de Brentano (ao menos de acordo com a interpretação convencional que atribui a Tese Ontológica ao Brentano intermediário, conforme nosso primeiro capítulo). Se a menção expressa a Brentano, na passagem de IG que vimos acima, já indicava uma aproximação potencialmente enganosa entre aqueles autores, Husserl parece mesmo mirar Brentano *em lugar de Twardowski* em certos pontos do manuscrito, como na curiosa afirmação de que os defensores da “existência intencional” falam em “objeto imanente” “francamente, em vez de objeto ‘intencional’”¹⁸⁵ — o que é verdadeiro a respeito de Brentano, mas não de Twardowski.¹⁸⁶ Seja como for, o ataque husserliano à noção de objeto imanente, e mais especificamente à atribuição de existência intencional ao que é inerente à consciência, parece passar ao largo da teoria da intencionalidade de Twardowski.

2.4. A implausibilidade da noção mesma de existência intencional

A nosso ver, todavia, a crítica de Husserl pode ser purgada de seu comprometimento com a leitura do objeto twardowskiano como objeto imanente, uma vez que os argumentos de IG contra Twardowski, e também os contornos da própria solução husserliana ao paradoxo (como veremos à frente), revelam uma oposição frontal entre os dois autores que independe daquele ponto problemático da leitura de Husserl. O que está em disputa, ao cabo, é a plausibilidade da noção mesma de existência intencional como concebida por Twardowski. Com efeito, o ataque de Husserl contra a ideia de objeto imanente meramente intencional reduz-se a uma recusa de que haja, ao lado da existência autêntica, alguma outra forma de existência — independentemente de qual entidade supostamente a portasse —, como que enfraquecida em relação à existência autêntica. De fato, Husserl interpreta explicitamente, em IG, a atribuição de existência intencional ao objeto como uma tentativa incompreensível de “degradar” a existência do objeto, e de tomá-la como uma existência “modificada”¹⁸⁷ —

¹⁸⁵ Ibid., p. 146.

¹⁸⁶ Twardowski fala em “objeto imanente” apenas no primeiro capítulo de ZLIGV, e deixa claro, ali, que toma essa expressão como referente ao *conteúdo* de representação; o *objeto* de representação, por oposição, poderia ser chamado de “objeto *não* imanente” (TWARDOWSKI, 2017, p. 40). Também a expressão “objeto intencional”, aliás, aparece raramente em ZLIGV e, quando empregada, serve igualmente como designação do *conteúdo* (ver, por exemplo, Ibid., p. 68).

¹⁸⁷ HUSSERL, 1990, p. 146-147.

em violação ao (chamemo-lo assim) *princípio de univocidade da existência* adotado por Husserl no manuscrito.¹⁸⁸

Sem dúvida, também aqui pode-se detectar um descompasso entre a reconstrução husserliana da doutrina twardowskiana e o texto de Twardowski, e em dois aspectos. Em primeiro lugar, a “modificação” de que fala Twardowski em ZLIGV (seguindo Brentano) é uma operação puramente *linguística*, pela qual um predicado altera o sentido normal (e, eventualmente, o referente habitual) de outro termo — não se trata, portanto, de qualquer transformação da *natureza* de categorias ontológicas, pela qual se pudesse derivar uma nova categoria a partir de outra. Ademais (e em conexão estreita com o ponto anterior), em função do caráter modificativo do predicado “intencional” quando aplicado a “existência”, como dito, a expressão “existência intencional” não denota, em Twardowski, qualquer tipo de existência (nem “enfraquecida”, nem “degradada”, nem “modificada”), mas apenas o ser-representado do objeto. Em verdade, também Twardowski é um defensor da univocidade da existência: para ele, só existe o que existe *em sentido próprio*.

De qualquer maneira, parece-nos que tais discrepâncias entre o texto de ZLIGV e as teses atribuídas a Twardowski por Husserl são de natureza essencialmente terminológica. É certo que Twardowski nega que o ser-representado do objeto, sua “existência intencional”, seja de fato uma espécie de existência (e, *ipso facto*, uma espécie de existência diminuída). Todavia, como vimos, o texto de ZLIGV associa expressamente a noção de objeto ali desenvolvida (e definida pelo mero ser-representado) com conceitos ontológicos tradicionais, e em particular com a metafísica aristotélico-escolástica: o objeto twardowskiano não seria nada além do *ens* ou *summum genus* medieval; a metafísica não seria nada além da ciência do objeto entendido sob aquela acepção; e a generalidade absoluta da categoria objeto explicaria a sua transcendência em relação à classe dos existentes. E, conforme nossa discussão no capítulo anterior, a admissibilidade de um tal ser independente da existência — a possibilidade de um objeto que “é, mas não existe” — é compreensivelmente controversa. Ora, o que Husserl faz em sua crítica é, fundamentalmente, contestar uma tal noção. Como veremos mais detidamente à frente, uma das teses centrais de IG é a de que *não há objeto que não seja um objeto existente*, e supor o contrário equivale a supor — declaradamente ou

¹⁸⁸ O comprometimento de Husserl com um tal princípio ficará evidente mais à frente em nossa exposição; de qualquer modo, considere-se desde já a passagem particularmente explícita de IG na qual se lê que “não aprovaremos o obscuro discurso sobre diferentes regiões de existência (...)” (Ibid., p. 159).

não — uma espúria forma de existência enfraquecida. A adesão nominal de Twardowski ao princípio de univocidade da existência é, assim, irrelevante perante as implicações substanciais de sua doutrina da existência intencional, aos olhos de Husserl.¹⁸⁹

3. Os elementos de uma nova solução

3.1. Representação e significação

A solução husserliana ao paradoxo das representações sem objeto depende crucialmente de um ponto de partida mencionado no início da parte preservada de IG: “toda representação possui um teor de significação [*jeder Vorstellung ein Bedeutungsgehalt zukomme*]”.¹⁹⁰ Trata-se da tese que Husserl buscou defender ao longo da primeira parte, perdida, do manuscrito de 1894. Se a ausência do texto que a discute diretamente dificulta a tarefa de reconstrução do sentido da tese, parece-nos possível cumprir esta tarefa a contento a partir de elementos presentes na porção subsistente do manuscrito e em outros escritos husserlianos da mesma época.

Uma fonte crucial, para um tal fim, é a resenha de ZLIGV escrita por Husserl em 1896 e publicada apenas postumamente, no mesmo volume XXII da *Husserliana* que inclui IG. No corpo do texto da resenha, Husserl busca, em geral, apenas reproduzir brevemente as principais ideias do ensaio de Twardowski; nas notas de rodapé, contudo, concentram-se importantes críticas à doutrina twardowskiana que, em certos pontos, vão além do que se encontra em IG. A mais relevante dessas críticas, para nossos interesses, é aquela dirigida contra a noção twardowskiana de significação, que consta da primeira nota de rodapé à resenha.¹⁹¹ A objeção de Husserl, ali, é bastante útil para que se esclareça, não ainda o pleno sentido da referida tese da primeira parte de IG, mas, por assim dizer, o que aquela tese *não* quer dizer.

¹⁸⁹ Em toda esta seção, referimo-nos apenas à crítica de Husserl a Twardowski que antecede a exposição da própria solução husserliana ao paradoxo das representações sem objeto em IG. Como veremos, Husserl faz outras objeções importantes à teoria da intencionalidade twardowskiana, tanto em IG quanto em sua resenha a ZLIGV e nas *Investigações lógicas*.

¹⁹⁰ HUSSERL, 1990, p. 142.

¹⁹¹ HUSSERL, 1979, p. 349-350.

a) A crítica à identificação entre significação e conteúdo real

Depois de relatar a analogia, crucial à argumentação de ZLIGV, entre os três elementos de uma representação e as três funções de um nome, Husserl detém-se sobre um aspecto daquele ponto da doutrina de Twardowski que lhe parece particularmente problemático: a identificação, ali sugerida, entre significações e conteúdos de representação. Trata-se mesmo, afirma Husserl, de um “erro fundamental, que infelizmente diminui muito o valor daquele esplêndido tratado”.¹⁹²

São três os argumentos da resenha dirigidos contra uma tal identificação. Em primeiro lugar, e algo ironicamente, Husserl oferece uma razão bastante similar àquela que Twardowski oferecera em favor da distinção entre conteúdo e objeto com base nas representações equivalentes (*Wechselvorstellungen*): um breve exame de casos revela-nos que representações podem variar quanto ao seu conteúdo enquanto a significação a elas correspondente mantém-se fixa (e vice-versa). Com efeito, exemplifica Husserl, quando três pessoas empregam o nome “árvore” em seu sentido usual, é possível que uma delas tenha em mente a imagem de um abeto; outra, a imagem de uma tília; e a terceira, apenas a grafia da palavra “árvore” — talvez em letra cursiva, talvez em letra de forma, etc. E não parece haver, por trás de uma tal variabilidade, qualquer elemento comum àqueles conteúdos de representação que equivallesse à significação comum dos atos linguísticos de cada falante. Em estreita conexão com este primeiro argumento, Husserl também aponta para o fato de que, por mais similares entre si que os distintos conteúdos psíquicos correspondentes a uma mesma significação possam ser, eles jamais são rigorosamente *idênticos* — ao contrário da significação única a eles associada. Evidencia-se, assim, que o que há de comum a cada uma das representações de mesma significação não pode ser algo flutuante e variável como os seus conteúdos. Por fim, Husserl argumenta que, embora haja várias espécies de conteúdos quanto aos tipos de relação que eles guardam com o objeto representado — conteúdos inerentemente alheios ao objeto, como os signos linguísticos; conteúdos correspondentes a uma parte ou “lado” do objeto, como os conteúdos perceptivos; conteúdos semelhantes ao objeto como um todo ou a parte do objeto, como as imagens da fantasia —, todo conteúdo é sempre, precisamente, um *conteúdo*: um dado psíquico individual, real e perceptível. A

¹⁹² Ibid., p. 349.

significação, por outro lado, não é jamais um dado psíquico individual; jamais algo de real; jamais algo de perceptível. Chamamos de significação, com efeito, justamente o que se mantém idêntico e imutável “em” distintas representações particulares — pelo que já se evidencia não estarmos diante de qualquer *constituente* ou *parte real* de tais representações.¹⁹³

É importante notar que toda esta crítica de Husserl pressupõe que lidamos, aqui, com uma concepção bastante particular de conteúdo de representação — uma dentre outras presentes nos próprios escritos husserlianos. De fato, como indica expressamente o texto daquela nota à resenha de ZLIGV, os argumentos ali incluídos aludem a uma determinada espécie do gênero representação (*Vorstellung*), denominada *Repräsentation*,¹⁹⁴ e ao tipo particular de conteúdo imanente aos atos desta espécie, o conteúdo re-presentante (*repräsentierende Inhalt*).¹⁹⁵ Em outros textos da época,¹⁹⁶ Husserl contrapunha as representações (*Repräsentationen*), nas quais o conteúdo imanente ao ato serve de meio pelo qual a representação dirige-se a seu objeto não imanente, às representações do tipo *intuição* (*Anschauung*), nas quais o próprio conteúdo imanente cumpre o papel de objeto autêntico do ato.¹⁹⁷ Assim, enquanto na intuição a estrutura representacional resume-se ao ato e a seu conteúdo imanente, pode-se dizer, com Husserl, que cada *Repräsentation* possui *dois conteúdos*: um imanente (o conteúdo re-presentante) e um não imanente (o objeto representado).¹⁹⁸ A mesma distinção entre acepções de “conteúdo” é indicada, aliás, na sequência do próprio texto da referida nota de rodapé à resenha, quando Husserl refere-se a todo elemento literalmente imanente a uma re-presentação (o ato e o conteúdo re-presentante) com a designação “conteúdo real, psicológico” (*realen, psychologischen Gehalt*), em contraposição a “conteúdo ideal, lógico” (*idealen, logischen Gehalt*), expressão que

¹⁹³ Ibid., p. 349-350. Essas três objeções ressurgem, em mais detalhes, como parte da argumentação dos Capítulos 2, 3 e 4 da Primeira Investigação Lógica (HUSSERL, 1984, p. 67-110).

¹⁹⁴ Adotaremos a opção dos tradutores portugueses das *Investigações lógicas*, Pedro Alves e Carlos Morujão, de grafar com hífen (“re-presentação”, por exemplo) as palavras traduzidas a partir de *Repräsentation* e seus cognatos, de modo a diferenciá-las dos termos traduzidos a partir de *Vorstellung* e seus cognatos, que grafamos sem hífen (“representação”, etc.).

¹⁹⁵ HUSSERL, 1979, p. 349-350.

¹⁹⁶ Temos em mente especialmente o artigo “Psychologische Studien zur Elementare Logik” de 1894, ao qual recorreremos novamente na próxima seção.

¹⁹⁷ Nota-se que esta concepção de intuição equivale ao que mais comumente, na obra de outros autores e mesmo na do próprio Husserl, denomina-se *intuição adequada*.

¹⁹⁸ HUSSERL, 1979, p. 107-108.

denota os elementos não imanentes de uma re-presentação (o objeto e o teor de significação).¹⁹⁹

Impõe-se, então, a pergunta: é adequada a subsunção do conteúdo twardowskiano à categoria do “conteúdo real, psicológico”, na acepção de Husserl? Parece surgir, logo de início, um obstáculo a tal subsunção: a afirmação, em ZLIGV, de que o conteúdo de representação é sempre algo *não real*.²⁰⁰ Todavia, independentemente das razões de Twardowski para a atribuição de um tal estatuto ao conteúdo, e das razões de Husserl para a assimilação da imanência de um conteúdo à sua realidade, a contraposição entre os autores neste aspecto não nos parece decisiva, aqui.²⁰¹ O que está efetivamente em causa na crítica de Husserl à identificação entre conteúdo e significação é *a atribuição de imanência psíquica à significação*. De fato, o problema da proposta de Twardowski, aos olhos de Husserl, está na hipótese de que a significação possa ser *parte* dos episódios particulares de consciência e, portanto, um “dato psíquico individual”. Postular que o conteúdo é uma parte não real do ato (embora conectada inextricavelmente a uma parte real, o ato *stricto sensu*, em uma unidade psíquica real), como faz Twardowski, não é suficiente para desvincular a significação do âmbito psíquico e conferir a ela o que Husserl reputa ser seu devido estatuto: o de um objeto ideal, não imanente, comum a inúmeras instâncias psíquicas transitórias e idêntico “em” cada uma delas.

Note-se que não se trata meramente de uma disputa sobre qual tipo de entidade faz por merecer o nome “significação”. De fato, outros argumentos apresentados por Husserl fazem-nos constatar que seu intuito é, em última instância, o de estabelecer que *nada de*

¹⁹⁹ Ibid., p. 350. Há, nesta passagem, uma segunda indicação da distinção em causa que se perde em tradução: o emprego, por Husserl, de “Gehalt” para denotar o gênero de que participam todos os tipos de “conteúdo” mencionados na passagem e de “Inhalt” em referência apenas ao conteúdo re-presentante, imanente.

²⁰⁰ TWARDOWSKI, 2017, p. 61.

²⁰¹ Esta contraposição parece-nos resultar das diferentes concepções de “não real” de cada autor. Embora o texto de ZLIGV não forneça maiores elaborações sobre o sentido da não realidade do conteúdo, está claro que Twardowski tem em mente essencialmente o mesmo que Brentano quando este refere-se, em DP, à não realidade do correlato intencional: conteúdos psíquicos não podem portar certos atributos reservados aos objetos transcendentais, reais; uma pessoa pensada não é jamais partícipe dos nexos de causa e efeito do mundo real (BRENTANO, 1982, p. 21), e o conteúdo da representação *montanha de ouro* não é, ele mesmo, algo extenso, feito de ouro, e maior ou menor do que outras montanhas (TWARDOWSKI, 2017, p. 60). Como explica Brentano, tais características “reais” podem ser atribuídas aos correlatos intencionais apenas em sentido impróprio, por “distinção modificativa” (BRENTANO, 1982, p. 26-7). Trata-se aqui, portanto, do “não real” como oposto ao ser real do objeto transcendente. Em Husserl, por outro lado, o “não real” denota o *ideal*, no sentido dos universais: aquilo que se mantém idêntico em meio à variabilidade das coisas individuais (sejam as imanentes à consciência, sejam as transcendentais). Daí Husserl não admitir, ao que tudo indica, a categoria do *imanente não real*: é certo que há objetos não reais (como a significação), mas tais objetos não podem ser, por sua natureza, componentes de fenômenos psíquicos.

*imane*nte à consciência é capaz de fundamentar a intencionalidade.²⁰² Considere-se, por exemplo, o ataque montado, no texto de IG, contra a tese twardowskiana do isomorfismo entre conteúdos e objetos. Como vimos, lê-se em ZLIGV que, embora a relação fundamental entre conteúdo e objeto seja indefinível e primitiva, podemos reconhecer adicionalmente, no caso especial dos objetos complexos, uma certa correlação de estruturas mereológicas entre conteúdo e objeto; e é a partir de tal correlação que Twardowski busca explicar como operam certas representações específicas, como as de objetos gerais e de objetos impossíveis. Entretanto, dirá Husserl, Twardowski incorre, dessa forma, em mais um dos erros da teoria da imagem: o de postular, com base em um limitado número de casos plausíveis, uma falsa regra de aplicação geral. Dentre vários contra-exemplos, Husserl aponta para a representação associada à expressão “um quadrado vermelho”: certamente, há objetos que correspondem a tal representação; é possível, inclusive, intuir tais objetos; mas não há, na representação, nada de intuível (seja do lado do conteúdo imane

nte, seja do lado do objeto) que corresponda ao artigo indefinido “um”. Explica Husserl: “O quadrado intuído é um isto, não algo indeterminado. A indeterminação que o ‘um’ expressa não pode ser intuída como um momento ou parte do objeto (...).”²⁰³ A doutrina de Twardowski, segundo Husserl, peca por levar em conta apenas a “intenção psicológica”, em detrimento da “intenção objetiva”.²⁰⁴ É necessário, então, recorrer a um “conteúdo” distinto do conteúdo imane

nte twardowskiano para que se dê conta do direcionamento ao objeto que caracteriza toda consciência intencional.

b) Significação como o conteúdo ideal de toda representação

Algumas das indicações de Husserl já mencionadas a respeito da natureza da significação — a sua presença idêntica “em” diversos atos; a sua não imanência no âmbito psíquico; a sua independência em relação aos nexos causais da realidade efetiva; a sua objetividade; o seu caráter lógico — permitem-nos associar este conceito husserliano, em primeiro lugar, aos objetos puramente lógicos de Bolzano. Com efeito, a lógica bolzaniana (a qual, como já mencionado, englobava lógica formal, epistemologia e filosofia da ciência)

²⁰² Neste sentido, ver BENOIST, 2001, p. 193-194.

²⁰³ HUSSERL, 1990, p. 168.

²⁰⁴ Ibid., p. 168.

construía-se sobre o preceito da separação radical entre tais objetos e outros tipos de entidades (as psicológicas, em particular). Apenas com apoio num tal preceito Bolzano vislumbrava a possibilidade de estabelecer com segurança certos fundamentos de sua *Wissenschaftslehre*: por exemplo, o de que há verdades que ninguém conhece e que não por isso deixam de ser verdades.²⁰⁵ O reconhecimento de tais verdades-em-si (*Wahrheiten-an-sich*) implicaria, então, segundo Bolzano, a admissão de que, para além de nossos atos mentais e linguísticos, há proposições-em-si (*Sätze-an-sich*) — os sentidos veiculados por sentenças, e os quais dividem-se em proposições falsas e verdades-em-si — e representações-em-si (*Vorstellungen-an-sich*) — os sentidos veiculados por termos subsentenciais, e os quais compõem as proposições-em-si. A preocupação primordial de toda epistemologia, por seu lado, seria a de explicar como nossos pensamentos (*Gedanken*), tomados como fenômenos mentais particulares e subjetivos, apreendem os objetos puramente lógicos.²⁰⁶

Há, entretanto, ao menos uma outra influência decisiva sobre a concepção husserliana de significação que condiciona o seu teor bolzaniano: o pensamento de Hermann Lotze. Como Husserl rememora num texto de 1903, sua familiarização com a celebrada interpretação lotzeana do estatuto das ideias platônicas foi o que lhe propiciou a autêntica compreensão da natureza das proposições-em-si de Bolzano, as quais lhe haviam parecido, até então, “entidades místicas, suspensas entre o ser e o não ser”.²⁰⁷ Segundo Lotze, as ideias platônicas são objetos dotados de efetividade (*Wirklichkeit*), mas num sentido particular: não a efetividade das coisas, que são (*sein*), ou a dos eventos, que ocorrem (*geschehen*), ou a das relações, que subsistem (*bestehen*), mas a efetividade típica das proposições verdadeiras, que valem (*gelten*), e que se contrapõem ao que é falso justamente por força de sua validade (*Geltung*).²⁰⁸ O efeito desta doutrina lotzeana sobre a noção husserliana de significação faz-se revelar (como registrado no mesmo texto de 1903²⁰⁹) já no uso, por Husserl, do termo “ideal” para caracterizar o tipo de objeto em que consiste toda significação: trata-se de assimilar o estatuto ontológico das significações à validade das *ideias* (no sentido platônico-lotzeano) ou dos *universais* — passo conceitual que está na base da posterior concepção husserliana de

²⁰⁵ BOLZANO, 1837, vol. 1, p. 60–67.

²⁰⁶ Ibid., p. 60–67.

²⁰⁷ HUSSERL, 1979, p. 156.

²⁰⁸ LOTZE, 1912, p. 511–513.

²⁰⁹ HUSSERL, 1979, p. 156.

significação como *espécie* instanciada em *intenções de significação* particulares, conforme a Primeira Investigação Lógica.²¹⁰

Embora à época de IG e da resenha a ZLIGV Husserl não parecesse ter ainda concebido nitidamente os contornos da noção de significação como espécie,²¹¹ é bastante provável que a concepção lotzeana de validade tenha exercido influência, já em 1894, sobre a tese de que a significação é um “conteúdo” de representação. Com efeito, esta tese baseia-se na constatação de que, do ponto de vista lógico, representações podem ser tomadas como componentes de juízos (o juízo de identidade expresso por “A é igual a B”, por exemplo, conjuga as representações A e B); e, a partir desta constatação, Husserl depreende dois corolários (centrais à doutrina de IG): (1) na medida em que juízos em sentido objetivo (isto é, proposições) podem ser válidos (verdadeiros), representações em sentido objetivo (isto é, teores de significação de representações) participantes de juízos válidos devem compartilhar de sua validade;²¹² e (2) o teor de significação de uma representação pode ser mesmo identificado com a *função lógica* de uma representação, ou seja, a inserção desta representação em um determinado conjunto (infinito) de juízos válidos.²¹³

Retornaremos à noção de significação como conteúdo lógico-funcional de representações em breve. Gostaríamos de considerar, neste momento, a seguinte pergunta: o que leva Husserl a atribuir a *toda* representação (inclusive a representações não articuladas linguisticamente) um teor de significação, conforme a tese central da parte perdida de IG?

²¹⁰ HUSSERL, 1984, p. 102-106.

²¹¹ Esta é a leitura, por exemplo, de Philipse (PHILIPSE, 1986, p. 324, nota 87): “Husserl in 1896 assumed the existence of ‘ideal’ meanings, but he did not yet conceive of the relation between these meanings and the corresponding mental acts as the relation between a universal and its corresponding particulars (*Logical Investigations*).” (Não percebemos, todavia, em que medida o texto de 1903 a que nos referimos possa confirmar esta leitura, como Philipse indica na sequência.) Schuhmann, por seu lado, concorda com esta avaliação — mas vai além dela, ao especular que “no início dos anos 1890” Husserl sequer admitia, em sua ontologia, objetos não reais (SCHUHMAN, 1993, p. 49). Tudo depende, é claro, de qual período exato seja referido por “início dos anos 1890”; entretanto, já em 1894, no texto de IG, encontram-se (escassas) menções à “idealidade” da significação enquanto teor de representação (HUSSERL, 1990, p. 148), e estas menções se multiplicam nos anos seguintes (por exemplo, em inserções tardias ao manuscrito de IG, conforme a versão da *Husserliana* XXII, e na resenha a ZLIGV). Em qualquer caso, parece seguro afirmar que em IG a idealidade das significações refere-se principalmente a seu caráter lógico-funcional (que explicamos a seguir).

²¹² Este aspecto da argumentação de IG será esclarecido à frente.

²¹³ HUSSERL, 1990, p. 147-148. Também neste sentido, leia-se a afirmação de Husserl na resenha a ZLIGV (HUSSERL, 1979, p. 350): “O conteúdo reside na representação de modo real; a significação, apenas de modo funcional.” Registre-se que, no contexto da discussão sobre as diferenças entre as concepções de significação de Husserl em 1894-1896 e em 1900-1901 (a que aludimos na penúltima nota), Rollinger toma a descrição da significação como um conteúdo “funcional” de representação como um indício de que esta concepção de 1896 era menos “nítida ontologicamente” do que o conceito de significação como espécie de intenções particulares das *Investigações* (ROLLINGER, 1999, p. 146).

Parece-nos útil, com vistas a uma resposta, atentar à seguinte passagem da porção preservada do manuscrito:

O próprio objeto, caso exista de todo, pode eventualmente ser imanente a uma representação subjetiva. Mas, seja o objeto imanente ou não, o conteúdo [*Gehalt*] objetivo da representação não se altera por força disso; ele é determinado exclusivamente por meio do “conteúdo” [*Inhalt*]. Uma pessoa pode ver Bismarck e a outra meramente representá-lo; ambas representam objetivamente a mesma coisa (e isso também valeria caso tomássemos o ver como intuição adequada). Ambas têm em suas representações subjetivas a mesma significação e referem-se ao mesmo objeto. O fato de que uma delas tem uma percepção e pode enunciar um juízo existencial evidente dá-lhe uma vantagem importante em termos de conhecimento; mas essa é uma diferença que ultrapassa o contexto do aspecto objetivo da representação enquanto tal.²¹⁴

Husserl reitera, assim, de início, uma observação que já constava de sua argumentação contra a identificação twardowskiana entre conteúdo e significação: representações com conteúdos imanentes distintos podem ter significação idêntica. Essencialmente a mesma observação (e a mesma distinção entre conteúdo e significação a ela associada) já se encontra, aliás, na *Filosofia da aritmética* de 1891, quando Husserl, ao discutir a natureza das intenções de coleções, afirma que a particular ordem temporal em que os objetos colecionados são apreendidos pela consciência, embora determine a cada vez um caráter distinto nos conteúdos intuídos, não afeta a significação ou conteúdo lógico da intenção.²¹⁵

Interessa-nos especialmente, todavia, a menção de Husserl, na passagem reproduzida acima, à hipótese de uma representação intuitiva e uma representação não intuitiva (ou “vazia”, na terminologia husserliana) coincidirem em sua significação, pois esta particular hipótese remete a uma forte motivação para a tese de que toda representação possui um teor de significação: estabelecer a viabilidade da *unidade de preenchimento* (*Erfüllungseinheit*) produzida pelo “recobrimento” (*Deckung*) de uma intenção vazia de determinado objeto por uma intenção intuitiva do mesmo objeto²¹⁶ — síntese de representações que está na base de todo conhecimento, nos termos do projeto gnosiológico das *Investigações lógicas*.²¹⁷ De fato, apenas sob a condição de que tanto as representações intuitivas quanto as representações

²¹⁴ HUSSERL, 1990, p. 166.

²¹⁵ HUSSERL, 1970, p. 31-32. Para mais considerações sobre a conexão entre esta passagem da *Filosofia da aritmética* e o argumento de IG, ver BENOIST, 2001, p. 175-176.

²¹⁶ Conforme, entre outras seções das *Investigações lógicas*, o §14 da Primeira Investigação (HUSSERL, 1984, p. 56-57).

²¹⁷ Os elementos basilares da noção de conhecimento das *Investigações* e sua relação com a síntese de preenchimento estão expostos no Primeiro Capítulo da Sexta Investigação (HUSSERL, 1984, p. 544-581).

vazias possuam um conteúdo em sentido ideal concebe-se a viabilidade da relação de “recobrimento” entre representações de cada tipo, já que o estabelecimento desta relação equivale, precisamente, a uma coincidência entre conteúdos ideais (teores de significação). Se o pleno desenvolvimento do conceito husserliano de preenchimento deu-se apenas à época das *Investigações*, já em 1894 Husserl apresentava os rudimentos daquele conceito no artigo “Psychologische Studien zur Elementare Logik”: denominava-se, ali, “consciência de intenção preenchida” o ato de segunda ordem pelo qual o sujeito constata que o representado numa re-presentação (*Repräsentation*) é *o mesmo* que o intuído numa representação intuitiva presente.²¹⁸ Um tratamento do tema já mais próximo do arcabouço conceitual das *Investigações* encontra-se numa passagem de 1898, incluída na versão de IG constante da *Husserliana*, em que Husserl explica a unidade de preenchimento como uma coincidência de “essência intencional” entre o ato conceitual e o ato intuitivo ou, equivalentemente, como um recobrimento entre as “unidades ideais” de cada ato.²¹⁹

3.2. Representação e objeto

Esboçados o sentido da afirmação “toda representação possui um teor de significação” e, por conseguinte, o caráter da conexão entre consciência e significação que embasará a solução husserliana ao paradoxo das representações sem objeto, ainda é preciso esclarecer minimamente (antes de passarmos à reconstrução daquela solução) de que forma o *objeto* se encaixa na estrutura intencional da representação delineada em IG.

Como já mencionado de passagem, a classificação dos tipos de conteúdo (*Gehalt*) oferecida por Husserl na primeira nota de rodapé à resenha de ZLIGV elenca sob a categoria do “conteúdo ideal, lógico” não só o teor de significação, mas também o objeto de representação. O trecho que se segue àquela classificação explica por que devemos reconhecer *dois* conteúdos em sentido lógico:

²¹⁸ HUSSERL, 1979, p. 109.

²¹⁹ Ibid., p. 345. No mesmo parágrafo, Husserl descreve a consciência da unidade de preenchimento como a atestação da lei pela qual “a significação *in specie* e o sentido preenchedor *in specie* ‘concordam’”. Nota-se que, aqui, Husserl já tendia à preferência (que se consolidaria nas *Investigações lógicas*) pela acepção mais restritiva de “significação” (*Bedeutung*) como o objeto ideal instanciado pela essência intencional de atos *conceituais*, ou linguisticamente articulados, e pela acepção de “sentido” (*Sinn*) como o objeto ideal instanciado pela essência intencional dos atos em geral — a *significação* seria, assim, uma espécie do gênero *sentido*.

O conteúdo lógico se desdobra psicologicamente em duas séries distintas de possíveis experiências de juízo. Por exemplo: b) “Minhas representações presentes ‘Guilherme II’ e ‘atual imperador alemão’ representam o mesmo objeto”; a) “Elas têm significações distintas; representam este objeto de modos conceitualmente distintos”. Psicologicamente, deparamo-nos com as duas representações como representações individuais separadas; elas não têm qualquer parte em comum; elas não coalescem; mas a cada vez elas fundam um ato unitário de identificação ou de diferenciação que atua em duas “direções”, que permite que dois “lados” lógicos das representações se destaquem: o objetual e o conceitual.²²⁰

Ao menos duas importantes considerações sobre o objeto e sua relação com a significação podem ser apreendidas desta passagem (e de outros elementos a que a passagem alude, contidos na mesma nota à resenha de ZLIGV). Em primeiro lugar, vê-se que Husserl revisita aqui uma das linhas argumentativas empregadas na crítica da identificação twardowskiana entre conteúdo e significação, mas desta vez estende sua aplicação ao objeto: representações psicologicamente distintas (isto é, distintas quanto a suas partes) frequentemente referem-se a um mesmo objeto; porém, este elemento comum de tais representações não se encontra em meio à diferença de seus conteúdos imanentes. Husserl quer estabelecer, a partir desta constatação, que nada no nível do “conteúdo real, psicológico” da representação confunde-se com o objeto representado (exceto no caso especial da intuição adequada): como regra geral, a exemplo da significação, o objeto é “conteúdo” apenas na medida em que ele reside de modo *funcional* na representação.²²¹ Esta última asserção leva-nos, então, à consideração seguinte: embora o “conteúdo ideal, lógico” de uma representação não possa ser detectado por qualquer ato de segunda ordem voltado àquela representação (já que uma tal visada reflexiva só poderia apreender os conteúdos imanentes ao ato de primeira ordem), tanto o teor de significação quanto o objeto manifestam-se, enquanto funções lógicas de representações, no pensamento discursivo, ou seja, no exercício de certos juízos: uma significação é referida, por exemplo, pelo juízo “as representações A e B significam o mesmo”; já um objeto de representação é indicado por juízos da forma “A e B representam o mesmo objeto”; e tanto significação quanto objeto são referidos, por exemplo, por “aquelas representações representam o mesmo objeto por meio de diferentes significações”.²²²

²²⁰ HUSSERL, 1979, p. 350. Os itens “a” e “b” correspondem, respectivamente, ao teor de significação e ao objeto, conforme o esquema imediatamente precedente no texto husserliano.

²²¹ Ibid., p. 350.

²²² Ibid., p. 350.

É certo, assim, que a cada representação está associada uma dupla função lógica: a da significação e a do objeto. Todavia, diz Husserl, é importante notar que essas funções não são independentes entre si, e tampouco são determinações igualmente essenciais de uma representação. Deve-se, a bem da verdade, reconhecer que a significação tem certa primazia sobre a referência objetual na medida em que esta última remete a certas conexões de juízos em que se insere a significação — de fato, o teor de significação *é* a própria representação, vista no contexto do conjunto de juízos válidos que a incluem, enquanto a referência objetual emerge de um determinado subconjunto de tais juízos.²²³ Sem dúvida, explica Husserl, a referência a um objeto é uma determinação presente em cada representação particular; mas, se dizemos (verdadeiramente) “a representação *leão* representa um objeto”, é preciso ver que não assumimos, com isto, uma relação entre a representação *subjetiva* e o objeto de representação; a relação que está ali expressa é, em verdade, a que se estabelece entre a representação *objetiva* (o teor de significação) e o objeto; a representação subjetiva, portanto, refere-se apenas *indiretamente* ao objeto, por intermédio da significação. Falar da referência objetual de uma representação particular é, em suma, falar de determinados juízos válidos nos quais figura a significação associada àquela representação, e os quais referem-se ao “seu objeto”.²²⁴

Estabelecido, assim, o sentido em que o objeto é também um conteúdo de representação, resta-nos a tarefa de expor, por assim dizer, a natureza do objeto *em si mesmo*, de acordo com o texto de IG. Trata-se de uma peça-chave da solução de Husserl ao paradoxo das representações sem objeto, a qual passamos a reconstruir em seguida.

4. A solução de Husserl

4.1. “Nem toda representação tem um objeto correspondente”

Como já mencionado, a solução husserliana ao paradoxo-tema de IG, em contraste com a twardowskiana, preserva integralmente a tese de Bolzano segundo a qual *nem toda representação tem um objeto correspondente* ou, equivalentemente, *há representações sem*

²²³ HUSSERL, 1990, p. 165-166.

²²⁴ HUSSERL, 1979, p. 337-338. Este trecho da versão de IG da *Husserliana* é uma reformulação, aposta em 1895 ao texto do manuscrito, do trecho da referência acima, escrito em 1894 e constante da versão de IG editada por Schuhmann.

objeto. Quanto a esta metade do paradoxo, o propósito de Husserl no manuscrito é meramente o de identificar a origem do erro que motiva os opositores da tese: o erro da proposta de divisão dos objetos em *objetos intencionais* e *objetos verdadeiros*. Com efeito, a oposição de Husserl à noção mesma de existência intencional, já presente em suas críticas a Twardowski, é agora complementada por um diagnóstico daquela divisão — trata-se, segundo Husserl, de uma transposição para o plano dos objetos de uma classificação que só se aplica genuinamente ao plano das representações objetivas (significações). De modo a clarificar este ponto, o texto de IG recorre à analogia entre uma tal transposição e outros casos em que classificações de representações são ilegitimamente impostas sobre a classe dos objetos.

a) Classificações de representações e quasi-classificações de objetos

Um primeiro caso análogo ao da divisão entre objetos intencionais e objetos verdadeiros é o da divisão entre *objetos determinados* e *objetos indeterminados*. Diz-se, com aparente plausibilidade, que representações como “Carlos V” e “a mais alta estrela fixa” representam objetos determinados, ao passo que representações como “um leão” representam objetos indeterminados — afinal, a expressão “um leão”, e o juízo “há um leão”, de fato referem-se a um leão, mas não a um certo leão individualmente estipulado.²²⁵ Estaríamos mesmo autorizados, portanto, a estabelecer uma classificação de objetos sob tal critério? “Mas então, ao lado de leões determinados, correm por aí também leões indeterminados? A extensão do conceito *leão* se subsume, correspondentemente, a esses dois tipos?”²²⁶ É evidente que a resposta deve ser negativa. Não há “leão indeterminado”; todo objeto é intrinsecamente determinado. Dividir leões em determinados e indeterminados não é, em verdade, dividir leões (como o fazemos autenticamente ao distinguir entre leões africanos e asiáticos), mas dividir *representações de leão* em representações com referência objetual determinada (“Simba”, “aquele leão”, “o leão mais velho do mundo”) e representações com referência objetual indeterminada (“um leão”), conforme os seus respectivos conteúdos objetivos (teores de significação).²²⁷

²²⁵ HUSSERL, 1990, p. 148-149.

²²⁶ Ibid., p. 149.

²²⁷ Ibid., p. 149.

Algo similar, observa Husserl, pode ser dito da divisão entre *objetos possíveis* e *objetos impossíveis*. Tome-se a seguinte afirmação: “Um número que resulta em -1 quando elevado ao quadrado não pode existir.” A porção desta frase que antecede a locução “não pode existir” exprime uma representação que conjuga propriedades contraditórias entre si, e justamente por isso afirma-se que o objeto por ela representado não pode existir; que ela representa um objeto impossível. A rigor, entretanto, tudo o que há por trás de um tal discurso é o fato de que o teor de significação de determinadas representações agrega significações mais elementares que podem figurar validamente em juízos de incompatibilidade entre tais significações elementares; e àquelas representações complexas contrapõem-se as demais representações, cujas significações não contêm contradições. Novamente, portanto, deparamo-nos com uma divisão no plano das representações objetivas, e não no plano dos objetos.²²⁸

Essencialmente o mesmo aplica-se, ainda, à divisão entre *objetos existentes* e *objetos inexistentes*. Trata-se, em verdade, de uma distinção entre representações *A*, que podem ser inseridas em juízos existenciais válidos da forma “*A* existe”, e representações *B*, que podem ser inseridas em juízos existenciais válidos da forma “*B* não existe” (e, conforme o princípio de não contradição, cada representação subsume-se exclusivamente a uma ou a outra dessas categorias).²²⁹ Note-se que não está em questão, aqui, a existência das próprias representações; afinal, o juízo “*B* não existe” não equivale ao juízo “*a* representação *B* não existe”; se dizemos “Deus existe” ou “Deus não existe”, estamos fazendo uma afirmação sobre Deus, e não sobre *a representação Deus*.²³⁰ Esta constatação não contradiz, absolutamente, o fato de que é unicamente o conteúdo objetivo de uma representação o que determina em qual tipo de juízo existencial (negativo ou afirmativo) esta representação figurará validamente. Também aqui, portanto, conclui-se que uma autêntica classificação de representações objetivas oculta-se sob uma quasi-classificação de objetos.²³¹

Esta última pretensa divisão de objetos já nos leva diretamente, então, à classificação que nos interessa. De fato, observa Husserl, não há diferença entre as noções de objeto verdadeiro e de objeto existente; e, contanto que tomemos “objeto intencional” no sentido de objeto *meramente* intencional (em exclusão dos objetos verdadeiros, portanto), temos já

²²⁸ Ibid., p. 149.

²²⁹ Ibid., p. 149.

²³⁰ Ibid., p. 149-150.

²³¹ Ibid., p. 150.

aí uma noção equivalente à de objeto inexistente. Alternativamente, pode-se tomar “objeto intencional” como uma designação que abrange tanto objetos existentes quanto objetos inexistentes; em outras palavras, uma designação para os objetos representados tanto por representações válidas (isto é, inseridas validamente em juízos existenciais afirmativos) quanto por representações inválidas (isto é, inseridas validamente em juízos existenciais negativos ou, equivalentemente, inseridas invalidamente em juízos existenciais afirmativos).²³² Em qualquer caso, é preciso reconhecer que o discurso sobre objetos intencionais é, a rigor, impróprio: um tal discurso reduz-se, afinal, à descrição de certa classificação de *representações*, estabelecida de acordo com a função lógica associada ao conteúdo objetivo de cada representação.²³³

b) A univocidade do objeto

Munido de uma tal reinterpretação do sentido da distinção entre objetos intencionais e objetos verdadeiros, Husserl reafirma os termos da tese bolzaniana — e explicita inequivocamente a concepção de objeto com que a sustentação desta tese se compromete:

De nossas duas asserções aparentemente contraditórias, uma já está completamente clara pela reflexão acima: “Não corresponde um objeto a toda representação *R*”, isto é, nem toda representação *R* funda a verdade da proposição “*A* existe”; nem toda representação é uma representação “válida”; nem toda representação tem um objeto “verdadeiro”, “existente”; ou, dito brevemente e *propriamente*: Nem toda representação tem um objeto. De fato, as expressões “um objeto” e “um objeto existente, verdadeiro, efetivo, próprio” são completamente equivalentes; e, se a significação da palavra “ter” permanece também inalterada, então ela inclui o ser daquilo que se tem.²³⁴

Eis o princípio basilar da argumentação de IG, premissa de toda a solução ao paradoxo-tema do manuscrito: “objeto” significa “objeto existente, verdadeiro, efetivo, próprio”. O erro de categoria envolvido na distinção entre objetos intencionais e objetos verdadeiros tem como consequência a violação da univocidade do objeto aí enunciada. Correspondentemente, os autores que sustentam aquela distinção perdem de vista a implicação ontológica inerente

²³² Ibid., p. 150.

²³³ Ibid., p. 148-149.

²³⁴ Ibid., p. 150.

à palavra “ter” — só se pode ter o que é verdadeiro, existente²³⁵ —, o que os leva ao erro complementar de negar que *nem toda representação tem um objeto* ou que *há representações sem objeto*.

De fato, a divisão de representações em válidas e inválidas — a qual Husserl demonstrou estar por trás da quasi-classificação de objetos em intencionais e verdadeiros — pode igualmente ser tomada como uma divisão entre representações *com objeto* e representações *sem objeto*.²³⁶ Como vimos, a referência objetual de uma representação revela-se em certos juízos de identidade válidos (“Minhas representações presentes ‘Guilherme II’ e ‘atual imperador alemão’ representam o mesmo objeto”), e apenas representações válidas podem ser inseridas em tais juízos (“Guilherme II existe” e “O atual imperador alemão existe” devem ser ambos juízos válidos para que o juízo anterior também o seja); daí conclui-se, segundo Husserl, que a referência objetual é condicionada pela validade das representações identificadas (a exemplo das relações em geral, cujo ser depende do ser de seus *relata*).²³⁷ Ademais, asserir “a representação *R* é válida” equivale a asserir “seu objeto existe” ou (se preferirmos empregar a expressão mais direta, concordante com a intenção objetual do ato) “*R* existe”; a única diferença, aqui, é que, enquanto aquela primeira exprime um juízo reflexivo voltado à própria representação, as duas últimas asserções exprimem um juízo, correlativo ao anterior, voltado diretamente ao objeto.²³⁸

Embora uma tal elucidação da tese bolzaniana pareça bastante consistente, dados os elementos que já haviam se anunciado em nossa reconstrução de IG, alguns leitores do manuscrito queixam-se de que a noção de objeto que ali emerge resta, em certa medida,

²³⁵ Conforme a passagem citada, Husserl fala no “ser (*sein*) daquilo que se tem”, e não em “existência”. Todavia, como vimos anteriormente, e como a própria passagem novamente indica, “ser” e “existência” são termos intercambiáveis para Husserl. É claro que Twardowski concordaria com a afirmação a respeito da implicação ontológica de “ter” se nos restringíssemos a falar do “ser” do objeto que é “tido” (caso adotemos a leitura segundo a qual o objeto twardowskiano é sempre portador de ser); mas, mais uma vez, a identificação husserliana entre ser e existência contrapõe diametralmente as posições de cada autor: se em Twardowski a asserção (verdadeira) “há representações sem objeto existente” difere da asserção (falsa) “há representações sem objeto”, esta diferença é anulada em Husserl. Evidencia-se assim, ainda, a íntima ligação entre os princípios husserlianos da univocidade da *existência* e da univocidade do *objeto*.

²³⁶ Embora Husserl não se refira explicitamente a uma tal divisão, ela está claramente autorizada pelo texto de IG. Rollinger, por exemplo, traduz a posição husserliana nestes termos (ROLLINGER, 1999, p. 150): “Husserl in effect objects to this position: there is no genuine division between existent and non-existent objects, no more than there is a division between determinate and indeterminate objects or between possible and impossible objects; the division in question can only be construed as one which, properly speaking, pertains to the presentations, and this division is precisely the one between objectual and objectless presentations. When we speak of a non-existent object, this is only an improper way of saying that a certain presentation is objectless.”

²³⁷ HUSSERL, 1990, p. 150.

²³⁸ Ibid., p. 150-151.

enigmática. Um destes leitores é Benoist, que avalia que o texto de IG oscila entre um “realismo absoluto” — segundo o qual o objeto, em seu “ser real”, independeria da atividade intencional da consciência — e uma teoria do “abarcamento do objeto pela intencionalidade” — pela qual o objeto estaria inerentemente ao alcance da visada intencional.²³⁹ Com efeito, a depender da passagem do manuscrito à qual dirigimos nossa atenção, Husserl enfatiza ora o caráter lógico-formal da referência objetual — trata-se de uma “propriedade exterior” da significação concernente a sua inserção em certos juízos válidos²⁴⁰ —, ora (como na passagem citada há pouco) o sentido próprio e unívoco de objeto — trata-se de algo “efetivo”, “existente” e dotado de “ser”. O problema apontado por Benoist nesta duplicidade de descrições é paralelo ao que abordamos no capítulo anterior a propósito do objeto twardowskiano: enquanto, de acordo com alguns intérpretes, o texto de ZLIGV não permite decidir com segurança se o atributo primordial de todo objeto é o *ser* ou o *ser-representado*, seria igualmente difícil reconhecer, no texto de IG, qual aspecto do conceito husserliano de objeto detém a primazia: o *lógico-formal* ou o *ontológico*.

Husserl busca deslindar esta aparente tensão do manuscrito numa adição de 1898 ao texto original (constante da versão de IG incluída na *Husserliana* XXII).²⁴¹ Lê-se, ali, que tudo o que o objeto é para o nosso conhecimento reduz-se aos juízos válidos que podemos fazer em referência a ele (não obstante o conjunto completo de juízos válidos concernentes a cada objeto ultrapassar infinitamente os limites de nossa cognição), e portanto pode-se também afirmar que “o objeto, enquanto intenção idêntica desta multiplicidade de significação [*Bedeutungsmannigfaltigkeit*], não é algo de exterior ou accidental em relação àquela multiplicidade”; que, “na medida em que a multiplicidade de significação refere-se intencionalmente ao objeto e expressa o que ele é ou não é, ambos são inseparavelmente ‘um’”; e que significação e objeto “pertencem necessariamente um ao outro, de modo que se pode dizer, em certo sentido, que o objeto não é nada ‘fora’ da verdade que lhe pertence e a verdade não é nada ‘fora’ do objeto que lhe pertence”.²⁴² Por outro lado, seria um engano

²³⁹ BENOIST, 2001, p. 188. Um aspecto do comentário de Benoist pede, logo de início, o seguinte alerta: o uso dos termos “realismo” (*réalisme*) e “real” (*réel*) parece-nos bastante inadequado neste contexto, pois remete naturalmente ao alemão “*real*” que, como vimos, caracteriza *uma* subclasse de objetos (já que para Husserl há também, ao lado dos reais, objetos ideais). É possível que Benoist traduza, com “real”, o alemão “*wirklich*”; ou ainda que ele simplesmente pretenda referir-se à tradicional dicotomia filosófica realismo-idealismo — sem, todavia, cuidar suficientemente de evitar confusões em vista da particular terminologia husserliana.

²⁴⁰ HUSSERL, 1990, p. 166.

²⁴¹ HUSSERL, 1979, p. 339-342.

²⁴² *Ibid.*, p. 339.

conceber uma tal relação necessária e ideal entre significação e objeto como “um verdadeiro ser-em-outro [*Ineinander*]”, como se o objeto se “dissolvesse” na multiplicidade de significação que o revela para nosso conhecimento; deve-se evitar, assim, a má compreensão da natureza daquela relação que nos impeliria a negar o “ser-em-si-mesmo” do objeto e a crer que “há apenas a ‘interconexão de pensamento’, a ‘unidade do conhecimento’ em que o objeto único é pensado, e o objeto ‘ele mesmo’ não é nada que se contraponha à unidade do conhecimento”.²⁴³ Husserl argumenta que não seria plausível, afinal, tomar o objeto em si mesmo como mera determinação de significações por dois motivos: (1) significações são, elas mesmas, objetos; portanto, se as próprias significações não passassem de determinações de significações, o caminho estaria aberto para um regresso ao infinito na fundamentação ontológica de todo objeto; e (2) qualquer determinação de significações deveria compartilhar do mesmo estatuto ideal destas últimas; mas é evidente que, ao lado de objetos ideais, há também objetos reais.²⁴⁴

A caracterização da natureza do objeto oferecida por Husserl aqui parece-nos, ao cabo, traduzível na seguinte distinção: a idealidade é um atributo da *referência objetiva*, ou da *unidade* do objeto — é só através da interconexão de certos juízos válidos, afinal, que alcançamos cognitivamente o objeto e que o reconhecemos como um polo idêntico de significações verdadeiras —; em si mesmo, todavia, o objeto não pode ser dito ideal²⁴⁵ — se o objeto é, por assim dizer, um produto *cognitivo* da “interconexão de pensamento”, ele é *ontologicamente* independente do conjunto de verdades que a ele se refere.

Não pretendemos avaliar se uma tal resolução da ambiguidade apontada por Benoist é completamente satisfatória. Observe-se, em qualquer caso, que a dualidade entre os aspectos lógico-formal (ou ideal) e ontológico do objeto é igualmente descritível como uma dicotomia entre *verdade* e *existência*; e, independentemente da precisa relação entre esses dois elementos no pensamento do jovem Husserl, é importante (e talvez suficiente) notar que há uma perfeita *convergência* entre o verdadeiro e o existente no plano argumentativo de IG.

²⁴³ Ibid., p. 339-340.

²⁴⁴ Ibid., p. 340.

²⁴⁵ É certo que algumas formulações de Husserl dão a entender o oposto, quando não contradizem explicitamente esta afirmação (lembre-se, por exemplo, da inclusão do *objeto* — e não da *referência objetiva* — entre os “conteúdos ideais” da representação na resenha a ZLIGV). Seja como for, a consideração mais ampla do argumento de Husserl em IG recomenda, a nosso ver, a distinção proposta. Ademais, supor que Husserl teria atribuído ao objeto “em si mesmo” a idealidade comprometê-lo-ia com o disparate apontado na referida adição de 1898 a IG: o de negar que haja objetos reais.

De fato, em contraposição à proposta twardowskiana de dissociação entre o objeto enquanto autêntico portador de predicados e o objeto enquanto sujeito de juízos existenciais afirmativos válidos, a alegação fundamental de Husserl em defesa da tese bolzaniana é a de que dizemos *o mesmo* ao falar do objeto como o polo idêntico de juízos válidos e ao falar do objeto como o que existe.²⁴⁶

4.2. “Toda representação representa um objeto”

Diante do tratamento dado pelo texto de IG à metade bolzaniana do paradoxo-tema do manuscrito, pode parecer mais distante do que nunca a solução ao problema: como podemos, afinal, representar algo como um quadrado redondo e, além disso, exercer juízos válidos a respeito deste e de outros objetos inexistentes? Entretanto, após o esforço de refutação das respostas alternativas e de explicitação dos elementos essenciais a uma autêntica solução, a resposta de Husserl surge, agora, quase pronta. Se a referência objetual autêntica depende da interconexão de determinados juízos válidos, se a validade de um juízo implica a validade das representações que nele figuram, e se a validade de uma representação equivale à existência do objeto por ela representado — em suma, se só podemos nos referir genuinamente a objetos existentes —, é preciso concluir que a referência a objetos inexistentes, ou a objetos cuja existência esteja fora de questão, opera sob a *hipótese*, frequentemente implícita, de que o objeto representado é existente (independentemente da atitude epistêmica do sujeito de representação a respeito desta hipótese). É, portanto, apenas em sentido impróprio, por apelo à possibilidade do discurso sob hipótese, que podemos afirmar, com Brentano, que *toda representação representa um objeto*.

a) Discurso sob hipótese

Como vimos, a referência objetual das representações revela-se de forma explícita em juízos que identificam os objetos de duas representações (“A e B representam o mesmo objeto”); e é evidente que também aqui vige o princípio — chamemo-lo *princípio de validade* — segundo o qual as representações que compõem um juízo válido devem ser igualmente

²⁴⁶ Ibid., p. 341. Como comenta o próprio Benoist, em IG a existência é “uma questão de estatuto lógico” (BENOIST, 2001, p. 199).

válidas. Mas como se explica, então, a possibilidade de indicarmos que duas representações representam um objeto *independentemente de este objeto existir ou não existir*, ou seja, que duas representações têm o mesmo “objeto intencional”, no sentido que se contrapõe ao de “objeto verdadeiro”? Explica Husserl:

Ora, se é questionado o que significa, no sentido em questão aqui, que duas representações representem — ignorando-se sua existência ou inexistência — o mesmo objeto, vê-se imediatamente que só se pode aludir, aqui, à identidade sob uma hipótese. A identidade postulada incondicionalmente, afinal, inclui a existência dos objetos identificados. “Ignorando-se sua existência ou inexistência” só pode querer dizer aqui, portanto, que nenhuma decisão a esse respeito é necessária; trata-se, numa tal identificação, a cada vez de uma relação entre representações sem viés quanto a sua validade ou invalidade, e isso se aplica quando postulamos a identidade objetual sob hipótese, mas não quando postulamos a identidade de modo absoluto.²⁴⁷

Com efeito, se a noção de “objeto intencional” já se mostrara inautêntica em decorrência de sua origem na espúria divisão de objetos em intencionais e verdadeiros, o emprego daquela noção (e de noções análogas como “objeto impossível” e “objeto inexistente”) no contexto ora em questão — a explicitação da referência objetual comum de duas representações — revela-se igualmente impróprio na medida em que toda alusão a objetos “independentemente de sua existência ou inexistência” consiste, em verdade, na introdução de uma certa “cláusula” que transforma o juízo de identificação de referências objetuais em um juízo condicional.²⁴⁸ A particular hipótese, ou assunção,²⁴⁹ instaurada por uma tal cláusula variará conforme o caso; mas tratar-se-á sempre da postulação de uma condição que, garantindo o respeito ao princípio de validade, permita que o novo juízo de identidade opere *como se fosse* um juízo absoluto, ainda que as representações que compõem o juízo condicional não possam figurar validamente em qualquer juízo absoluto.

No caso mais simples e geral, de modo a afirmar validamente “as representações R e R’ representam o mesmo objeto” sem consideração do estatuto existencial deste objeto, recorreríamos à hipótese (explícita ou não) de que o juízo é válido *caso R e R’ tenham algum objeto existente*.²⁵⁰ Husserl oferece também um exemplo mais particular: quando indicamos

²⁴⁷ HUSSERL, 1990, p. 151.

²⁴⁸ Ibid., p. 151.

²⁴⁹ Husserl fala tanto em “hipótese” quanto em “assunção” em IG. Embora alguns comentadores distingam os sentidos dos termos (ver, por exemplo, BENOIST, 2001, p. 206, nota 3), esta opção não nos parece suficientemente amparada pelo texto do manuscrito. Por isso, empregaremos os dois termos indistintamente.

²⁵⁰ HUSSERL, 1990, p. 151.

que as representações *Zeus* e *o maior deus do Olimpo* têm o mesmo objeto intencional (ou quando dizemos, simplesmente, “Zeus é o maior deus do Olimpo”), está já em vigor aí a hipótese: *de acordo com a mitologia grega*; ou, alternativa mas equivalentemente, pode-se supor que o sentido autêntico de nosso juízo estaria expresso de maneira mais precisa (porém menos concisa e natural) na fórmula “Os gregos antigos acreditavam que havia um deus chamado Zeus; este era o maior dentre os vários deuses do Olimpo também aceitos pelos gregos antigos, etc.” Como regra geral, a condição que sustenta tais juízos é omitida, sem prejuízo algum para a sua aplicação habitual; mas essa circunstância não derroga a constatação de que, sem a adição daquela condição, o juízo original é falso, dado que *Zeus* e *o maior deus do Olimpo* são representações inválidas.²⁵¹

Grande parte do esforço de Husserl em seu exame do discurso sob hipótese dedica-se à demonstração de que essencialmente a mesma análise é aplicável a toda espécie de representação. Particularmente importante é o seu funcionamento associado a *representações universais* e a suas extensões. Embora a extensão de uma representação universal (como *ser humano*) não deva ser considerada, estritamente, o objeto da representação, deparamo-nos aqui com uma situação análoga à anterior quando se alega que *toda representação (universal) tem uma extensão* e quando se propõe, correspondentemente, uma separação entre “extensão intencional” e “extensão verdadeira”: também estas afirmações valem-se da adição, usualmente tácita, de uma condição ao juízo “A e B têm a mesma extensão” que o torna válido *na hipótese de que esta extensão não seja vazia*.²⁵² Após demonstrar que semelhantes adaptações dão conta também das impropriedades de discurso envolvendo outras espécies de representação (como as associadas a nomes próprios e as representações perceptivas),²⁵³ Husserl conclui:

De acordo com isso, podemos portanto fixar a forma hipotética unitária como o critério de identidade (ou não identidade) extensional para absolutamente todas as formas de representação e, da mesma maneira, regular as outras relações objetuais ou (o que é o mesmo) extensionais entre representações quaisquer.²⁵⁴

²⁵¹ Ibid., p. 151-152.

²⁵² Ibid., p. 152-153.

²⁵³ Ibid., p. 153-154.

²⁵⁴ Ibid., p. 154.

Está aí esboçado, aliás, um importante fator explicativo para a presença quase ubíqua em nossas práticas linguísticas das impropriedades mencionadas: a utilidade prática de referirmo-nos, em diversos contextos, a “objetos em geral” sem a supérflua explicitação do caráter condicional de nossos juízos — para uma estimativa do dispêndio em que se poderia incorrer caso o discurso impróprio não estivesse disponível, basta que se imagine um estudo sobre mitologia grega em que todas as orações explicitassem repetidamente, como antecedente condicional, a hipótese de existência dos deuses olímpicos. Há, entretanto, particulares razões de ordem lógica que explicam o uso corrente do discurso impróprio num campo especialmente notável: a ciência. Em específico, observa Husserl, deve-se destacar a lei lógica segundo a qual *as leis formais que regulam o pensamento sob uma assunção fixa são as mesmas que regulam o pensamento livre de qualquer condição*²⁵⁵ — eis a norma que permite que, num sistema axiomático, uma vez estabelecida certa hipótese de aplicação universal, o cientista possa lidar com inúmeras proposições *como se* elas fossem absolutas (isto é, não condicionadas pela hipótese universal), sem riscos à integridade do sistema. Frequentemente, aquela hipótese terá a função de “criar” uma certa “região”, ou seja, postular condicionalmente a existência dos objetos de estudo da ciência em questão — como ocorre, exemplarmente, nas diversas áreas da matemática²⁵⁶ — e, conforme a lei lógica mencionada, o pesquisador estará autorizado a tratar tais objetos hipotéticos do mesmo modo como trataria objetos autênticos.²⁵⁷ O discurso impróprio, aliás, não apenas mostra-se inofensivo em sua aplicação científica²⁵⁸ como oferece enormes vantagens à prática dos

²⁵⁵ Ibid., p. 155.

²⁵⁶ Husserl considera longamente, em determinado momento de sua argumentação sobre a impropriedade do discurso científico (Ibid., p. 156-160), um possível contra-argumento oriundo justamente da matemática: a alegada oposição, especialmente relevante na geometria, entre objetos matemáticos existentes e inexistentes. Esta oposição apontaria para o erro da tese de que todo o discurso da geometria, como ciência axiomática, se sustenta em uma certa hipótese universal de existência de seus objetos, já que uma tal hipótese universal parece suprimir qualquer distinção entre existentes e inexistentes dentro do campo de investigação. A resposta de Husserl, em suma, diz que aquela suposta divisão de objetos matemáticos reduz-se, propriamente, à distinção entre objetos deriváveis e objetos não deriváveis dos axiomas geométricos; em última instância, ambos os tipos de objetos definem-se a partir das postulações fundamentais do sistema: se postulamos, de início, o espaço geométrico euclidiano, certos objetos serão construíveis (“existirão”) neste espaço enquanto outros não serão construíveis (“não existirão”) no mesmo espaço. “Existência e inexistência matemáticas são, portanto, existência e inexistência sob postulação hipotética dos fundamentos relevantes” (Ibid., p. 159).

²⁵⁷ Ibid., p. 155-156.

²⁵⁸ Husserl comenta, neste sentido, que não raramente investigadores perdem de vista a natureza condicional dos princípios da ciência de que se ocupam e acreditam que a “região” ali referida é efetivamente posta em existência por tais princípios; mas, graças à citada lei lógica, seu trabalho não costuma ser prejudicado por este erro (Ibid., p. 156). Embora Husserl não o diga, é plausível a suspeita de que a inocuidade do discurso impróprio seja mesmo uma *causa* para a falta de reconhecimento, por cientistas e filósofos, de que seus juízos são frequentemente condicionados por assunções implícitas.

cientistas — de fato, diz Husserl, o uso deste tipo de discurso é parte significativa da “economia de pensamento” e, por isso, um fator imprescindível à compreensão do funcionamento da ciência contemporânea.²⁵⁹

A argumentação de IG serve-se, ainda, da doutrina do discurso sob hipótese para fazer oposição a um particular raciocínio empregado em defesa da legitimidade do objeto intencional: aquele segundo o qual não só objetos existentes, mas também objetos inexistentes podem ser sujeitos de predicções verdadeiras e, portanto, também estes últimos devem ser *algo*, já que não se pode atribuir predicados a *nada*.²⁶⁰ Em sua descrição deste raciocínio, Husserl deixa inequívoco, embora sem mencioná-lo, que seu alvo é sobretudo o argumento de Twardowski que busca estabelecer, a partir da impossibilidade de o conteúdo de representação portar propriedades incompatíveis, que uma representação como *quadrado redondo* possui um objeto, ainda que inexistente (e, justamente em função de sua inexistência, capaz de portar aquelas propriedades). Não apenas este argumento esbarra nas objeções já antes apresentadas contra a concepção twardowskiana de objeto intencional; seu defeito pode ser diagnosticado com recurso ao mesmo tipo de análise aplicado por Husserl a outras impropriedades de discurso. De fato, conforme o princípio de validade, um juízo que defina um objeto inexistente explicitando seus atributos não pode ser válido absolutamente, mas apenas condicionalmente; e esta conclusão é confirmada por um exame mais detido de tais juízos definicionais. Se dizemos “um leão é um animal, da família dos felinos, etc.”, é evidente que não fazemos, assim, uma afirmação sobre a existência de leões; a autêntica estrutura lógica daquele juízo pode ser clarificada de dois modos equivalentes: ou por uma reformulação que indique que o juízo se dirige, em verdade, à representação objetiva *um leão* (“por ‘um leão’ entendemos algo de tal e tal natureza”), ou pela adição de uma condição existencial ao juízo (“se algo é um leão, então este algo tem necessariamente tais e tais propriedades”).²⁶¹ Em qualquer uma destas reelaborações, vê-se nitidamente que não nos comprometemos com o ser do objeto ao defini-lo; também a aparência incondicional dos juízos definicionais, como a de outros, deve-se a uma impropriedade de discurso.

²⁵⁹ Ibid., p. 156.

²⁶⁰ Ibid., p. 160.

²⁶¹ Ibid., p. 160-162.

Gostaríamos de atentar, por fim, para o fato de que determinadas passagens de IG — em particular, algumas que parecem ter sido inseridas tardiamente ao texto²⁶² — caracterizam a submissão de um juízo absoluto a uma assunção como uma operação de “modificação” sobre uma “postulação fundante” (*Grundsetzung*) que resulta numa “postulação representante” (*vorstellende Setzung*): um juízo de “caráter alterado” em relação ao juízo incondicionado e que pode ser formulado apropriadamente como um juízo hipotético ou como um “juízo *sobre* meras *representações* nominais ou proposicionais ou *sobre* juízos, *asserções*, etc.”²⁶³ Uma tal caracterização do discurso sob hipótese mostra com clareza o vínculo entre esta doutrina de IG e a classificação, apresentada nas *Investigações lógicas*, que separa *atos posicionais* de *atos não posicionais*:²⁶⁴ como explica Husserl no §38 da Quinta Investigação, aqueles primeiros podem ser compreendidos como “intenções de ser” (*Seinsmeinungen*) na medida em que visam o objeto como *sendo*; os segundos, por seu lado, são produzidos por uma particular modificação dos primeiros pela qual se preserva sua *matéria* (ou seja, mantém-se o direcionamento ao mesmo objeto e a apreensão deste sob as mesmas determinações) mas altera-se sua *qualidade*, pelo que se suspende o ser do objeto — este passa a ser “meramente representado”.²⁶⁵ É, contudo, mais incerto se a primeira teoria merece ser chamada de uma *antecipação* da classificação de 1901 em vista das diferenças entre cada uma: note-se, por exemplo, que a noção mesma de hipótese, ou assunção, está ausente da doutrina das *Investigações*; e o conceito de qualidade intencional, sobre o qual se alicerça a divisão entre atos posicionais e não posicionais, é certamente um desenvolvimento da fenomenologia husserliana posterior ao manuscrito de 1894.²⁶⁶

²⁶² Referimo-nos a frases, e mesmo palavras isoladas, que constam da versão do manuscrito publicada na *Husserliana* e não se encontram na edição de Schuhmann, sem indicação editorial (salvo engano) que explique a discrepância; compare-se, por exemplo, o texto do parágrafo que inicia por “Natürlich wird es nicht selten vorkommen (...)” numa edição (HUSSERL, 1990, p. 162) e na outra (HUSSERL, 1979, p. 332).

²⁶³ HUSSERL, 1979, p. 332 (grifos do autor).

²⁶⁴ Em geral, damos preferência a “postulação” (e termos aparentados) como tradução de “Setzung” e seus cognatos; todavia, em vista da já bem estabelecida tradução “ato posicional” a partir de “setzenden Akt”, escolhemos adotá-la em exceção àquela preferência.

²⁶⁵ HUSSERL, 1984, p. 499-500.

²⁶⁶ Há controvérsia na literatura secundária a respeito da afinidade entre as doutrinas em questão. A fim de destacar suas diferenças, Fréchette, por exemplo, nota que, apesar de tanto IG quanto as *Investigações lógicas* falarem em “modificação” para caracterizar, num caso, a transformação do juízo absoluto em juízo hipotético e, no outro, a relação entre o ato posicional e o ato não posicional, parece haver uma diferença de natureza entre cada “modificação”; afinal, a primeira depende da operação de um novo ato, a assunção, enquanto a segunda se dá como uma alteração interna ao ato original (FRÉCHETTE, 2009, p. 375-376). Esta leitura busca contrapor-se à de Pietersma, que afirma que a teoria do discurso sob assunção de IG está implicitamente preservada nos textos posteriores de Husserl (PIETERSMA, 1986, p. 315-316).

b) A Tese de Brentano reformulada

Com sua análise do discurso referente a objetos “independentemente de sua existência ou inexistência” e a noções análogas, Husserl buscou diagnosticar o engano envolvido em cada uma das principais formulações da Tese de Brentano: *toda representação representa um objeto; toda representação tem uma extensão; toda representação representa algo*. É certo, todavia, que o diagnóstico alcançado aponta igualmente para uma mesma *verdade* expressa (inadequadamente) por todas aquelas afirmações — eis o sentido da equivalência lógica que Husserl atribui àquelas três formulações, apesar de cada uma delas ter sua origem psicológica particular e o seu próprio conteúdo semântico.²⁶⁷ Trata-se de uma verdade concernente à natureza das representações (objetivas) em geral e à sua inserção em juízos de caráter condicional, que pode ser propriamente expressa nestes termos: “Toda representação pode operar sob uma assunção como se fosse, em termos objetuais, incondicionada.”²⁶⁸ A Tese de Brentano assim reformulada mostra-se, afinal, perfeitamente compatível com a metade bolzaniana do paradoxo das representações sem objeto, uma vez que esta última alude exclusivamente à validade *absoluta* das representações; e o próprio paradoxo resta, desta maneira, completamente esclarecido.

²⁶⁷ HUSSERL, 1990, p. 162.

²⁶⁸ Ibid., p. 165.

CONCLUSÃO

Em nossa reconstrução da disputa entre Twardowski e Husserl sobre como explicar a possibilidade de referirmo-nos ao que não existe, vimos que a teoria da intencionalidade de Brentano já desembocava numa dificuldade que colocava às claras os elementos básicos daquela disputa. De fato, a doutrina brentaniana dos fenômenos psíquicos e seus objetos, especialmente como apresentada no texto de PES, contém uma tensão fundamental entre o princípio de que o direcionamento ao objeto é a marca essencial do fenômeno psíquico e o fato elementar de que certos objetos de representação não existem — tensão que se cristaliza de modo mais visível na aparente incoerência da teoria brentaniana do juízo quando aplicada ao caso dos juízos negativos verdadeiros. Procuramos averiguar, ainda, quais soluções a um tal problema parecem ter sido contempladas nos escritos intermediários de Brentano; e, embora tenhamos constatado que os elementos ali presentes não são suficientes para afastar aquela dificuldade, alguns destes elementos ao menos apontam para os caminhos que uma superação do problema poderia tomar.

Um destes caminhos é aquele que Twardowski percorre em seu ensaio ZLIGV. Concomitantemente a sua adoção das teses brentanianas de que toda representação representa um objeto e de que podemos exercer juízos verdadeiros de negação da existência de objetos representados, Twardowski promove uma transformação da concepção de objeto que desfaz a tensão ali insinuada. No esquema twardowskiano, não mais se atribui ao objeto a propriedade da imanência psíquica; a entidade imanente responsável pela determinação da referência objetual é o conteúdo de representação; e o objeto passa a ser concebido como algo absolutamente abstrato, livre de qualquer determinação ontológica pré-estabelecida — inclusive a determinação da *existência*. Está já esboçada, assim, a saída ao paradoxo: o fato elementar da inexistência de determinados objetos não ameaça o princípio brentaniano da essência intencional dos fenômenos psíquicos, uma vez que também os objetos inexistentes são objetos em sentido autêntico. Mostra-se falsa, portanto, a alegação bolzaniana de que certas representações não têm objeto.

Inegavelmente, a proposta de Twardowski paga um alto preço para se desvencilhar do imanentismo brentaniano. A neutralidade ontológica do objeto como concebido em ZLIGV é tão extrema que sua plausibilidade mesma torna-se duvidosa. *De que falamos quando falamos de um quadrado redondo?* Falamos de *algo*, insiste Twardowski — algo não apenas

irreal e imperceptível, mas necessariamente inexistente. Ora, dirá Husserl, o que Twardowski oferece com uma tal resposta é essencialmente um jogo de palavras. “As expressões ‘um objeto’ e ‘um objeto existente, verdadeiro, efetivo, próprio’ são completamente equivalentes”,²⁶⁹ e isso indica que não há qualquer objeção cabível à observação bolzaniana de que há representações sem objeto. É certo que falamos, afinal, de quadrados redondos; mas esse fato se explica satisfatoriamente pela circunstância de que a representação *quadrado redondo*, como toda representação, tem um certo teor de significação; e, embora esta significação não possa figurar validamente em juízos existenciais afirmativos — e tampouco, por consequência, em qualquer outro juízo absoluto —, é ainda assim possível que se façam afirmações verdadeiras sobre quadrados redondos na medida em que aquele teor de significação pode ser inserido validamente em juízos *condicionais*, operantes sob a hipótese (talvez implícita) da existência do objeto representado. Entendida nestes termos, a referência a qualquer objeto “independentemente de sua existência ou inexistência” torna-se, de fato, viável. Para Husserl, é apenas por meio de uma tal reformulação lógico-semântica que a Tese Psicológica de Brentano pode ser preservada.

²⁶⁹ Ibid., p. 150.

BIBLIOGRAFIA

AERTSEN, Jan. *Medieval philosophy as transcendental thought: From Philip the Chancellor (ca. 1225) to Francisco Suárez*. Leiden: Brill, 2012.

ANTONELLI, Mauro. "Franz Brentano et l' « inexistence intentionnelle »". *Philosophiques*, v. 36, p. 467-487, 2009.

ARISTÓTELES. *Metafísica: Volume II -- ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2013.

BENOIST, Jocelyn. *Représentations sans objet: Aux origines de la phénoménologie et de la philosophie analytique*. Paris: Vrin, 2001.

BETTI, Arianna. "Kazimierz Twardowski". In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de Verão, 2019). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/twardowski/>.

_____. "We owe it to Sigwart! A new look at the content/object distinction in early phenomenological theories of judgment from Brentano to Twardowski". In: TEXTOR, Mark (ed.). *Judgement and truth in early analytic philosophy and phenomenology*. Londres: Palgrave, 2013.

BOLZANO, Bernard. *Wissenschaftslehre. Versuch einer ausführlichen und grösstentheils neuen Darstellung der Logik mit steter Rücksicht auf deren bisherige Bearbeiter*. Sulzbach: J. E. v. Seidel, 1837.

BRANDL, Johannes. "Brentano on truth". In: KRIEGEL, Uriah (ed.). *The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017.

BRANDL, Johannes & TEXTOR, Mark. "Brentano's theory of judgement". In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de Inverno, 2018). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/brentano-judgement/>.

BRENTANO, Franz. *Deskriptive Psychologie*. Hamburgo: Felix Meiner Verlag, 1982.

_____. *Wahrheit und Evidenz*. Leipzig: Felix Meiner Verlag, 1930.

_____. *Psychologie vom Empirischen Standpunkt / Von der Klassifikation der psychischen Phänomene*. Heusenstamm: Ontos Verlag, 2008.

_____. "EL 80". Graz: Franz Brentano Archiv, 2011. URL: <<http://gams.uni-graz.at/archive/objects/o:bag.el.80-html-norm/methods/sdef:HTML/get>>.

CAVALLIN, Jens. *Content and object: Husserl, Twardowski and psychologism*. Dordrecht: Kluwer, 1997.

CHISHOLM, Roderick. "Intentionality". In: EDWARDS, Paul (ed.). *The Encyclopedia of Philosophy: Volumes 3 and 4*. Nova Iorque: Macmillan, 1972.

CHRUZIMSKI, Arkadiusz. "Brentano and Aristotle on the ontology of intentionality". In: FISETTE, Denis & FRÉCHETTE, Guillaume (eds.). *Themes from Brentano*. Amsterdam: Rodopi, 2013.

_____. *Intentionalitätstheorie beim frühen Brentano*. Dordrecht: Kluwer, 2001.

CHRUZIMSKI, Arkadiusz & SMITH, Barry. "Brentano's ontology: from conceptualism to reism". In: JACQUETTE, Dale (ed.). *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FISETTE, Denis. "Représentations: Husserl critique de Twardowski". In: FISETTE, Denis; LAPOINTE, Sandra (eds.). *Aux origines de la phénoménologie: Husserl et le contexte des Recherches Logiques*. Paris: Vrin, 2003.

FRÉCHETTE, Guillaume. "Brentano's conception of intentionality: New facts and unsettled issues". *Brentano Studien*, v. 13, p. 9-21, 2015.

_____. "Content and object in Brentano". *IfCoLog. Journal of Logics and their Applications*, v. 4, p. 3609-28, 2017.

_____. "Géométrie, fiction et discours sous hypothèse : Husserl et les objets intentionnels en 1894". *Philosophiques*, v. 36, p. 355-379, 2009.

GROSSMANN, Reinhardt. "Introduction". In: TWARDOWSKI, K. *On the content and object of presentations: a psychological investigation*. A Haia: Martinus Nijhoff, 1977.

HUSSERL, Edmund. *Philosophie der Arithmetik*. Husserliana XII. A Haia: Martinus Nijhoff, 1970.

_____. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. Husserliana XXII. A Haia: Martinus Nijhoff, 1979.

_____. *Logische Untersuchungen: Zweiter Band, Erster Teil*. Husserliana XIX. A Haia: Martinus Nijhoff, 1984.

_____. “Ursprüngliche Druckfassung der Abhandlung ‘Intentionale Gegenstände’ von Husserl”. In: SCHUHMANN, Karl (ed.). “Husserls Abhandlung ‘Intentionale Gegenstände’. Edition der ursprünglichen Druckfassung”. *Brentano Studien*, vol. 3, p. 137-176, 1990.

_____. *Investigações lógicas - Segundo volume, parte I - Investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

LOTZE, Hermann. *Logik. Drei Bücher, vom Denken, vom Untersuchen und vom Erkennen*. Leipzig: Felix Meiner Verlag, 1912.

McGRATH, Matthew & FRANK, Devi. “Propositions”. In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de Primavera, 2018). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/propositions/>.

PHILIPSE, Herman. “The concept of intentionality”. *Philosophy research archives*, v. 12, p. 293-328, 1986.

PIETERSMA, Henry. “Husserl’s concept of existence”. *Synthese*, v. 66, p. 311-328, 1986.

PORTA, Mario A. G. (ed.). *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. “Franz Brentano: equivocidade do ser e objeto intencional”. In: PORTA, Mario A. G. (ed.). *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, 2014. (2014a)

_____. “Uma análise do opúsculo de Kasimir Twardowski *Inhalt und Gegenstand* na perspectiva de sua significação para a Escola de Brentano”. In: PORTA, Mario A. G. (ed.). *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, 2014. (2014b)

RANG, Bernhard. “Einleitung des Herausgebers”. In: HUSSERL, Edmund. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. Husserliana XXII. A Haia: Martinus Nijhoff, 1979.

ROLLINGER, Robin. “Brentano’s psychology and logic and the basis of Twardowski’s theory of presentations”. *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*, v. 4, p. 1-23, 2009.

_____. *Husserl’s Position in the School of Brentano*. Dordrecht: Kluwer, 1999.

SAJAMA, Seppo & KAMPPINEN, Matti. *A Historical Introduction to Phenomenology*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

SARAIVA, Maria Manuela. *L'imagination selon Husserl*. A Haia: Martinus Nijhoff, 1970.

SCHAAR, Maria van der. *Kazimierz Twardowski: a grammar for philosophy*. Leiden: Brill, 2016.

SCHUHMAN, Karl. "Einleitung". In: SCHUHMAN, Karl (ed.). "Husserls Abhandlung 'Intentionale Gegenstände'. Edition der ursprünglichen Druckfassung". *Brentano Studien*, vol. 3, p. 137-176, 1990.

_____. "Husserl and Twardowski". In: CONIGLIONE, Francesco; POLI, Roberto; WOLENSKI, Jan (eds.). *Polish Scientific Philosophy: The Lvov-Warsaw School*. Amsterdam: Rodopi, 1993.

_____. "Intentionalität und intentionaler Gegenstand beim frühen Husserl". In: LEIJENHORST, Cees; STEENBAKKERS, Piet (ed.). *Karl Schuhmann: Selected papers on phenomenology*. Dordrecht: Kluwer, 2004.

SMITH, Barry. *Austrian philosophy. The legacy of Franz Brentano*. Chicago: Open Court, 1994.

SOTERIOU, Matthew. "The Disjunctive Theory of Perception". In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de Verão, 2020). URL: [<https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/perception-disjunctive/>](https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/perception-disjunctive/).

TAIEB, Hamid. *Relational intentionality: Brentano and the Aristotelian tradition*. Cham: Springer, 2018.

TEIXEIRA, Dario. "'Abschied vom immanenten Objekt': concepções de intencionalidade na escola de Brentano". In: PORTA, Mario A. G. (ed.). *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, 2014.

TWARDOWSKI, Kazimierz. *Kasimir Twardowski: Gesammelte deutsche Werk*. Cham: Springer, 2017.